



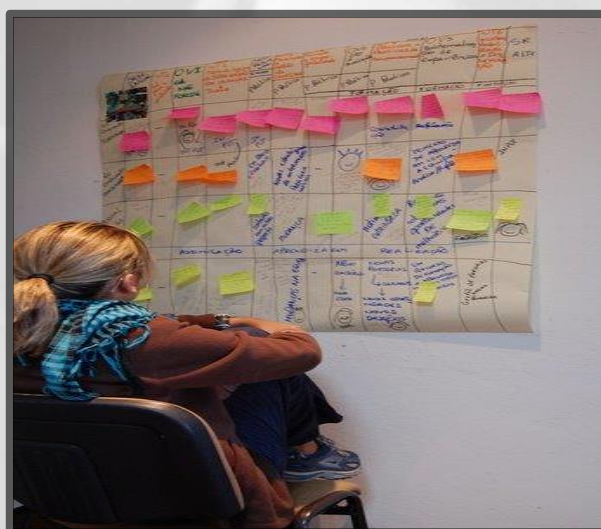
Instituto Superior
de Ciências Sociais e Políticas
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

Criar Alternativas de Inclusão Social.

Análise de uma experiência profissional de Educação Social



Trabalho Final para a Obtenção do Grau de Mestre em Política Social

Mara Cristina Gonçalves da Silva

Orientador: Professor Doutor Fausto Amaro

Co-orientador: Professor Doutor Fernando Serra

Lisboa 2016

VALORIZAMOS PESSOAS

Se fossemos todos iguais não teríamos nada para oferecer uns aos outros

Yehudi Menuhin (1916-1999)

ÍNDICE

RESUMO	IX
ABSTRACT	X
AGRADECIMENTOS	XI
INTRODUÇÃO	1
PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO	3
1. Breve quadro das Políticas Sociais de Combate à Pobreza	4
2. Intervenção Social	11
3. Inclusão Social	15
4. A Educação Social como contributo profissional para a Política Social	25
5. Metodologia	33
PARTE II – ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL E PROFISSIONAL	34
1. Caracterização sócio - demográfica do Funchal	35
2. Orientações Políticas do Município em Matéria Social	42
3. Sociohabitafunchal E.M	44
PARTE III- PROGRAMAS E PROJETOS PROFISSIONAIS	51
1. Câmara Municipal do Funchal – Divisão de Educação	53
1.1 Educação Parental	54
1.2 Atividades com população sénior e de Educação Ambiental	55
1.3 Realização de Projetos para a dinamização da Ludoteca do Parque de Santa Catarina	55
1.4 Formação de Adultos	56
1.5 Atividades Socioeducativas	56
2. Programa Escolhas 3ª geração	57
2.1 Projeto Alternativas	57
2.2 Associação Sócio - Cultural Alternativas Jovens - ASCAJ	61

3. Sociohabitafunchal E.M	62
3.1 Conjunto Habitacional de Santo Amaro IV	64
3.2 Centro Comunitário Musica@arte	65
4. Coordenação de Projetos Financiados pelo Programa Juventude em Ação 2007/2013	67
5. A 4ª Geração do Programa Escolhas (2010-2012) - Bairro Ribeira Grande	92
6. A 5ª Geração do Programa Escolhas – Projetos Pontuais 2015- Projeto Mexe-te E5G	94
7. Projeto Pomar Comunitário e Hortas Sociais de Educação Não Formal Fundação EDP – Categoria Hortas Solidárias	96
8. Coordenação Projeto Financiado pela SIC Esperança - Projeto Espelho Meu! Educar para o Empreendedorismo Jovem!	100
9. Projeto” Escola Vai ao Bairro”	103
10. Bolsa de Formadores da Agência Nacional para a Gestão do Programa Erasmus+ juventude em Ação.	105
PARTE IV – NOTAS CONCLUSIVAS: O PAPEL DO EDUCADOR SOCIAL	108
CONCLUSÃO	118
BIBLIOGRAFIA	122
LEGISLAÇÃO	128
ANEXOS	130

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Síntese dos Fatores de Inclusão Social	20
Figura 2 Enquadramento Territorial	39
Figura 3 População Residente em 2011, por Sexo - Freguesias	40
Figura 4 Número de Fogos por Freguesia Total: 1.233 Fogos	48
Figura 5 Cartaz do projeto - Educar para a Cidadania	53
Figura 6 - Sede do projeto Alternativas: Conjunto Habitacional do Palheiro Ferreiro	57
Figura 7 Logotipo da ASCAJ	61
Figura 8 Campanha de limpeza Conjunto Habitacional de Santo Amaro IV	64
Figura 9 Intercâmbio a Ceuta – jovens de Ceuta, Roménia e da ilha da Madeira.....	70
Figura 10 logotipo do projeto AGIL	71
Figura 11 Jogo pedagógico criado através deste projeto “Roda dos Alimentos”	72
Figura 12 Logotipo projeto C@tivar	72
Figura 13 Animações - Pólos de Leitura	74
Figura 14 Animações de crianças e jovens.....	74
Figura 15 Logotipo do Projeto Musicarte	75
Figura 16 Cartaz promocional do projeto Eu, Tu, Nós ... Juntos no Desporto sem Drogas ...	77
Figura 17 Atividades realizadas no âmbito do projeto	78
Figura 18 Grupo de trabalho Juventud MAC en Acción" - Gran Canaria – Setembro 2010 ...	79
Figura 19 Grupo de trabalho, Açores, Povoação janeiro de 2011	79
Figura 20 Grupo de trabalho Parlamento Jovem (Melilla 2011).....	80

Figura 21 Grupo de trabalho do Projeto Inovação e Empreendedorismo no Combate ao Desemprego Jovem	81
Figura 22 Cartaz do Projeto Diversificar, Aprender e Conhecer	82
Figura 23 Competências Youthpass	84
Figura 24 Cartaz com atividades de voluntariado na Moldávia	86
Figura 25 Cartaz com atividades de voluntariado em Tenerife.....	88
Figura 26 cartaz promocional do projeto Rumo à Cidadania.....	90
Figura 27 Bairro da Ribeira Grande	92
Figura 28 Logotipo do projeto Mexe-te E5G	94
Figura 29- Ética da Permacultura e Princípios de Design, metodologia usada no projeto Pomar Comunitário e Hortas Sociais de Educação Não Formal	97
Figura 30 Após financiamento da Fundação EDP.....	99
Figura 31 Antes do Financiamento da Fundação EDP.....	99
Figura 32 Logotipo do Projeto Espelho Meu	100
Figura 33 Inauguração do Espaço Espelho Meu!.....	102
Figura 35 Mentoras do Projeto	102
Figura 34 Sessão de penteados	102
Figura 36 Sessão de Abertura Curso EFA B3 2015/2016 para a realização do 9ª ano	104
Figura 37 Lançamento do Roteiro Regional Juventude em Ação 2013	107
Figura 39 Roteiro Faz a Escolha Certa!.....	107
Figura 38 Membros da Bolsa de Formadores da Agencia Nacional para o Programa Erasmus + Juventude em ação Semana europeia de juventude 2015.....	107

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Compilações de definições de Exclusão Social	18
Quadro 2 - Compilações de definições de Inclusão Social	19
Quadro 3 - Dimensões Operativas para Intervenções Sociais	32
Quadro 4 - Evolução da População Residente	40
Quadro 5 – Parque habitacional gerido pela Sociohabitafunchal EM.....	49
Quadro 6 – Voluntários Europeus - protocolo com Universidade Turca Ataturk Universit....	84

Acrónimos

ASCAJ – Associação Sócio - Cultural Alternativas Jovens

ATL – Atividades de Tempos de Livre

CMF – Câmara Municipal do Funchal

CPCJF – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Funchal

CSSM – Centro de Segurança Social da Madeira

DRJ – Direção Regional de Juventude

DTIM – Associação Regional para o Desenvolvimento das Tecnologias de Informação na Madeira

E3G – Escolhas-3ª Geração

E4G – Escolhas-4ª Geração

E5G – Escolhas-5ª Geração

SHF – Sociohabita funchal, E.M.

PE – Programa Escolhas

PJA – Programa Juventude em Ação

RAM – Região Autónoma da Madeira

UE – União Europeia

IHM – Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM

RESUMO

O trabalho final de mestrado revestindo a forma de relatório profissional surge como uma necessidade de autoanálise e reflexão sobre o que foi desenvolvido na última década, partiu de uma grande motivação intrínseca de melhoria contínua e de aprendizagem em Política Social. Descreve através de uma análise crítica e reflexiva a intervenção levada a cabo desde Novembro de 2005 até Dezembro de 2015, de conceção e implementação de projetos locais, nacionais e internacionais que potencializaram sempre o desenvolvimento endógeno local, do meu Concelho Funchal, da Região Autónoma da Madeira.

Versa sobre a minha experiência profissional como Técnica Superior de Educação Social no período 2005-2015, no qual foram desenvolvidos pela Autarquia do Funchal e em parceria com esta Edilidade vários projetos que visavam a inclusão social de crianças, jovens e suas famílias que coordenei e participei ativamente na sua implementação com uma equipa multidisciplinar.

Decorrido este período, surge a oportunidade de refletir e analisar as prioridades de intervenção numa sociedade em constante mutação.

Incluímos, capacitamos, certificamos e potencializamos a empregabilidade, os resultados revelam que criar alternativas de inclusão social é fundamental na intervenção levada a cabo pelo Poder Local através da sua Política Social

Palavras chave: Intervenção Social, Educação Social, Política Social, Gestão de Projetos, Funchal.

ABSTRACT

The final work of the master's degree course being in the form of a professional report arises as a necessity for self-analysis and reflection on what has been done over the last decade, resulting from a great intrinsic motivation for on-going improvement and learning in Social Policies. Using a critical and reflexive analysis, it describes the intervention carried out from November 2005 to December 2015 for the design and implementation of local, national and international projects that always empowered endogenous local development in my municipality, Funchal, in the Autonomous Region of Madeira.

The work addresses my professional experience as a Senior Technician of Social Education in the period 2005-2015, during which the Funchal local government, on its own or in partnership, developed various projects that were aimed at the social inclusion of children, youth and their families, which I coordinated and, with a multidisciplinary team, actively participated in their implementation.

At the end of this period, there arose the opportunity to reflect on and analyse the priorities of intervention in a society in constant change.

We included, capacitated, certified and empowered employability, and the results reveal that creating alternatives of social inclusion is fundamental in the intervention carried out by Local Government through its Social Policy.

Key words: Social Intervention, Social Education, Social Policy, Project Management, Funchal.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Professor Doutor Fausto Amaro, pelo desafio lançado, pela atenção demonstrada ao longo destes anos, pela orientação e pelo carinho. Ao Professor Doutor Fernando Serra, pela disponibilidade, profissionalismo e co- orientação.

Gostaria de expressar a minha gratidão à Dra. Iolanda Lucas por ter aceitado o meu estágio profissional na Câmara Municipal do Funchal, na Divisão de Educação em 2005, à Dra. Rubina Leal (vereadora na Câmara Municipal do Funchal no período de 2005-2013) por toda a aprendizagem e pela oportunidade de continuar o meu percurso naquela instituição, ao Dr. Jorge Carvalho no âmbito do associativismo jovem, ao Dr. Miguel Baptista e Dra. Graça Correia na Sociohabitafunchal EM, por apoiarem as minhas ideias no trabalho que realizo nos Bairros Sociais e na Coordenação dos Centros Comunitários, à vereadora Dra. Madalena Nunes pelo voto de confiança na realização de projetos.

Sou extremamente grata às pessoas que que fizeram parte desta jornada onde tive a oportunidade de criar com equipas multidisciplinares projetos locais, nacionais e internacionais. Agradeço às Equipas Centrais do Programas Escolhas (Dr. Pedro Calado, Dra. Luísa Malhó e Dr. Miguel Lourenço) do Programa Juventude em Ação, Direção Regional de Juventude e Desporto da RAM, da DTIM (Dra. Cristina Viveiros e Dra. Elisabete França) da Sociohabitafunchal, E.M. (Vanessa Santos, Cláudia Caires, Cláudia Silva, Graça Jardim, Norberto Nunes).

Eternamente grata à minha mãe por todos os sacrifícios que fez para que tivesse uma educação condigna. Ao meu pai que faleceu tinha eu um mês, espero que onde quer que estejas, que tenhas orgulho na pessoa e profissional que me tornei!

As minhas amigas Cristina Medeiros e Patrícia Silva

Ao Dennys Martins e ao nosso filhote António Dinis que carrego na barriga!

INTRODUÇÃO

Para iniciar qualquer mudança é preciso acreditar que as coisas podem ser diferentes. Isso é ser otimista. “As mudanças são em si mesmas inspiradoras e geradoras, e poderão ser sublimes se nós quisermos, deixarmos e agirmos”. (Marujo, Neto & Perloiro, 2006, p.19).

Criar alternativas de Inclusão Social, reflete um período da minha experiência profissional onde tive a oportunidade de conceber, coordenar e implementar projetos de intervenção social para diferentes públicos-alvo: crianças, jovens e famílias a nível local, nacional e europeu, na Ilha da Madeira, no Concelho do Funchal.

Se houvesse uma receita para a intervenção social, cairíamos no erro de todos seguirmos a mesma receita e tipificarmos a nossa intervenção, como não existe, vamos intervindo de acordo com a nossa realidade local, no sentido de darmos respostas às necessidades intrínsecas de cada grupo específico com quem intervirmos diariamente no sentido de promover a sua autonomia e proporcionar recursos necessários para o seu crescimento inter/intra relacional e pessoal.

O relatório que me proponho apresentar¹ - *Criar Alternativas de Inclusão Social. Análise de uma experiência profissional de Educação Social* situa-se num contexto em que criar alternativas de inclusão social, soluções e estratégias para a resolução de problemas sociais que levou à conceção de projetos no período 2005-2015, à criação novos centros comunitários em Bairros Sociais, ao desenvolvimento de oficinas de trabalho e de vários ateliers de capacitação, inclusão social e profissional dos seus participantes. Certificaram-se jovens, adultos e foram acompanhados crianças e jovens ao longo do seu percurso educativo. Trabalhámos com as crianças, jovens e famílias em prol da aquisição e desenvolvimento de competências potencializando a Mudança Positiva.

Fomentamos o *Empowerment* no nosso público-alvo sendo que o mesmo “é um processo social e multidisciplinar que ajuda o indivíduo a ganhar o controlo sobre a sua própria vida. É um processo que exige escolhas, as quais devem assentar na informação e nos

¹ A opção da utilização da primeira pessoa do singular deve-se à natureza do trabalho: tratando-se de um relatório profissional, aconselha-se a distinguir as contribuições próprias das coletivas.

recursos disponíveis” (Jardim & Pereira, 2006, p.31), como forma de promover a autonomização dos jovens, adultos e famílias.

Com base na minha experiência profissional de conceção, gestão e coordenação de projetos de intervenção social, pretendo com este relatório profissional dar a conhecer os projetos desenvolvidos, o seu contributo para a criação de alternativas tal como para a capacitação de crianças, jovens e suas famílias no Concelho do Funchal.

Em termos estruturais, este relatório está organizado em quatro partes, sendo a primeira dedicada às questões de ordem teórica e metodológica. Por sua vez, a segunda parte efetua o enquadramento institucional e profissional através da caracterização sociodemográfica do concelho do Funchal, as orientações Políticas do Município em matéria social, caracterizo a *Sociohabitafunchal EM* onde atualmente desempenho as minhas funções. A terceira aborda os projetos que foram desenvolvidos com a Câmara Municipal do Funchal, ligados ao Associativismo Jovem, ao Programa Escolhas, SIC Esperança, Fundação EDP. A quarta parte que realça o papel do Educador Social.

Do ponto de vista metodológico, o relatório foi elaborado com base na análise de documentos, nas recordações dos bons e menos bons momentos que tiveram de coexistir como forma de aprendizagem e de melhoria contínua.

PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO

1. Breve quadro das Políticas Sociais de Combate à Pobreza

Para Carmo (2011) pode definir-se Política Social como “um sistema de Políticas Públicas que procura concretizar as funções económicas e sociais do Estado, com o objetivo de promover a coesão social e a condução coletiva para melhores patamares de qualidade de vida” (p.40).

As Políticas Públicas são “um conjunto de ações interrelacionadas entre si, tomadas por um ator ou conjunto de autores políticos, respeitante à escolha de objetivos e meios para os alcançar no contexto de uma situação específica, devendo estas decisões, em princípio situar-se no âmbito do poder que estes autores têm para os alcançar” (Jenkins, 1978 citado em Pereirinha 2008, p.17).

A Política Social abrange intervenções dos setores, público, privado e de economia social, nesta aceção assume um subsistema da intervenção social. “Traduz-se numa estratégia de coesão social orientada para a defesa dos direitos humanos e para o desenvolvimento de políticas públicas de educação e formação, segurança social e familiar, saúde, habitação social, ambiente, cultura e desenvolvimento económico” (Carmo 2011, p.42).

Segundo Carmo (2011) “a nível macro as políticas sociais visam responder às necessidades do bem-estar social, através da defesa dos direitos humanos e da promoção do desenvolvimento, operacionalizando-se em políticas sectoriais – políticas do capital humano (educação e formação) e políticas de coesão e fomento do capital social (segurança social e saúde) - e as políticas sociais transversais (ambiente e cultura) ” (p.159).

Para Pereirinha (2008) a política social atua sobre a realidade social através de um conjunto de instrumentos que permitem que sejam alcançados alguns objetivos fundamentais: 1) redistribuição de recursos, atuando sobre a sua distribuição original, corrigindo esta distribuição e as suas formas originais de afetação, para que as finalidades de garantia e do bem-estar sejam alcançadas; 2) a gestão de riscos sociais, protegendo os cidadãos dos efeitos negativos que acontecimentos contingentes possam ter sobre a garantia de realização dos direitos sociais, impedindo essa realização; 3) promoção da inclusão social, atuando sobre fatores de exclusão social (prevenindo situações e processos de exclusão) ou visando a integração social de população excluída ou em riscos de exclusão (p.21).

A Política Social numa visão “politológica” fundamenta-se na Ciência Política, no que diz respeito à estrutura do Estado (Administração Pública e Órgãos de Soberania) e às funções económicas, sociais e culturais, tem objetivos políticos, claramente orientados para a coesão social, qualidade de vida e para o desenvolvimento sustentável.

Trata-se de um tipo de intervenção social de natureza macro, exigindo uma estreita articulação com os outros subsistemas de intervenção social, sob pena de ineficácia e de ineficiência (Carmo, 2011).

Para Carmo (2011, p.112) o combate contra a pobreza tem que conjugar um conjunto de políticas articuladas, nas quais se devem inscrever duas prioridades estratégicas e dois imperativos táticos. Em termos políticos a articulação a fazer é entre as políticas locais, estatais, europeias e globais, respeitando o princípio da subsidiariedade e a autonomia relativa da escala do combate, mas tendo a consciência que os níveis mais abrangentes constituem contextos constrangedores. Refere a importância de que o combate à pobreza pode ser ao nível local, estatal ou internacional deverá articular políticas com os três valores herdados da Revolução Francesa, que para o autor constituem património europeu doado à Humanidade: a liberdade, a igualdade e a solidariedade (novo nome dado à Fraternidade).

Em sociedades como as (contemporâneas) em que, na relação entre Estado, Sociedade e Mercado, este último tem um pendor mais forte, as políticas sociais e a ação social são hierarquizadas, sobretudo em torno dos interesses e necessidades do mercado. Assim consoante as condições do mercado em cada contexto social concreto, as políticas sociais e a ação social sofrem alterações, tendo também, por isso, um caráter conjuntural.

Além do mercado existem outras influências tal como o modelo de proteção social adotado e o seu maior ou menor protagonismo face as demais orientações políticas são fatores que informam as Políticas Sociais e Ação Social.

Portugal entrou na União Europeia a 1 de Janeiro de 1986 e a sua ligação com os programas europeus anti-pobreza inicia-se em julho de 1987 aquando estava a decorrer o II Programa de Luta Contra a Pobreza.

Esta modalidade de intervenção sob a forma de programas específicos, entre outros, teve o propósito de influenciar as prioridades e administrações nacionais, colocando a Pobreza e Exclusão Social na Agenda Política (Rodrigues 2003).

O I Programa de Projetos e estudos piloto para combater a pobreza (1975-1980) serviu para ressaltar a necessidade de adotar medidas específicas tanto ao nível europeu como dos seus estados membros, serviu também para confrontar alguns países membros com a realidade da pobreza e com a necessidade de a equacionar como um problema do foro coletivo e público.

O II Programa designado “Ação Comunitária Especifica de Luta contra a Pobreza” (1985-1989) implicou iniciativas de estudo (aprofundamento dos dados sobre o problema e de intercambio de conhecimentos) e de intervenção (designadamente de coordenação de atividades. Foi dada uma particular atenção a este programa com a constituição de equipas transnacionais que se encarregavam do seu acompanhamento e à dimensão de participação dos destinatários. No segundo programa tentava-se traduzir a diversidade de situações e de contextos a abranger, famílias monoparentais, desempregados de longa duração, jovens desempregados, migrantes, refugiados, marginais, idosos, zonas urbanas e rurais.

De acordo com as competências da Comissão das Comunidades Europeias o “Programa da Ação a Médio Prazo para a Integração Económica e Social dos Grupos Menos Favorecidos” (POBREZA III). O III programa entre (1989-1994) teve três princípios fundamentais: a multidimensionalidade, o parceria e a participação. Organizou-se em torno de 42 projetos, dos quais 12 em áreas consideradas inovadoras. “Foi estruturado como um programa experimental baseado em projetos locais e visando a inovação nas políticas de luta contra a Pobreza e Exclusão Social” Rodrigues (2003, p85). Com este programa foi reforçada as preocupações no que concerne ao agravamento destes fenómenos e a necessidade de mudanças qualitativas na ação.

De acordo com Rodrigues (2003) foram inventariadas várias consequências para a realidade portuguesa na sequência deste contacto com o programa: i) no campo do interesse pelo conhecimento do problema em si; ii) no campo do intercâmbio e experiencias; iii) no domínio da estrutura organizativa e representações políticas do problema.

Em Portugal foi criado em 1990 o estabelecimento de Comissariados Regionais do Norte e do Sul de Luta Contra a Pobreza sob a tutela do Ministério do Emprego e da Segurança Social.

Na criação dos Comissariados Regionais são claramente explicitadas as suas vantagens “(...)” o Governo decidiu criar um organismo intersectorial encarregado da promoção de projetos especiais no domínio do combate à pobreza e, sobretudo, de assegurar a coordenação da atividade dos diferentes departamentos e entidades envolvidos neste combate neste combate, a par de uma adequada divulgação e troca de conhecimentos e avaliação das ações empreendidas” (Resolução do Conselho de Ministros n. 8/90).

Foram criados programas específicos devido ao peso e severidade do problema como também devido a ineficácia dos esforços e meios existentes até a data.

Nesta altura foram desenvolvidas iniciativas empreendidas contra várias discriminações e desigualdades, abarcando ações para desempregados de longa duração, para a população com deficiência, a favor da igualdade entre homens e mulheres, a favor de pessoas idosas para certos grupos desfavorecidos, contra o racismo e xenofobia, de ajuda alimentar direta, de apoio a bairros urbanos desfavorecidos.

As linhas de intervenção sobre a Exclusão Social onde se pode distinguir ações – solução onde está em causa a (re) ação sobre o acontecido, na suposta redução da sua intensidade e estratégias preventivas – uma intervenção mais ampla e distante por relação à deflagração dos problemas, período temporal e que ambiciona antecipar-se e, com isso sustentar e ser pró-ativa na criação de “outras” condições.

Existindo ainda duas outras formas de intervenção social no campo da Exclusão Social: as políticas ativas e o “mainstreaming”.

As políticas ativas dão corpo de forma mais ou menos contratualizada, a propostas de inserção assentes na possibilidade de envolvimento ativo dos destinatários, tendo em vista a sua inserção laboral. Esta orientação para Rodrigues (2003) tornou-se central da chamada geração de políticas sociais, as quais passam a contar com a responsabilidade e mobilização da sociedade como um todo e de cada cidadão.

As políticas ativas são uma orientação que interpela sobre o papel que reservam ao Estado. Em Portugal destacamos as seguintes políticas ativas: Rendimento Social de Inserção, Projetos de Luta Contra a pobreza, Mercado Social de Emprego, Projeto de Apoio à Família e à Criança, Apoio à Colocação e Acompanhamento Pós – Colocação, Programa Vida-Emprego, entre outros.

O “mainstreaming” orientação que surge da necessidade de intervenção simultânea nos vários campos implicados nos objetivos da inclusão (como antídoto da exclusão). Argumenta-se com a necessidade de chamar à primeira linha de todas as políticas, o combate à exclusão “entendida como um problema de reconhecida multidimensionalidade de características, logo também de diversidade de medidas de combate” (Rodrigues, 2003, p.88).

No campo das Políticas Sociais, Portugal como estado membro da União europeia, está sujeito a compromissos, orientação e normalização de políticas. O Rendimento Mínimo insere-se numa estratégia europeia de combate à exclusão social, predominantemente associada ao fenómeno do desemprego estrutural (embora o desemprego seja apenas um dos fatores da exclusão social).

O Conselho da União Europeia em 1992 produziu a Recomendação sobre Critérios Comuns Respeitantes a Recursos e a Prestações Suficientes nos Sistemas de Proteção Social no Quadro da União Europeia (Resolução 92/441/CEE, de 24 de junho). Contudo Portugal só em 1996 inserido nas políticas ativas é que procedeu a implementação desta medida. Surge como um novo mínimo social, algumas décadas depois do primeiro mínimo que foi a pensão social em maio de 1974 (decreto-lei n. 217/74, de 27 de Maio). Mínimo social para as pessoas com mais de 65 anos.

O rendimento mínimo é configurado em Portugal pela legislação que o institui a nível nacional, a Lei n. 19-A/96, de 26 de Junho que cria o Rendimento Mínimo Garantido e o respetivo decreto-lei regulamentar n. 196/97. Não foi aplicado mais cedo devido a ter sido recusado por governações anteriores a 1996, algo que quando foi implementado já se verificava a sua implementação na maioria dos países europeus.

A chamada primeira geração de políticas do rendimento mínimo ocorre em 1933 na Dinamarca e 1948 na Inglaterra; a segunda geração em 1961 na Alemanha, 1963 na Holanda,

1974 na Bélgica e 1977 na Irlanda. A terceira geração e agora associada a dispositivos de inserção ocorrem em 1986 no Luxemburgo, 1988 na França, 1999 no País Basco (Espanha) e 1993 na Bélgica (revisão Minimex) (Branco citado em Rodrigues, 2003, p. 108).

O Rendimento Mínimo afirma-se em Portugal como uma medida no quadro da assistência social pública, dando-lhe estatuto jurídico de um novo direito social, numa área tradicionalmente caracterizada por medidas de tipo mais discriminatório e aleatório, pois não configuradas pelo direito social. Surge como uma inovação formal na ampliação dos direitos sociais.

Em 2002 dá-se uma mudança na governação política, o rendimento mínimo vê aprovado pela assembleia da república uma nova proposta que revoga o Rendimento Mínimo garantido e cria *O Rendimento Social de Inserção*. O parlamento aprova uma nova lei que revê o RMG e estabelece o Rendimento Social de Inserção RSI. (proposta de Lei nº 6/IX).

Comparativamente no que concerne aos dois diplomas legais no caso do RSI as alterações são no que diz respeito a titularidade, elaboração e conteúdo de programa de inserção, duração e cessação do direito e introdução de vales, em ambos os diplomas o que se mantém é a prestação financeira fixada na base da indexação da pensão social da segurança social. As pessoas que recebem o Rendimento social de inserção tem que celebrar um contrato de inserção, onde consta um conjunto de direitos e deveres com objetivo de realizar a integração social e profissional dos indivíduos.

“(…) o rendimento mínimo define-se como uma prestação de carácter temporário, cuja duração é prevista na lei, dependendo do cumprimento do programa de inserção e das condições que levam ao acesso à prestação” (Rodrigues 2003, p. 113). Podendo ser cessado caso não seja cumprido o programa de inserção e o titular não se disponibilizar para negociar o programa de inserção.

É formalizado um modelo de parceria local onde é demarcada parte significativa da responsabilidade da inserção social. Estas parcerias abarcaram as de base municipal e de freguesia, organizações públicas e privadas não lucrativas, estabelecendo a lei critérios mínimos para a sua constituição.

Cabe ao núcleo local de parceiros a viabilização dos programas de inserção como por exemplo obter meios de prova necessários a elaboração de relatórios sociais, proceder a avaliação dos projetos de programas de inserção, promover o desenvolvimento das ações e a obtenção dos meios necessários a exequibilidade dos programas de inserção aprovados.

Para Rodrigues (2010) as políticas sociais ativas (como o atual RSI) surgem como uma mudança nas modalidades de combate à exclusão social e na (re) configuração da segurança social, tendo sido caracterizada pela transição de um modelo dito “tradicional” para um “novo” modelo. Nesta mudança “o princípio do assistencialismo, em que assenta a caridade exercida junto das famílias em situação socioeconómica vulnerável, dá lugar ao princípio da universalidade de direitos a todos os cidadãos” (p.193).

Na ótica de Rodrigues (2010) neste novo modelo existe um critério de diferenciação das situações socioeconómicas na definição das prestações, surge a transição da proteção social geral (regime geral) para os grupos sociais vulneráveis (regime diferenciado), sendo que passam a estar “incluídas novas modalidades de inserção em contexto laboral ou de formação, numa lógica de *Workfare*, (conceito que resulta da ideia que para receber ajudas do públicas torna-se necessário em contrapartida fornecer um trabalho à sociedade), com contratos de inserção encarados como instrumentos de facilitação da relação com o mercado de trabalho” (p.194).

A palavra inserção passa a fazer parte do quotidiano dos beneficiários de RSI e programas de inserção começam a ser criados pelos parceiros locais.

No que concerne à política social institucional levada a cabo pelas câmaras municipais Idáñez (2001) refere que “A política de bem-estar social e de qualidade de vida é um motor para a generalização da solidariedade institucional, com a finalidade de fazer das instituições instrumentos ao serviço das necessidades sociais” (p.28).

Nas atividades desenvolvidas nos centros comunitários articulamos com as colegas da segurança social, ação social e muitos dos nossos destinatários são beneficiários do RSI, com contratos de inserção que são executados com a frequência de aulas de informática, alfabetização de adultos, Cursos de Educação e Formação EFA, cursos de costura de pintura entre outros.

Todos os projetos desenvolvidos no âmbito deste relatório foram enquadrados no âmbito das Políticas Sociais da Câmara Municipal do Funchal.

2. Intervenção Social

As ciências sociais e a intervenção social emergem, na sua forma moderna, da tentativa de entender e intervir nos grandes processos de mudança ocorridos nos três últimos séculos que se destacam: as Revoluções Americanas e Francesa; a Revolução Industrial; o processo colonial e o posterior processo de descolonização (Carmo 2008, p.59).

Sendo a Política Social um sistema de políticas públicas, faz parte também do conceito de intervenção social que para Carmo (2011) é visto “como um processo social em que uma dada pessoa, grupo, organização, comunidade ou rede social – a que chamaremos sistema - interventor se assume como recurso social de outra pessoa, grupo, organização, comunidade ou rede social a que chamaremos sistema cliente, com ele interagindo através de um sistema de comunicações diversificadas, com o objetivo de o ajudar a suprir um conjunto de necessidades sociais potencializado estímulos e combatendo obstáculos à mudança pretendida” (p.41).

Para Sousa, Hespanha, Rodrigues e Grilo (2007) o mundo da intervenção social é um mundo complexo feito de decisões políticas tomadas na base de valores e de ponderação de interesses, de administração de programas por intermédio de estruturas muito burocratizadas, de delegação da execução das medidas em níveis descendentes da cadeia hierárquica e de padrões de discricionariedade relativamente amplos partilhados por profissionais situados na periferia do sistema.

Para os autores “a intervenção social é um processo de responsabilidade partilhada, através de um corpo de parceiros institucionais autónomos dotados de diferenças competências e poderes, competindo muitas vezes entre si e movidos por interesses nem sempre convergentes” (p.114).

Na ótica de Carmo (2008) “são profissionais de intervenção social, todos os que têm uma prática profissional de sistema-interventor, escorada numa formação (inicial e contínua) adequada ao tipo de intervenção” (p.61). Segundo o autor enquadram-se nesta formulação ampla, os diplomados em psicologia, sociologia, antropologia, política social, serviço social,

comunicação social, ciência política e administrativa, ciências da educação e mesmo noutros domínios aparentemente mais distantes como nos das ciências da saúde e da agronomia.

De acordo com Falcão (1979) “parece hoje existir algum consenso em que a intervenção social visa uma dupla finalidade: sendo a primeira em responder a necessidades de subsistência e a segunda a de responder às necessidades de participação” (Falcão, 1979 citado em Carmo, 2008, p.63).

No que concerne á primeira finalidade da intervenção social Carmo (2008,) refere que uma das classificações mais conhecidas das necessidades humanas é a de “Maslow que considera que as pessoas têm cinco tipos de necessidades no seu quotidiano: fisiológicas, de segurança, sociais, de estima e de auto- realização” (p.64).

Abraham Maslow, psicólogo americano (1908-1970) conhecido pela proposta da hierarquia de Necessidades de Maslow, também conhecida como a pirâmide de Maslow, é uma divisão hierárquica em que as necessidades de nível mais baixo devem ser satisfeitas antes do nível mais alto, onde cada indivíduo tem que “escalar” uma hierarquia de necessidades para atingir a sua autorrealização.

Para responder as necessidades de subsistência são as necessidades fisiológicas (ex: alimentação, saúde e abrigo) de segurança (trabalho remunerado ou rendimentos que o substituam; vestuário, educação e equilíbrio emocional).

A segunda finalidade da intervenção social tem vindo a afirmar-se como a finalidade de responder às necessidades de participação, sendo que esta segunda vertente tem a ver com uma conceção progressista da intervenção social que a concebe como um poderoso instrumento de promoção da cidadania, nomeadamente no que respeita á criação de condições para que cada pessoa possa participar no processo de desenvolvimento e de democratização da sociedade em que vive. Para que cada pessoa possa ser sujeito da sua própria história e não mero objeto de uma história construída por outros (Freire, 1972, 1989 citado em Carmo 2008, p. 65).

Nesta aceção, Carmo (2008) salienta que as funções básicas da intervenção social podem agrupar-se em duas: a primeira ajudar os sistemas-clientes a sair da situação de

carência em que se encontram; e a segunda ajudar a criar condições sociais para o exercício dos seus direitos cívicos (políticos, económicos, sociais e culturais).

O conceito de ajuda é fundamental: o interventor social não deve funcionar como um substituto do sistema-cliente mas como um recurso para que este promova o seu desenvolvimento pessoal e social de forma cada vez mais autónoma.

Para a realização das duas funções, a intervenção social operacionaliza-se em três diferentes dimensões que Carmo (2008, p.65) elucida: **uma dimensão assistencial**, que se traduz em fornecimento de recursos mínimos á subsistência (ex: alimentação, serviços sanitários, vestuários e abrigo) com contrapartidas muito reduzidas (ex. garantia de cumprimento de regras mínimas de higiene, segurança e convivência). **Uma dimensão socioeducativa**, que se concretiza em ajudar o sistema-cliente a encetar um processo de ressocialização, aprendendo a identificar e utilizar recursos próprios e do ambiente em que vive, de modo a desenvolver-se como pessoa, e a descobrir-se ele próprio como recurso para o desenvolvimento dos que o rodeiam. **Uma dimensão sociopolítica**, que implica ajudar o sistema-cliente a tomar consciência dos seus direitos cívicos (direitos de opinião, de associação e de escolha de representantes), económicos, sociais, culturais (a um trabalho remunerado, a uma habitação condigna, à saúde, à segurança social e à educação) e de solidariedade (direito à paz e ao desenvolvimento (solidariedade económica e social), os direitos ambientais (solidariedade entre grupos vivos entre estes e as gerações futuras) e a lutar por eles.

No que diz respeito aos valores, a Intervenção Social orienta-se por três constelações de valores, integrados em torno de três ideias: o personalismo, a solidariedade e a qualidade de vida. A tese central do personalismo é de que “Cada ser humano é insubstituível, tendo sempre um potencial de aperfeiçoamento” (Carmo 2008, p. 67). A opção pela visão personalista de ver o Mundo e a Vida parece ser uma das raízes fundamentais que orientam a intervenção social, sem a qual não se entenderia a sua existência.

A solidariedade considerada há já alguns anos como um valor a defender, esta ganhou uma dimensão pública, registando-se a consciência crescente da sua indispensabilidade como instrumento de sobrevivência e de desenvolvimento da humanidade vista como um todo.

Segundo Carmo (2008) são cada vez mais o número de autores que chamam a atenção para este fato referindo quatro exemplos que ajudam a clarificar o conceito: a solidariedade familiar estreita os laços afetivos do agregado, aumenta substancialmente a segurança material e psicológica de cada um dos seus elementos e confere-lhe maior eficácia social; a sua ausência enfraquece a família no seu todo;

A solidariedade organizacional permite maior eficácia e eficiência; a sua falta é causadora de tensões desgastantes, reduz a sua produtividade e prejudica tanto empregadores como empregados;

A solidariedade à escala regional e nacional, aumenta a coesão social, pelo contrário um baixo nível de solidariedade aumenta a instabilidade de todos pelo acréscimo de insegurança, criminalidade e outros problemas sociais;

A solidariedade a um nível internacional e planetário aumenta as possibilidades de paz, o crescimento económico e o desenvolvimento sustentado; pelo contrário, a insularização de cada país no seu pequeno mundo fechado, dá origem a um cortejo de efeitos perversos que prejudicam tanto os países mais pobres como os mais ricos.

De acordo com o supramencionado a solidariedade constitui um valor central da intervenção social e uma das principais fontes de legitimação das suas finalidades e funções. (Carmo 2008).

Para Carmo (2008) o terceiro valor da intervenção social é a qualidade de vida em que caracteriza de forma sugestiva a sua importância. “ A produtividade e o consumo conjugam o verbo ter. A qualidade de vida com o verbo ser. ” (Ander-Egg 1995 citado em Carmo, 2008, p.69)

A qualidade de vida ligada à questão do personalismo e da solidariedade é vista como um valor que alarga e concretiza os horizontes de atuação da intervenção social, conferindo-lhe uma forte legitimidade política que ultrapassa fronteiras nacionais e ideológicas.

Para Carmo a intervenção social (2011) é “composta por quatro vertentes indissociáveis: a política social (decide e orienta), observatório social (estuda e diagnostica);

cuidados de proximidade (executa e presta serviços); laboratório social (experimenta novas soluções) ” (p.43).

3. Inclusão Social

O atual contexto social e económico revelou a desadequação das estruturas e exige soluções que permitam ganhos de qualidade de vida e bem-estar, redução de custos e instrumentos mais eficazes de intervenção social junto das comunidades vulneráveis.

O afastamento da sociedade contemporânea das propostas políticas de bem-estar ocasiona situações de vulnerabilidade social que fragilizam a sociedade. Este tipo de vulnerabilidade provoca a exclusão social (Castells, 1998; Lopes, 2006; Proença, 2005, citados em Alvino - Borba & Mata-Lima 2011).

Kowarick (2003) refere que “o combate às situações de vulnerabilidade é função essencial do estado sendo os programas de intervenções intitulados de inclusão social” (Alvino - Borba & Mata-Lima 2011, p. 220).

A inclusão social é levada a cabo com programas institucionais como forma de combate à exclusão social, sendo que a identificação dos fatores de exclusão e inclusão social associada à vulnerabilidade social. Destaca-se a abordagem da solidariedade social com o envolvimento dos todos os sectores da sociedade. Sendo que todas as ações de inclusão social requerem uma gestão económica, mais concretamente, uma política social. Neste contexto alguns autores (Glennerster, 2000; Laclau, 2006; Kowarick, 2003; Silver, 2005 citados em Alvino - Borba & Mata-Lima 2011) responsabilizam o Estado pela implementação de Programas de Inclusão social.

O reconhecimento multidimensional da pobreza e exclusão social surge na década de 90 e a ideia da indivisibilidade entre os diferentes direitos (civis, políticos e sociais) e a consequente indissociabilidade entre a exclusão social e a noção de cidadania.

Para a Comunidade Europeia, a partir de meados da década de 90, a pobreza e a exclusão social passam a ser olhados como um problema de cidadania.

Surge a distinção de pobreza e exclusão social nos documentos oficiais do III Programa de Luta contra a Pobreza. Esta diferenciação é reforçada em 1993 no discurso efetuado pelo

Presidente da Comunidade Europeia Jacques Delors numa conferência em Copenhaga. Defendem que “a exclusão social é um processo mais vasto que engloba questões de pobreza, isto é, que pode contemplar ou não situações de privação material, mas que pressupõe sempre o não acesso a um ou mais sistemas sociais fornecedores de bens e serviços” (Rodrigues & Figueira 2003, p.36).

O crescimento e o emprego deixam de ser indicadores únicos e até preferenciais do bem-estar, sendo que esta nova forma de olhar para estes fenómenos sociais é influenciada segundo Maxwell (1999) (citado em Rodrigues & Figueira 2003) pelos contributos de Runciman e Townsend sobre a forma como a pobreza condiciona o acesso a um conjunto de necessidades básicas e, conseqüentemente, aos padrões de vida afirmados para uma determinada sociedade.

Na Europa encontramos duas correntes dominantes, a inglesa, e a francesa. Enquanto a corrente inglesa centra os estudos da pobreza e da exclusão social nos aspetos distributivos, a francesa aborda sobretudo os aspetos relacionais. Neste sentido enquanto os ingleses põem a tónica na cidadania social (universalidade de acesso a bens e a serviços) para a saída da exclusão social, os Franceses encaram a inclusão social através de processos de socialização e integração social que promovam a recriação de sociabilidades (Rodrigues & Figueira 2003).

Nas abordagens mais centradas em aspetos culturais encontramos as que consideram que nas situações de pobreza estão presentes e interligados diversos tipos de carências que geram identidades negativas traduzindo uma certa forma de ser e de estar, ou seja um determinado modo de vida (Capucha, 1993 citado em Rodrigues & Figueira 2003)

Numa outra linha de abordagem, partem da análise da relação de modos de vida e categorias sociais mais vulneráveis a pobreza e exclusão social (pensionistas, desempregados, entre outros) para compreender a mobilidade social dos pobres e excluídos.

Estas análises vão dar conta do carácter intrageracional e intergeracional da pobreza e da exclusão social, movimento designado por muitos autores de “Círculo vicioso da pobreza”, ou seja, dão visibilidade à reprodução destes fenómenos no seio da família que os vivência de geração em geração.

Para Torres et al, (1993 citado em Rodrigues & Figueira 2003) é importante considerarmos os fatores estruturais e o contexto local em que a pobreza e exclusão social se expressam, senão estamos a centrar os problemas sociais nos próprios indivíduos.

Segundo Costa (1998) e Fernandes (1988) a pobreza e a exclusão social expressam diferentes manifestações ao nível económico, social, cultural e político e consequentemente dificultam o acesso a padrões dominantes (Rodrigues & Figueira 2003).

A noção de «exclusão» suscita, desde início a questão «excluído de quê?» neste sentido, implica um contexto de referência do qual se é, ou se está, excluído. “A qualificação de «social» permite interpreta-la como estando relacionada com a sociedade” nesta aceção para Costa (1998), a exclusão tem a ver com *a cidadania*”. Para este autor o significado oposto da exclusão é a «inclusão social», «integração social» ou «inserção social». (p.13).

No seio da União Europeia a questão da inclusão social assume importância, a análise da pobreza e exclusão social e as políticas para o seu enfrentamento exigem uma outra compreensão. Nesta aceção e acordada por todos os países a necessidade de definir indicadores para a inclusão social de forma a promover uma política mais eficaz no combate a estes fenómenos sociais (Rediteia, 2001 citado em Rodrigues & Figueira 2003).

Quadro 1 - Compilações de definições de Exclusão Social

Exclusão Social	Fonte
É um processo através do qual certos indivíduos são empurrados para a margem da sociedade e impedidos de nela participarem plenamente em virtude da sua pobreza ou da falta de competências básicas e de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, ou ainda em resultado de discriminação.	COM, 2003, p. 9
Exclusão social é uma violação das exigências da justiça social manifestada através de conflitos de oportunidades e associados com a incapacidade de participar efetivamente na política. É um fenómeno distinto da pobreza e da desigualdade económica.	Barry, 1998, p. 1
Exclusão social pode ser definida como múltiplas privações resultantes da falta de oportunidades pessoais, sociais, políticas ou financeiras. A noção de exclusão social visa a participação social inadequada, a falta de integração social e a falta de energia.	Hunter, 2000, p. 2-3
No século XIV, a palavra esteve associada à ideia de não ser admitido, repellido ou de ser mandado embora. Posteriormente, seu significado passa a designar alguém que se encontra desprovido de direitos.	Kowarick, 2003, p. 74
Marginalização de indivíduos ou grupos sociais em relação àqueles que produzem, consomem, convivem e são competentes.	Proença, 2005, p. 21
A exclusão social de um grupo, ou dos indivíduos que pertencem a esse grupo é, antes de tudo, uma negação de respeito, reconhecimento e direitos.	Silver, 2005, p. 138
Exclusão social não é um conceito, é uma nova questão social. Esta situação está sendo produzida pela conjunção das transformações no processo produtivo, com as políticas neoliberais e com a globalização	Lesbaupin, 2000, p. 36
É um processo dinâmico, multidimensional, por meio do qual se nega aos indivíduos — por motivos de raça, etnia, género e outras características que os definem — o acesso a oportunidades e serviços de qualidade que lhes permitam viver produtivamente fora da pobreza.	Mazza, 2005, p. 183
Costuma ser relacionada a um plano de causalidade complexo e multidimensional, diferenciando-se da conceção de pobreza.	Lopes, 2006, p. 13
Exclusão social significa grupos socialmente excluídos. Portanto, são aqueles que estão em situação de pobreza, desemprego e carências múltiplas associadas e que são privados de seus direitos como cidadãos, ou cujos laços sociais estão danificados ou quebrados.	Sheppard, 2006, p. 10

Fonte: Alvino - Borba & Mata-Lima 2011, p. 221).

Quadro 2 - Compilações de definições de Inclusão Social

Inclusão Social	Fonte
Processo que garante que as pessoas em risco de pobreza e exclusão social acessem às oportunidades e aos recursos necessários para participarem plenamente nas esferas económica, social e cultural e beneficiem de um nível de vida e bem-estar considerado normal na sociedade em que vivem.	COM, 2003, p. 9
São as políticas sociais contemporâneas que priorizam, equivocadamente, atingir os excluídos que estão no limite das privações através de programas focalizados que sustentam rótulos de “inclusão social”.	Lopes, 2006, p. 22
Processo que visa promover a inclusão dos segmentos em vulnerabilidade social, destacando a cidade, a escola, o emprego e a proteção social	Kowarick, 2003, p. 75
Refere-se à solidariedade social que é um processo diferente da exclusão social, pois reflete companheirismo.	Barry, 1998, p. 17
A inclusão social de grupos não é meramente simbólica, já que também contém implicações económicas.	Silver, 2005, p. 138
É uma questão de abertura e de gestão: abertura, entendida como sensibilidade para identificar e recolher as manifestações de insatisfação e dissensos sociais, para reconhecer a “diversidade” social e cultural; gestão, entendida como crença no caráter quantificável, operacionalizável, de tais demandas e questionamentos, administráveis por meio de técnicas gerenciais e da alocação de recursos em projetos e programas (as políticas públicas)	Laclau, 2006, p. 28
Processo pelo qual a exclusão social é amenizada. Caracteriza-se pela busca da redução da desigualdade através de objetivos estabelecidos que contribuam para o aumento da renda e do emprego.	Wixey et al., 2005, p. 16
A inclusão social está relacionada com a procura de estabilidade social através da cidadania social, ou seja, todos os cidadãos têm os mesmos direitos na sociedade. A cidadania social preocupa-se com a implementação do bem-estar das pessoas como cidadãos.	Sheppard, 2006, p. 22

Fonte: Alvino - Borba & Mata-Lima 2011, p. 222).



Figura 1 - Síntese dos Fatores de Inclusão Social

Fonte: Alvino - Borba & Mata-Lima 2011, p. 225

A inclusão social é concretizada por meio de políticas públicas, que devem viabilizar a inserção dos indivíduos aos meios sociais. Para isso, é necessário que sejam estabelecidos padrões de acessibilidade nos diferentes espaços (escolas, empresas, serviços públicos), assim como é necessário o investimento em formação inicial e continuada dos profissionais envolvidos no processo de inclusão social.

Segundo Sousa, Hespanha, Rodrigues e Grilo (2007) “constitui um desafio para todos e, em particular, para os cientistas sociais desocultar estes processos e ajudar a repensar as políticas de forma a reconduzi-las para os seus objetivos mais nobres” (p.115).

A inclusão social, a capacitação e a certificação são a chave do sucesso! Quando intervimos é fulcral o conhecimento prévio dos territórios onde intervimos e as necessidades de intervenção, segundo Hespanha (2008) a nova geração de políticas sociais privilegia a inserção social em vez da subsidiarização do risco; a participação ativa dos beneficiários no

desenho e aplicação das medidas em vez da submissão passiva às determinações dos técnicos sociais; a personalização da ajuda em vez da sua massificação; a coresponsabilização do prestador e do beneficiário na aplicação da medida, a descentralização do desenho das medidas de política e a sua gestão partilhada pelas instituições locais, o efeito de proximidade em vez da solicitude distante; a flexibilidade das ações em vez da tipificação das valências.

Para Hespanha (2008) introduz-se uma filosofia de cidadania, ao se considerar os indivíduos como cidadãos ativos e não apenas como assistidos, sendo que a obrigação não pesa só por uma parte; ela pesa sobre a sociedade, obrigando-a a levar a sério os direitos da população marginalizada

A *Inserção* passou a ser uma palavra-chave, sendo que “a inserção é mais do que um mero direito de subsistência pois reconhece no seu titular um papel positivo na sociedade, o de contribuir com a sua atividade para a utilidade social” (Hespanha 2008, p.5).

Para Ribeiro (2006) o contrário da exclusão é a inclusão o estar dentro, o reingresso à condição da qual foi excluído (a). Da mesma forma, há sujeitos sociais com o poder de incluir e há os que são considerados objetos e portanto, que são incluídos ou que, numa perspetiva assistencialista e de manutenção do *status quo*, são colocados para “dentro” novamente. Para a autora se considerarmos que os processos de exclusão social são inerentes à lógica da produção capitalista, veremos que as políticas de inclusão e/inserção social são estratégias para integrar os objetos – os excluídos – ao sistema social que os exclui e, ao mesmo tempo, manter sob controlo as tensões sociais que decorrem do desemprego e da exploração do trabalho, moveis da exclusão social.

Segundo Boneti (2006) a noção de *Inclusão* guarda consigo o significado original da *exclusão*, não se pode afirmar que esta palavra se constitua de uma noção ou de um conceito. Trata-se de uma positivação em relação a uma problemática social, a da exclusão, sendo mais um discurso do que um conceito. Da conceção de Inclusão uma das noções que nasceu e persiste até aos nossos dias é o conceito de cidadania que persiste nos dias atuais, que conserva a proximidade com a noção de ser incluído/a, é aquela associada aos direitos constitucionais, o entendimento social a partir de uma conceção do dentro e do fora pode ter origem a noção de cidadania, ou de cidadão, a pessoa que estivesse “incluída” numa sociedade racional de direito, numa sociedade de Estado (sociedade contratual).

Para Rodrigues e Figueira (2003) não podemos falar de exclusão sem nos referirmos à inclusão Social. É-se excluído de uma situação concreta de inclusão. A Inclusão social tem, tal como a exclusão social, tem diferentes dimensões: a individual e a coletiva, a igualdade e a diferença. Esta perspetiva distancia-se da que assume uma dominância na sociedade atual, a neoliberal, que restringe a inclusão ao nível individual e ao mercado, uma vez que pressupõe a sociedade como um todo, os próprios indivíduos e o Estado desenvolvam ações que promovam o exercício da cidadania. Enquanto na perspetiva neoliberal a responsabilidade pela saída da situação de exclusão é acometida aos indivíduos, nesta abordagem considera-se que há uma responsabilidade tripartida (Indivíduos, Sociedade e Estado) na garantia de condições de vida digna (Sposati, 1997a) citado em Rodrigues & Figueira 2003).

A inclusão social promove a igualdade de oportunidades para todos e a coesão social e tem como público-alvo todas as pessoas que não têm as mesmas oportunidades dentro da sociedade. A inserção dessas pessoas que se encontram a margem da sociedade ou o acesso as tecnologias aos excluídos digitais (inclusão digital) ocorre, geralmente, por meio de projetos de inclusão social, o que reforça a utilização desse termo.

O exercício da cidadania implica, por parte de cada indivíduo e daqueles com quem interage, uma tomada de consciência, cuja evolução acompanha as dinâmicas de intervenção e transformação social.

Enquanto processo educativo, a educação para a cidadania visa contribuir para a formação de pessoas responsáveis, autónomas, solidárias, que conhecem e exercem os seus direitos e deveres em diálogo e no respeito pelos outros, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo.

A cidadania traduz-se numa atitude e num comportamento, num modo de estar em sociedade que tem como referência os direitos humanos, nomeadamente os valores da igualdade, da democracia e da justiça social.

Para Baptista (2001) os antigos métodos de gestão do social revelaram-se inadequados em lidar com diferentes formas de exclusão que marcam a contemporaneidade, sendo urgente a construção de respostas sustentadas numa conceção de solidariedade que vá para lá da

tradicional identificação entre a solidariedade e segurança social, subjacente à conceção do Estado Providência.

As novas formas de solidariedade deverão apostar na vida democrática, na vivência de uma cidadania mais ativa, assente no poder e na oportunidade de participação de todos. Os direitos sociais não podem continuar a ser encarados como garantias de indemnização, ou de compensação. Os indivíduos deverão ser responsabilizados enquanto protagonistas do seu próprio projeto de vida. Uma vida que ganha sentido na relação solidaria com os outros e que, nessa medida exige que cada um, ao ser sujeito de direitos, seja também sujeito de deveres. Nesta aceção e segundo Baptista (2001) os educadores deverão afirmar-se fundamentalmente como profissionais do terreno, como atores/autores de estratégias mais contextualizadas e, aparentemente, mais modestas, mas que, por isso mesmo, ajudam a fazer a diferença.

Para Capul e Lemay (2003) as políticas de inserção ao devem fixar-se na realidade territorial do bairro porque para muitos jovens com dificuldades com famílias desmembradas, o bairro é o lugar em que se encontram, não têm dele uma imagem positiva mas é o seu ultimo refugio, ficam muito dependentes, sobretudo de um pequeno refugio (a rua ou outro) “a insegurança é emblemática, tornando-se com frequência as praticas delinquentes normas de ação, enquanto o desemprego e a precariedade fazem parte do dia-a-dia, o insucesso escolar que conduz ao insucesso social é interiorizado, a par de uma falta patente de perspetivas para o futuro” (p. 46). Sendo que se pode implementar uma necessária abordagem global; mesmo se o dispositivo da politica da cidade não tem por objetivo maior a inserção dos jovens com dificuldades mas, antes de mais, o fim dos processos de exclusão social.

Nesta aceção segundo os autores a crise dos bairros é tal que as medidas tomadas localmente devem fazer face às urgências sociais, inscrevendo-se num processo a longo prazo, sendo que a conjugação destas duas ordens de necessidades (os jovens e os bairros) leva a privilegiar ações em que estes jovens participem ativamente na renovação social do seu próprio bairro: arranjo do espaço, restauro de construções, reabilitação de alojamentos, etc. Esta inserção social pela economia de proximidade efetua-se através de associações intermediarias, de empresas de inserção ou de centros de administração do bairro.

Para Carmo (2011) as ações de combate à pobreza e à exclusão social deverão obedecer a uma tática de autonomização, o que implica duas medidas complementares: uma

luta pelos direitos dos pobres, particularmente assumindo a voz dos que não tem voz (*advocacy*) que deverá decrescer progressivamente, à medida que os sujeitos pobres ganhem maior capacidade de intervenção sobre o seu próprio destino (*empowerment*) que para Jardim e Pereira (2006) “é um processo social e multidisciplinar que ajuda o indivíduo a ganhar o controlo sobre a sua vida” (p.31).

Trata-se de um processo que exige escolhas, as quais devem de assentar na informação e nos recursos disponíveis. Tem como objetivo a mudança, a metodologia de investigação participada tem-se mostrado eficaz no estudo do *empowerment*.

Segundo Rodrigues et al, (2005 citado em Jardim & Pereira 2006, p.32) “o *empowerment* é definido como um processo social multidimensional que ajuda as pessoas a ganharem o controlo sobre as suas próprias vidas”. Trata-se de um processo que aumenta a capacidade de realização pessoal tendo em vista a melhoria das suas vidas e das suas comunidades, através da ação sobre assuntos e problemas considerados importantes.

O conceito de *empowerment* faz apelo à autolibertação e integração do indivíduo, embora não dispense a colaboração de especialistas e facilitadores externos. Em vez de tratar os excluídos como seres passivos, encara-os como sujeitos ativos.

Sendo um processo que exige escolhas, só pode ser executado se o processo deliberativo assentar sobre informação credível e rigorosa. Qualquer programa de *empowerment* passa por colocar os recursos informativos ao dispor dos excluídos. Este processo pode ter uma dimensão individual ou uma dimensão coletiva. No primeiro caso trata-se de promover a mudança individual, proporcionando às pessoas informações sobre recursos e competências que utilizarão para mudar as suas vidas. No segundo caso, considera-se que as principais causas da exclusão são coletivas e que importa agir no sentido de mudar as organizações as comunidades.

As intervenções socioeducativas podem ser realizadas em contexto comunitário em contexto não formal que acionem o seu desenvolvimento comunitário que para Carmo (2007) o conceito de desenvolvimento comunitário integra quatro conceitos: “desenvolvimento, comunidade, organização comunitária e serviço social das comunidades” (p.73).

O planeamento comunitário para o autor supramencionado “é um processo dedutivo que parte da definição de grandes orientações decorrentes do querer comum – a que se dá o nome de estratégias, políticas, etc. – para a definição de metas claramente avaliáveis e de meios a afetar para as alcançar” (p.20).

4. A Educação Social como contributo profissional para a Política Social

A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo.

Nelson Mandela

A Educação Social define-se, não apenas pelas funções que tradicionalmente têm sido da sua competência, mas também por aquelas que, em resposta às necessidades derivadas do Estado – Providência, que lhe são circunstancialmente atribuídas (Petrus,1998 citado em Díaz 2006).

Na ótica de Carmo (2011) “a educação e formação são as principais fontes de construção do capital humano, como instrumentos de desenvolvimento de competências técnicas que potenciem a produtividade e o desempenho profissional, mas também de competências pessoais e sociais dos cidadãos” (p. 160).

Segundo Carvalho e Baptista (2004) no que concerne ao direito de inserção, deve corresponder ao dever de implicação por parte dos indivíduos. “O lugar da educação junto do trabalho social explica-se pela prioridade reconhecida nesta linha de intervenção, sendo que os projetos pedagógicos visam dar resposta a situações de rutura e de crise através de processos de superação criativa” (p. 52). Para os autores “o ideal de uma cidadania ativa é indissociável da existência de uma sociedade efetivamente inclusiva, apoiada numa rede de serviços eficaz e modernizada” (p.53).

A educação para a cidadania surge como essencial para a valorização das *soft skills* para processos integrados e integração sócio profissional, sendo que a educação para a cidadania permite a preparação dos cidadãos para a adaptação à mudança, gestão da informação e criação de conhecimento e criatividade e inovação características fundamentais num mundo globalizado e em rápida mutação.

Segundo Carvalho e Baptista (2004), a educação social corresponde a um espaço profissional onde se verifica um ponto de “encontro, e de cruzamento, entre a área do trabalho social e a área da educação” (p. 83).

De acordo com Díaz (2006) “a pedagogia social e a educação Social estão situadas num ponto onde confluem o educativo e o social, e as suas origens e desenvolvimento histórico só podem apreender a partir desta ótica. Na sua configuração, as necessidades práticas sempre apontaram o caminho para uma reflexão teórica, o que marcou a identidade da pedagogia social como disciplina científica e a da educação social como espaço de intervenção prática”. (p.91)

Como refere Díaz (2006) o conceito mais generalizado de pedagogia social é o que faz referência à ciência da educação social das pessoas e dos grupos, como ajuda a partir de uma vertente educativa, às necessidades humanas que convocam o trabalho social, assim como ao estudo da inadaptação social.

A Pedagogia Social é uma disciplina pedagógica ou, se prefere uma das ciências da Educação. Isto quer dizer que o que chamamos de pedagogia social pertence à ordem do conhecimento, do discurso. Para Romans, Petrus e Trilla (2003) “ A pedagogia social é, pois um conjunto de saberes, sejam teóricos, técnicos, experienciais ...descritivos ou normativos..., mas saberes que tratam de um objeto determinado. Este objeto (objeto material, neste caso) é o que chamamos de *educação social*” (p.16).

Para Carvalho e Baptista (2004) a pedagogia social enquanto disciplina científica tem por objeto de estudo a *praxis* educativa em contexto social, a pedagogia social ocupa um lugar privilegiado na construção de instrumentos conceptuais necessários para compreender e acompanhar as trajetórias de vida que tornam os indivíduos reféns de situações de infelicidade e de exclusão.

A intervenção socioeducativa desenvolve-se num espaço de relação interpessoal alimentado pela negociação permanente de pontos de vista, de desejos e de projetos, mais do que trabalhar “para”, trata-se de trabalhar “com” as pessoas seguindo uma logica de co-responsabilização e de co-autoria.

A Educação Social enquanto atividade socioeducativa em “vias de profissionalização”(Sáez, 2003,2007; Sáez e Molina 2006 citado em Canastra 2007), tende a consolidar-se como um campo profissional próprio, quer no contexto português, quer no contexto internacional.

A educação social tradicionalmente foi apresentada como uma forma de educação dirigida a pessoas e a grupos considerados em situações de risco e que progressivamente assume um sentido mais abrangente, “referindo-se uma intervenção socio- pedagógica junto de pessoas de todas as idades, e com todo o tipo de necessidades educativas” (Baptista 2001, p.55).

Para Carvalho e Baptista (2004) o desenvolvimento da educação social prende-se concomitantemente com a agudização dos fenómenos de exclusão social, com a tomada de consciência política dos mesmos e com um notório bloqueamento dos processos assistenciais e de intervenções tradicionais a que se une a própria evolução da investigação e da produção no domínio das ciências sociais e complementarmente das ciências de educação.

Nas últimas décadas a Educação Social tem representado uma frente avançada para onde foi transferida a ação social dos sistemas políticos, centradas nas superestruturas de organização burocrática do poder, para estruturas vocacionadas para o acompanhamento humanizado das situações de rutura ou pré- rutura. Sendo que essas estruturas progressivamente, foram privilegiando as atividades de prevenção e de inserção em vez da coação ativa e da coação passiva em vez da repressão e da indiferença.

“A educação social é, deste modo expressão da responsabilização da sociedade diante os problemas humanos que a percorrem e que ela não pode radicar, sem mais, em determinismos ou fatalismos de ordem individual, histórica, estrutural e ou transcendente” (Carvalho & Baptista, 2004, p. 11).

A educação social deve, antes de mais, ajudar a ser e a conviver com os outros: aprender a ser com os outros e a viver juntos em comunidade. Nesta aceção para Díaz (2006) “os objetivos da educação social poderiam sintetizar-se no contributo para que o individuo se integre no meio social que o envolve, mas com capacidade critica para o melhorar e o transformar”. (p.92)

A educação social, como modelo de intervenção usa modelos teóricos de diferentes disciplinas: história, sociologia, direito, psicologia, psiquiatria, entre outras (Capul & Lemay, 2003). Assim, a educação social surge como um domínio de ponta, funcionando como uma plataforma agregadora de várias disciplinas e de projetos de intervenção que se relacionam (Carvalho & Baptista, 2004).

A Educação Social, embora recente, é já uma área de intervenção relativamente consolidada em diversos países europeus e da América Latina, assumindo configurações diferenciadas em cada contexto específico, aspeto que não está desligado da história da própria Educação Social e das perspetivas formativas igualmente diferenciadas. Temos, por um lado, modelos de formação com tendência a definir áreas de especialidade da Educação Social, como a educação especializada na França, Bélgica, Holanda, Suíça e Espanha, dirigida essencialmente a populações com dificuldades específicas, como por exemplo crianças e jovens em situações de risco; por outro lado, modelos com tendências polivalentes que floresceram em países como Portugal e em vários outros da América Central e do Sul e que preveem um campo lato de intervenção, incluindo a prevenção primária, secundária e terciária junto de populações com ou sem dificuldades, genericamente voltado para a formação dos cidadãos e para o desenvolvimento humano (Pérez Serrano, 2003; Sedano, 1994; Ribeiro, 2006 citados em Timóteo, 2013).

Em Portugal a Educação Social surge já nos finais do século XX, primeiro com a criação dos cursos técnico profissionais de Educação Social, na altura equivalentes ao 12º ano de escolaridade, mais tarde com os bacharelatos em Educação Social promovidos pelas Escolas Superiores de Educação e por fim com a primeira licenciatura concretizada pela Universidade Portucalense (1996-2000), (Baptista 2013).

Segundo Baptista (2013) em apenas uma década depois da entrada destes profissionais no mercado de trabalho portadores de uma licenciatura podemos dizer que estamos perante uma profissão imprescindível, reconhecidamente amadurecida e respeitada. “Uma profissão que ajuda a produzir a diferença positiva junto de pessoas e de grupos humanos, influenciando decisivamente as políticas sociais e a intervenção de uma pluralidade de atores, de instituições, serviços e organismos públicos” (p.9).

A educação social, como toda a educação, deverá afirmar-se, simultaneamente, como técnica, como ciência mas também como arte e como filosofia.

Educar implica o domínio de técnicas de diagnóstico, de planificação, de conceção e de dinamização de projetos. Mas implica também criatividade, pensamento alternativo, distanciamento crítico, racionalidade e sentido ético. Um sentido ético necessariamente radicado na hospitalidade da consciência face ao mistério do humano e face a imprevisibilidade dos acontecimentos.

A Educação Social está condicionada pela sua história, mas parte do seu desenho realiza-se a partir das políticas sociais, próprias da sociedade do bem-estar. Sendo fundamental o conhecimento de determinados aspetos da sociedade do bem-estar: o que é, porquê e como surge, quais as suas balizas políticas, legislativas, entre outras, uma vez que todos estes aspetos influirão, em maior ou menor medida, na conceptualização e desenvolvimento da educação social (Díaz, 2006).

A elaboração de projetos nasce como consequência do desejo de melhorar a realidade onde estamos inseridos. “O projeto é um plano de trabalho com carácter de proposta que consubstancia os elementos necessários para alcançar os objetivos desejáveis. Tem como missão prever, orientar e preparar bem o caminho do que se vai fazer, para o seu posterior desenvolvimento.” (Serrano 2008, p.16).

Para Raynal (2000) “Um projeto é a expressão de um desejo, de uma vontade, de uma intenção e de uma ambição. É também a expressão do necessitar de algo, de uma situação futura vivamente desejada” (p.68). Para este autor a finalidade de um projeto é antes de tudo o mais, resolver um problema, inovar, alterar (a organização, às práticas, os meios), prever (uma situação, uma dificuldade, um risco) para se passar de uma situação atual insatisfatória para uma situação desejada mais satisfatória.

O projeto contribui para a concretização de uma opção estratégica e permite desenvolver: a sinergia através de uma melhor utilização de competências internas, o espírito de equipa pela coresponsabilização de um grupo relativamente a um objetivo comum e a necessidade de trabalhar em conjunto e a comunicação interna.

Segundo Guerra (2000) “ um projeto é, sobretudo, a resposta ao desejo de mobilizar as energias disponíveis com o objetivo de maximizar as potencialidades endógenas de um sistema de ação garantindo o máximo de bem-estar para o máximo de pessoas” (p.126)

Segundo Carvalho e Baptista (2004) o trabalho de projeto e por projetos tem uma enorme acuidade atendendo a que enquanto metodologia e antropologia prática, apela à colaboração diferenciada mas ativa dos vários atores implicados, sendo esta a via de favorecer a emergência construtiva, partilhada e pessoalmente formadora de práticas e de aptidões culturais e sociais (p.65).

“O trabalho de projeto permite dar coerência e sentido estratégico às atividades planeadas, pressupondo sempre o envolvimento pessoal de todos os atores em todas as etapas do processo.” (Carvalho & Baptista 2004, p.67).

Segundo Hobbs (2001) todos os projetos envolvem três fatores: tempo, custo e qualidade. A importância relativa destes varia sempre de projeto para projeto, para o autor a gestão de Projetos na sua forma mais simples é uma sequência de atividades que seguem uma ordem lógica. A sequência é a sempre a mesma quaisquer que sejam as circunstâncias sendo que o ciclo de vida de um projeto a seguinte sequência: a definição, o planeamento, a implementação, a entrega e a revisão.

A definição consiste em identificar aquilo que queremos atingir, tendo em consideração o limite de custos. Sendo que este processo chama-se por vezes objetivar, neste ponto é quando decidimos a importância relativa do tempo, custo e qualidade. O planeamento é essencial, bem efetuado, temos uma ideia clara das tarefas a desempenhar.

O gestor de projetos é o responsável pelo decurso diário do projeto. Ele está no centro do diagrama das comunicações e o sucesso do projeto vai assentar em larga escala na sua capacidade e entusiasmo. Para Hobbs (2001) “os gestores de projetos habilitados identificam delegados-chave no início do projeto e darão passos ativos para proteger os resultados positivos e minimizar o efeito dos negativos” (p.16).

Segundo Hobbs (2001) um gestor de projeto é responsável por reparar os planos do projeto, formar uma equipa forte, motivar os indivíduos, definir papéis e estabelecer objetivos para os membros da equipa, ordenar pontos de controlo e marcos, verificar o progresso do

trabalho de acordo com os planos, manter o patrocinador permanentemente informado, preparar relatórios sobre o progresso como é exigido, assegurar uma passagem suave de informação através da hierarquia do projeto, apresentar as necessidades do projeto ao grupo de acionistas, documentar todas as alterações à especificação original, conduzir revisões regulares de aprendizagem.

Para Ander - Egg (1981 citado em Serrano 2008) “formular um projeto consiste em responder a uma série de perguntas a partir de um ponto de vista operativo” (p.23).

Quadro 3 - Dimensões Operativas para Intervenções Sociais

Segundo um ponto de vista operativo, programar uma ação comporta dar resposta às seguintes questões		
O QUÊ	Se quer fazer	Natureza do projeto
PORQUÊ	Se quer fazer	Origem e fundamento
PARA QUÊ	Se quer fazer	Objetivos
QUANDO	Se quer fazer	Metas
ONDE	Se quer fazer	Localização física
COMO	Se quer fazer	Atividades e tarefas a realizar. Metodologia
QUEM	O vai fazer	Recursos Humanos
COM QUÊ	Se vai fazer	Recursos Materiais
	Se vai custear	

Fonte: Ander - Egg (1981 citado em Serrano 2008, p.23)

“Numa linha de equilíbrio entre o local e o global, entre o particular e o singular, a educação social é chamada a conceber, planificar e implementar ações integradas que, a partir de abordagens multidisciplinares, permitam a coesão estratégica e a articulação dinâmica dos diferentes projetos de trabalho” (Carvalho & Baptista 2004, p.59). Nesta aceção a Educação Social é um excelente contributo para a Política Social através da sua intervenção socioeducativa tal como através da realização de projetos de que vão de encontro às necessidades e que vão ao encontro das políticas sociais.

5. Metodologia

Apresento ao longo deste relatório a minha experiência profissional, no desenho e desenvolvimento de projetos. A metodologia é qualitativa através da técnica análise documental e contextualização dos projetos desenvolvidos e dos resultados apresentados durante 10 anos de experiência profissional.

Foi elaborada uma pesquisa bibliográfica sobre as demais áreas de intervenção, fontes primárias e secundárias que nos permitiram ser o mais assertivo neste percurso de análise, validando e apresentando sugestões de melhoria.

Ao nível de fontes primárias recorremos aos guias e regulamentos de elaboração de candidaturas:

- ✓ “Programa Juventude em Ação 2007-2013”,
- ✓ Guia do Programa Juventude em Ação 2008
- ✓ Guia do Programa Juventude em Ação 2009
- ✓ Guia do Programa Juventude em Ação 2010
- ✓ Guia do Programa Juventude em Ação 2011
- ✓ Guia do Programa Juventude em Ação 2012
- ✓ Guia do Programa Juventude em Ação 2013
- ✓ Regulamento Programa Escolhas 3º Geração”
- ✓ Regulamento Programa Escolhas 4º Geração”
- ✓ Regulamento Programa Escolhas 5ª Geração”
- ✓ Regulamento Programa Escolhas 5º Geração – Projetos Pontuais
- ✓ Regulamento da 4ª Edição do prémio SIC Esperança [Rock in Rio - Escola Solar 2013].
- ✓ Regulamento de apresentação de candidaturas EDP – Solidária – categoria Hortas Solidárias 2014

A utilização de fontes secundárias, os relatórios finais de cada projeto, as revistas e documentos publicados. Análise das avaliações efetuadas e dos impactos verificados nos territórios de intervenção.

PARTE II – ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL E PROFISSIONAL

1. Caracterização sócio - demográfica do Funchal

A Região Autónoma da Madeira integra uma das regiões autónomas de Portugal, correspondendo territorialmente ao arquipélago da Madeira sendo o seu vizinho marítimo mais próximo o arquipélago espanhol das Canárias, situado ao largo de Marrocos, África.

A Região é dotada de autonomia política e administrativa através do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma da Madeira, previsto na Constituição da República Portuguesa.

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea b) do artigo 161.º da Constituição, ouvida a Assembleia Legislativa Regional da Madeira, para valer como lei geral da República o seguinte:

Princípios fundamentais:

Região Autónoma da Madeira

O arquipélago da Madeira constitui uma Região Autónoma da República Portuguesa, dotada de Estatuto Político-Administrativo e de órgãos de governo próprio.

Pessoa coletiva territorial A Região Autónoma da Madeira é uma pessoa coletiva territorial, dotada de personalidade jurídica de direito público.

Território 1 - O arquipélago da Madeira é composto pelas ilhas da Madeira, do Porto Santo, Desertas, Selvagens e seus ilhéus. 2 - A Região Autónoma da Madeira abrange ainda o mar circundante e seus fundos, designadamente as águas territoriais e a zona económica exclusiva, nos termos da lei.

Regime autonómico

1 - O Estado respeita, na sua organização e funcionamento, o regime autonómico insular e a identidade regional como expressão do seu direito à diferença.

2 - O regime autonómico próprio da Região Autónoma da Madeira fundamenta-se nas suas características geográficas, económicas, sociais e culturais e nas históricas aspirações autonomistas do seu povo.

Autonomia política, administrativa, financeira, económica e fiscal

1 - A autonomia política, administrativa, financeira, económica e fiscal da Região Autónoma da Madeira não afeta a integridade da soberania do Estado e exerce-se no quadro da Constituição e deste Estatuto.

2 - A autonomia da Região Autónoma da Madeira visa a participação democrática dos cidadãos, o desenvolvimento económico e social integrado do arquipélago e a promoção e defesa dos valores e interesses do seu povo, bem como o reforço da unidade nacional e dos laços de solidariedade entre todos os portugueses.

A Região Autónoma da Madeira faz parte integral da União Europeia com o estatuto de região ultraperiférica do território da União, conforme estabelecido no artigo 299º-2 do Tratado da União Europeia.

A administração local em Portugal consiste na administração pública exercida pelas autarquias locais: municípios e as freguesias. São entidades autónomas, com larga tradição histórica, que visam prosseguir os interesses coletivos próprios da população residente numa determinada área de circunscrição territorial, através de órgãos representativos eleitos democraticamente por sufrágio universal direto e secreto dos cidadãos residentes.

De acordo com Rodrigues (1997 citado em Ruivo 2002), no que concerne ao poder local em Portugal “tem desempenhado um importante papel em termos de promoção do desenvolvimento e na elaboração da política económica e social” (p.55).

Em Portugal nos últimos anos têm vindo a emergir um número de iniciativas e projetos locais que desenvolvem atividades no campo da melhoria das condições de vida e de trabalho das suas populações, em alguns casos acabam por funcionar como um excelente posto de observação sobre as potencialidades e os limites de iniciativas com sede local. (Reis 1988,1991)

Também na opinião de Jacinto (1994 citado em Ruivo 2002), “é reconhecido que a administração local em Portugal se encontra no limiar de uma nova fase” (p.55) A fase do imediatismo decisório que caracterizou em grande medida o Poder Local português tende pois a conviver agora com outros novos momentos e desafios a esse Poder, entre os quais

salientaria a ponderação técnica e o apoio à tomada de decisão. (Ruivo & Francisco 1999 citado em Ruivo 2002).

Para Ruivo (2002) presenciamos atualmente a um outro tipo de envolvimento municipal com reflexos, designadamente ao nível do ordenamento e da promoção de iniciativas que possam contribuir para o desenvolvimento económico e coesão dos respetivos territórios.

O Poder Local² integra as freguesias, os municípios e também as associações de municípios. Nas eleições locais são eleitos a assembleia de freguesia, a assembleia municipal e a câmara municipal.

Aos órgãos do poder local podem candidatar-se grupos de cidadãos organizados em listas independentes dos partidos. As assembleias da freguesia são eleitas, sendo o presidente da Junta de Freguesia o primeiro candidato da lista que reunir maior número de votos, e sendo-lhe dada a possibilidade de escolher o executivo que o acompanha entre os restantes membros eleitos para a assembleia de freguesia, quer pertençam à lista apresentada pelo seu partido quer por qualquer outra força política. Nas assembleias de freguesia, assembleias municipais e câmaras municipais a representação é proporcional, isto é em cada um destes órgãos estão representadas todas as forças políticas (partidos, coligações de partidos ou grupos de cidadãos) que obtiveram votos suficientes.

² Esta informação foi retirada do site <http://www.portugal.gov.pt/pt/a-democracia-portuguesa/o-poder-local/o-poder-local.aspx>, acedido em 26 de março de 2016.

Municípios³

Nos termos da Constituição da República Portuguesa, a organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais, as quais são pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos e que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas (artigo 235.º). No continente, as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas (artigo 236.º/1), embora estas últimas ainda não tenham sido instituídas em concreto (artigos 255.º e 256.º).

Os municípios são as autarquias locais que visam a prossecução de interesses próprios da população residente na circunscrição concelhia, mediante órgãos representativos por ela eleitos.

Os órgãos representativos do município são a assembleia municipal (órgão deliberativo) e a câmara municipal (órgão executivo).

O quadro de competências e regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios constam da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e ainda da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com as posteriores alterações, nas partes não revogadas pela Lei n.º 75/2013.

Atualmente existem 308 municípios, dos quais 278 municípios no Continente, 19 na Região Autónoma dos Açores e 11 na Região Autónoma da Madeira.

³ Esta informação foi retirada do site <http://www.portautarquico.pt/pt-PT/administracao-local/entidades-autarquicas/municipios/>

acedido em 26 de março de 2016.

Concelho do Funchal

O Município do Funchal ocupa uma área de 76,15 Km², distribuída por dez freguesias, onde residem, com base nos resultados dos Censos 2011, 111.892 habitantes (cerca de 41,8% da população da Região Autónoma da Madeira), sendo, portanto, o mais densamente povoado da Região, com cerca de 1469 hab/Km².

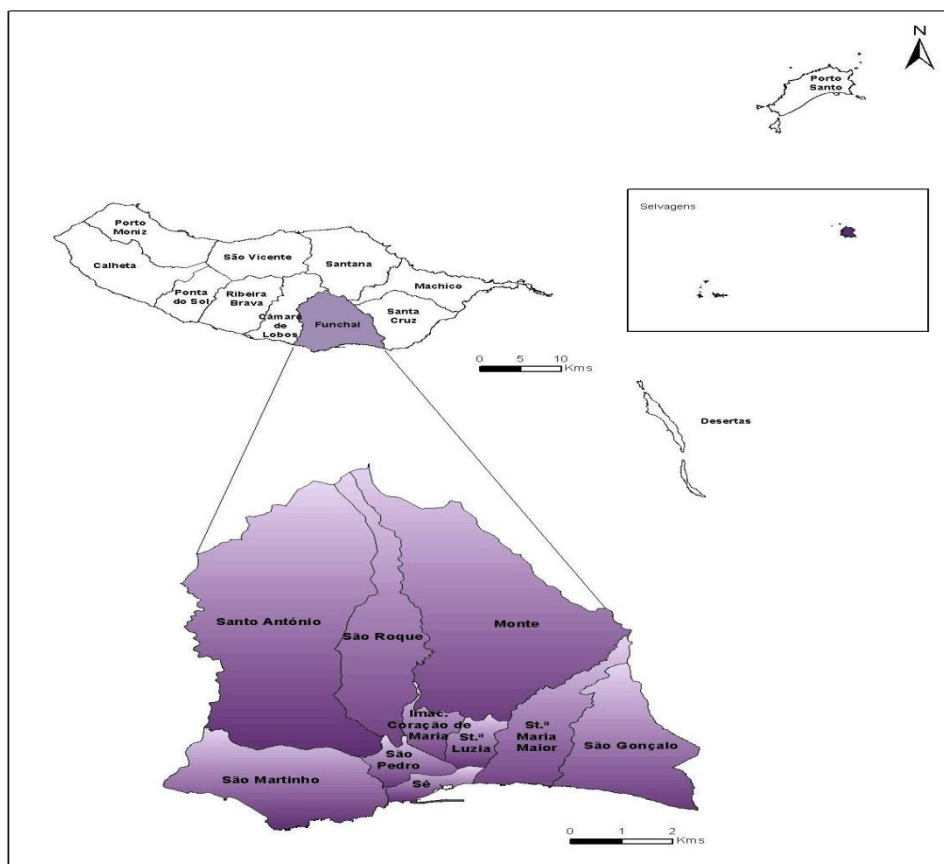


Figura 2 Enquadramento Territorial

Fonte: Câmara Municipal do Funchal | Departamento de Planeamento Estratégico 1, Gabinete de Informação Geográfica, Retrato Estatístico do Município do Funchal - Resultados Definitivos dos Censos 2011

Esta elevada densidade populacional sofre um agravamento, se tivermos em conta que a ocupação do território não acontece de forma homogénea, ou seja, a fixação da população é feita, de um modo geral, abaixo da cota dos 700 metros.

O Município do Funchal é um dos onze municípios da Região Autónoma da Madeira, é constituído por dez freguesias, designadamente, Imaculado Coração de Maria, Monte, Santa Luzia, Santa Maria Maior, Santo António, São Gonçalo, São Martinho e São Pedro.

É uma divisão administrativa, pelo que se encontra sob a tutela de um comité executivo e legislativo que cumpre as suas funções na Câmara Municipal do Funchal, cujas suas competências estão previstas na lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e ainda da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com as posteriores alterações, nas partes não revogadas pela Lei n.º 75/2013.

Quadro 4 - Evolução da População Residente

Zona Geográfica	2001			2011		
	Total	H	M	Total	H	M
Portugal	10 356 117	5 000 141	5 355 976	10 562 178	5 046 600	5 515 578
R. A. Madeira	245 011	115 211	129 800	267 785	126 268	141 517
Funchal	103 961	48 497	55 464	111 892	52 073	59 819

Fonte: Câmara Municipal do Funchal | Departamento de Planeamento Estratégico | Gabinete de Informação Geográfica, Retrato Estatístico do Município do Funchal - Resultados Definitivos dos Censos 2011

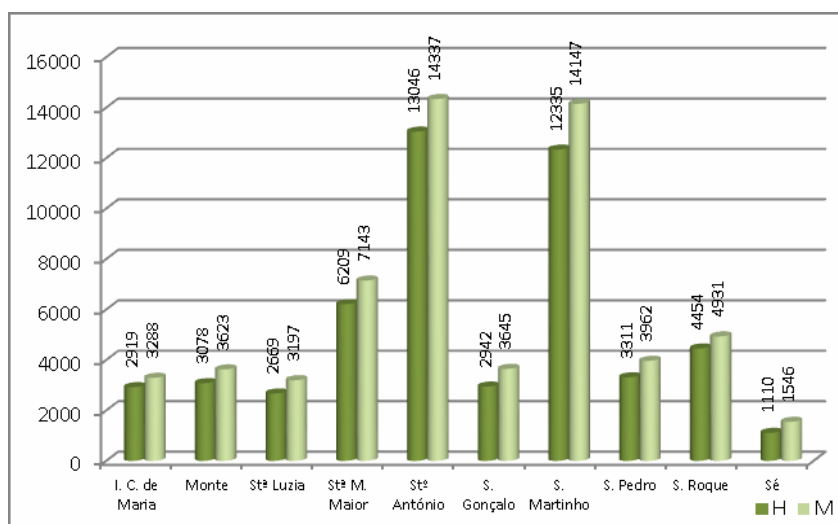


Figura 3 População Residente em 2011, por Sexo - Freguesias

Fonte: Câmara Municipal do Funchal | Departamento de Planeamento Estratégico | Gabinete de Informação Geográfica, Retrato Estatístico do Município do Funchal - Resultados Definitivos dos Censos 2011

Das dez Freguesias que compõem o concelho, apenas quatro viram a sua população aumentar. São elas: S. Martinho (28,3%), Santo António (24,9%) Sé (23,6%) e S. Roque (1,2%). As restantes Freguesias sofreram perdas em relação a 2001, destacando-se Santa Luzia, Imaculado Coração de Maria e o Monte, com variações de -12,4%, -10,7% e -10%, respetivamente.

O município do Funchal tem 111 892 residentes (41,8% da população da RAM). Destaca-se o crescimento de 7,6% relativamente a 2001, o que se traduz em mais 7931 residentes;

O número médio de pessoas por família clássica é de 2,8.

Para Ruivo (2002) “Portugal é um país que tem uma grande diversidade de sistemas regionais e locais, todos eles distintos sob múltiplos pontos de vista (económico, o social, o cultural e o político, por exemplo). Tais sistemas são portadores de identidades específicas as quais, para além do mais, tem conhecido processos de mudança diferenciados, com dinamismos e velocidades variáveis consoante a inserção territorial” (p.56). Perante o supramencionado os contextos locais que servem de base a qualquer intervenção são neste sentido diversos, facto esse que decorre, entre outros aspetos do respetivo posicionamento geográfico, das condicionantes do meio físico, das atividades económicas dominantes, da envolvente social ou ainda, variável importante tal como referido, os protagonistas das elites locais e de alguns dos seus atores individuais.

As diferenças e os eventuais desequilíbrios regionais e locais são produtores de situações de vulnerabilidade à pobreza e a marginalização social. Neste sentido sendo a pobreza uma realidade social complexa e multifacetada, as formas de a ela reagir, bem como os mecanismos para tal postos em prática, quer regional quer localmente, por diferentes autores devem ser compreendidos e analisados à luz da heterogeneidade que os caracteriza e da multiplicidade de registos que deles emana.

Num primeiro momento a intervenção das autarquias passou por ser no domínio das infraestruturas e de uma política do tipo assistencial face a determinadas exigências e necessidades das populações locais, num segundo momento a intervenção foi sendo cada vez mais confrontada com a exigência de uma crescente liderança em torno de determinadas

estratégias básicas conducentes ao reforço da coesão e identidade social local, no seio de uma aliança tendo em vista o desenvolvimento e a qualidade de vida do território. (Ruivo & Veneza, 1988, Mozzicafreddo, 1993 citado em Ruivo 2002).

Na ótica de Mozzicafreddo (1993 citado por Ruivo 2002), “as diferentes estratégias municipais deverão ser equacionadas a partir dos seguintes parâmetros: a) o grau de autonomia do governo local face à administração central; b) o poder dos grupos sociais e económicos locais; c) as capacidades em gerir os equilíbrios sociais e económicos locais; d) as diversidades locais; e) as possibilidades económicas e financeiras das autarquias locais” (p.57).

As dimensões referidas são importantes porque através da sua análise pode resultar a apreensão de diferentes modelos de “gestão e legitimidade dos sistemas políticos locais” Mozzicafreddo (1991 citado em Ruivo 2002).

Num contexto de intervenção autárquica as dimensões referidas são importantes e variam consoante as diferenças encontradas numa perspetiva não só espacial mas também temporal, assim segundo Ruivo (2002) parte-se do pressuposto que as autarquias em colaboração em outras estruturas dos poderes locais, têm preconizado um envolvimento progressivo em políticas locais de combate à pobreza.

Sendo que a pobreza é marcada por especificidades que se exprimem em diferentes indivíduos, famílias ou comunidades de forma particular, as suas configurações quer o seu significado dependem do tipo de sociedade e do contexto em que essa mesma pobreza é produzida e reproduzida. “As formas para combater a pobreza e erradicar devem ser aplicadas e adaptadas a nível local”. (Ruivo 2002, p.58)

2. Orientações Políticas do Município em Matéria Social

A implementação de Projetos no concelho do Funchal correspondendo ao período 2005 a 2015 tiveram orientações e acompanhamento de acordo com as necessidades sentidas ao nível local do concelho do Funchal e foram elaborados sempre com a orientação e supervisão da vereação com a tutela de Política Social.

Os projetos são enquadrados no âmbito da Política Social levada a cabo pelo Município.

A Autarquia do Funchal no âmbito da sua Política Social juntou sinergias com outras entidades para implementar projetos de proximidade para a população do concelho sendo delimitada a intervenção em dois eixos: projetos para os seus Bairros Sociais feitos de acordo com os diagnósticos de necessidades locais e projetos para a população estudante, juvenil e sénior do Colaboração nos projetos elaborados para os Bairros Sociais e para a população juvenil do concelho que concebemos, coordenamos e implementamos com equipas multidisciplinares nos últimos dez anos.

Períodos Eleitorais

O período 2005-2009 a presidência da Câmara do Funchal foi assumida pelo Dr. Miguel Albuquerque, pelo Partido PSD – Madeira a vereação que tinha a cargo a Política Social ficou a cargo neste mandato pela Vereadora Dra. Rubina Leal

O período de 2009-2013 a presidência da Câmara do Funchal voltou a ser assumida pelo Dr. Miguel Albuquerque, pelo Partido PSD – Madeira a vereação que tinha a cargo a Política Social ficou a cargo neste mandato pela Vereadora Dra. Rubina Leal.

Desde 29 de setembro de 2013, Dr. Paulo Alexandre Cafofo torna-se Presidente da Câmara Municipal do Funchal, eleito pela Coligação Mudança, formada pelo PS, BE, PND, MPT, PTP e PAN, liderando uma equipa de independentes. A vereação que tem a parte social foi até Maio de 2014 foi Dr. Edgar Silva que se demitiu, a partir dessa data ficou a Vereadora Dra. Madalena Nunes até à presente data.

3. Sociohabitafunchal E.M

O Direito Social à Habitação

O Estado Português prevê na Constituição da Republica Portuguesa no Capítulo II- Direitos e Deveres sociais artigo 65º - Habitação e Urbanismo o direito social ao acesso a uma habitação condigna: “Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.” (artigo 65, ponto 1.)

O Estado intervém neste sector cumprindo a sua função reguladora e criando mecanismos para que a generalidade da população possa aceder a uma habitação condigna, incluindo os estratos mais carenciados, quer através dos realojamentos sociais como também através de programas de apoio que permitam solucionar o seu problema habitacional.

A missão das políticas de habitação levadas a cabo pelo Estado, Municípios e outras Entidades vão no sentido de garantir a todos os cidadãos o acesso a uma habitação digna, assim como, de promover a qualidade urbana.

A Habitação Social no Município do Funchal

Evolução do Parque Habitacional do Município⁴

O parque habitacional do Município do Funchal surge em duas fases distintas:

Uma primeira, iniciada em 1941 com a construção de 215 fogos distribuídos pelos bairros de Santa Maria Maior, São Gonçalo e Viveiros, no mandato do Dr. Fernão de Ornelas e terminada em finais da década de 70 com a construção dos bairros dos Viveiros (Blocos), Quinta Falcão, Ponte, Penha de França e Quinta das Freiras. Estes bairros são constituídos essencialmente por habitações de dimensões reduzidas e construídas com materiais que atingiram já o limite da sua vida útil.

⁴ Esta informação foi retirada do site da empresa municipal Sociohabitafunchal, E.M <http://www.cm-funchal.pt/Sociohabitafunchal/> acedida a 17 de Setembro de 2016

Seguiu-se uma segunda fase, a partir de 1995, no mandato do Dr. Miguel Albuquerque, com a criação do Departamento de Habitação, na qual foram celebrados três Acordos de Colaboração com a Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM - (IHM), Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE), posteriormente substituído pelo Instituto Nacional de Habitação (INH), que por sua vez passou a denominar-se Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) em 2009, para construção de habitações de carácter definitivo, respeitando os novos regulamentos de edificação urbana, privilegiando aspetos como o conforto, a durabilidade das habitações e preocupação ambientais.

A necessidade de realojar as famílias no concelho do Funchal começou há cerca de duas décadas devido às condições precárias das habitações, patente pelo elevado número de pessoas a viviam em furnas, telheiros e barracas, na maioria dos casos situados em zonas de risco, junto às ribeiras, tais como: Britadeira João Augusto Sousa (Ribeira de Santo António), Bairro da Ribeira de João Gomes, Avenida Luís de Camões, Beco da Escola, Beco do Corgo, Praia Formosa, entre outros. A juntar a este problema, o Parque Habitacional do Município era constituído na altura por 441 fogos, construídos nas décadas de 30 e 70, os quais apresentavam graves problemas de conservação, para além da existência de um elevado número de coabitantes que sobrelotavam estes Bairros Sociais.

No sentido de colmatar estes problemas habitacionais, os Serviços de Habitação Social do Município sofreram uma evolução ao longo dos tempos.

Numa primeira fase, em 1995 foi criado o Departamento de Habitação da Câmara Municipal do Funchal, tendo sido substituído, em Março de 2005, pela atual Empresa Municipal de Habitação – SOCIOHABITAFUNCHAL EM, criada ao abrigo da lei nº58/98 de 18 de Agosto revogada pelo artigo 49 da lei 53-F/2006 DE 29 Dezembro.

Atualmente a SociohabitaFunchal, E.M rege-se pela lei 50/2012 de 31 de Agosto *“aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e revoga as leis 53-F/2006 de 29 de Dezembro e 55/2011 de 15 de Novembro de 31 de Agosto.”*

Entidade empresarial local, SociohabitaFunchal E.M., Empresa Municipal de Habitação, contribuinte n.º 511237880, com o capital social de 200.000,00 €, subscrito integralmente pelo Município, foi constituída nos termos da Lei 58/98 de 18 agosto, por

escritura celebrada no Notariado Privativo da Câmara Municipal do Funchal, em 23 de fevereiro de 2005, tendo por objetivo principal a promoção, construção, manutenção e gestão social do parque habitacional do Município do Funchal, assim como dos centros comunitários e de outros equipamentos afetos a esse património.

É uma empresa pública dotada, de personalidade e capacidade jurídica, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

A Sociohabitafunchal, E.M., tem seguintes grandes objetivos:

1. Gestão social, patrimonial e financeira do parque habitacional do Município do Funchal
2. Promoção, construção, manutenção, atribuição de habitação social, e encaminhamento de famílias para soluções habitacionais alternativas
3. Desenvolvimento de trabalho social e comunitário

MISSÃO:

Contribuir para a melhoria das condições habitacionais e sociais das famílias de fracos recursos do concelho do Funchal.

OBJETIVOS:

- Proporcionar uma habitação condigna às famílias que aguardam realojamento social no concelho;
- Assegurar a manutenção do parque habitacional de habitação social do Município;
- Promover a elevação social dos inquilinos de habitação social do parque habitacional do Município.

Recursos Humanos da Sociohabitafunchal E.M.

A Sociohabitafunchal, E.M. encontra-se estruturada em Departamentos, designadamente, Departamento de Gestão Social, Departamento de Promoção Habitacional, Departamento de Manutenção Habitacional, Departamento Administrativo e Gabinete de Estudos e Projetos, os quais são compostos na sua totalidade, por 33 funcionários.

Em relação ao Departamento de Gestão Social, esta Empresa desenvolve uma atividade muito vocacionada para a intervenção social, efetuando a gestão dos empreendimentos e dos Centros Comunitários.

Assim, através da sua equipa multidisciplinar é efetuado um trabalho de extrema relevância, desde o acompanhamento individualizado às famílias ao desenvolvimento de Projetos de Inclusão Social e de formação da população.

As principais atribuições do departamento de Gestão Social:

- Apoio social, acompanhamento às famílias residentes e vistorias às suas habitações, com o desenvolvimento de trabalho de comunidade e de integração social das famílias;
- Atendimento às famílias residentes, aquando de pedidos de transferência de habitação, coabitação, exclusão, desdobramentos, mudanças de titularidade, trocas de habitação, reclamações/solicitações referentes ao Bloco e/ou Bairro;
- Sinalização, acompanhamento e encaminhamento de situações-problema (alcoolismo, toxicodependência, violência familiar, desemprego, abandono precoce escolar) para outras instituições específicas;
- Preparação para o realojamento social, sensibilizando para uma boa manutenção das habitações, através do conhecimento dos seus direitos e deveres enquanto inquilinos e transmitindo regras de convivência com o intuito de minimizar os conflitos, melhorar as relações de vizinhança e facilitar a integração das famílias;
- Gestão do sistema de condomínios, incutindo e incentivando formas de autogestão e organização: realização de reuniões de condomínio, designação de um administrador por Bloco e preservação e manutenção dos espaços comuns;
- Articulação com outras instituições no acompanhamento social das famílias;
- Implementação de projetos/ações que abarcam diversas áreas de intervenção: educação/formação, saúde, desporto, ambiente, ocupação de tempos livres, animação e lazer, artes plásticas, expressão musical e dramática.

Parque habitacional do Município do Funchal

Atualmente o parque habitacional do Município é composto por 1.233 fogos, num total de 33 Conjuntos Habitacionais, edificados nas várias freguesias do concelho

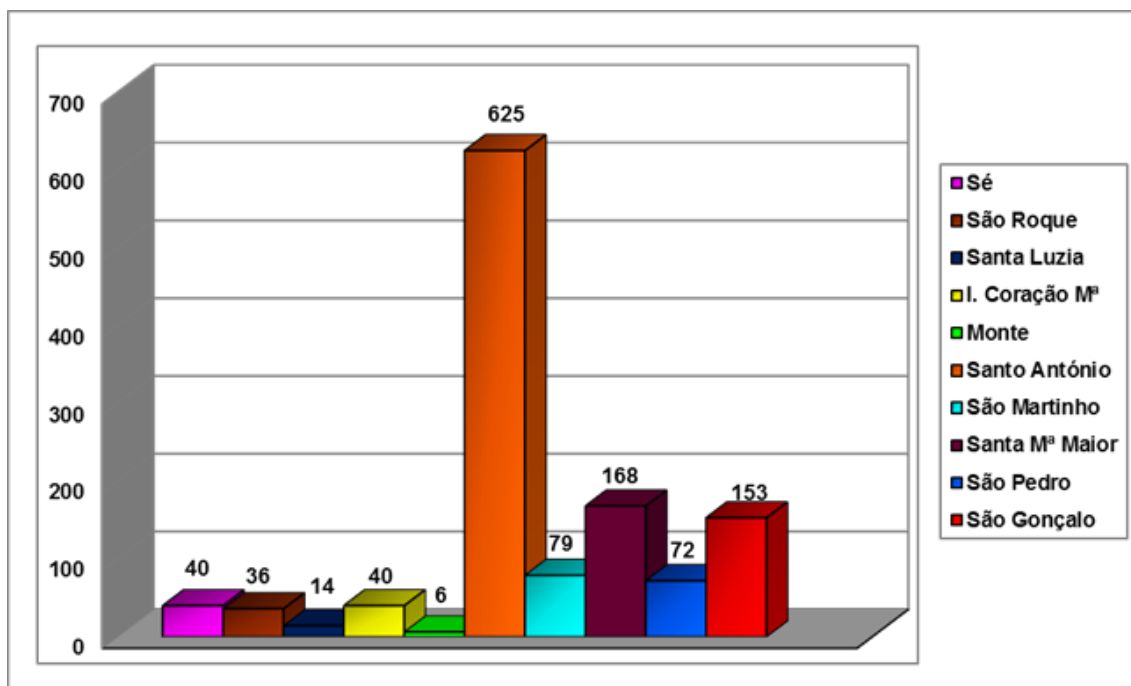


Figura 4 Número de Fogos por Freguesia Total: 1.233 Fogos

Fonte: Sociohabitafunchal

A figura 4 apresenta o n.º de fogos construídos pelo Município do Funchal. O total de fogos construídos até ao ano 2011 totaliza 1.233 registando uma maior concentração de habitações na freguesia de Santo António.

Quadro 5 – Parque habitacional gerido pela Sociohabitafunchal EM.

Freguesias		Bairros	N.º fogos	Total
Sé	2	Conjunto Habitacional da Alegria	32	40
	2	Conjunto Habitacional da Alegria II	8	
São Pedro	a)	Conjunto Residencial Viveiros	3	72
	a)	Viveiros Bloco G	6	
	2	Conjunto Habitacional dos Viveiros III	16	
	3	Conjunto Habitacional dos Viveiros III (1ª Fase)	24	
	1	Conjunto Habitacional da Achada	1	
	2	Conjunto Habitacional das Cruzes	18	
	b)	Outras Habitações	4	
Imaculado C. Maria	a)	Penha de França	31	40
	1	Conjunto Habitacional dos Viveiros II	7	
	b)	Outras Habitações	2	
Santa Luzia	2	Conjunto Habitacional do Comboio	14	14
Monte	2	Conjunto Habitacional das Laginhas	6	6
São Roque	a)	Bairro de São Roque	8	36
	1	Conjunto Habitacional de São Roque II	20	
	2	Conjunto Habitacional da Penteada	8	
Santa Maria Maior	a)	Bairro das Murteiras	4	168
	a)	Bairro de Santa Maria	96	
	2	Conjunto Habitacional do Pasto	8	
	2	Conjunto Habitacional do Canto do Muro III	48	
	3	Conjunto Habitacional da Quinta do Faial	3	
	b)	Outras Habitações	9	
São Gonçalo	1	Conjunto Habitacional do Palheiro Ferreiro	70	153
	1	Conjunto Habitacional do Canto do Muro I	35	
	2	Conjunto Habitacional do Canto do Muro II	48	
São Martinho	2	Conjunto Habitacional da Várzea	67	79
	2	Conjunto Habitacional das Virtudes	9	
	2	Conjunto Habitacional dos Barreiros	3	
Santo António	a)	Bairro da Quinta Falcão	84	620
	a)	Bairro da Quinta das Freiras	33	
	a)	Bairro da Ponte	17	
	a)	Bairro da Ribeira Grande	30	
	1	Conjunto Habitacional da Quinta Falcão	48	
	1	Conjunto Habitacional da Quinta Josefina	102	
	1	Conjunto Habitacional das Romeiras	160	
	2	Conjunto Habitacional do Pico Barcelos	72	
	2	Conjunto Habitacional de Santo Amaro	48	
	2	Conjunto Habitacional da Orquídea	8	
	3	Conjunto Habitacional da Quinta Falcão II (1ª Fase)	16	
	b)	Outras Habitações	2	
TOTAL		TOTAL DE FOGOS	1233	1233

Fonte: Sociohabitafunchal, EM. 2016

- a) - Fogos construídos antes de 1994
- b) - Outras Habitações
- 1 - 1º Acordo de Colaboração - (444 Fogos)
- 2 - 2º Acordo de Colaboração - (555 Fogos)
- 3 - 3º Acordo de Colaboração - (1084 Fogos)

Equipamentos Sociais

Paralelamente à construção de habitação social, têm sido promovidas diversas estruturas de apoio localizadas nos próprios empreendimentos as quais têm como principais objetivos a implementação de Projetos de Intervenção Comunitária, proporcionando a integração/inclusão social, a formação e o desenvolvimento social da população realojada. Foram criados 8 centros comunitários: São Gonçalo, Canto do Muro, Palheiro Ferreiro, Musica@arte, Atelier da Quinta Falcão, Pico dos Barcelos, Espaço Social das Cruzes e Quinta Josefina

No sentido de dar resposta as necessidades das famílias que residem nos bairros sociais inquilinos de Habitação Social e recém-realojados foi criada a Oficina Solidária de marcenaria e estofamento de recuperação de móveis a serem atribuídos a famílias desfavorecidas.

Ao nível dos espaços das áreas circundantes dos bairros sociais (terrenos baldios) foram criados 1 Pomar Comunitário e 164 Hortas Sociais;

Ao nível do desporto a Sociohabitafunchal E.M efetua a gestão de 5 polidesportivos, Santo Amaro, Palheiro Ferreiro, Canto do Muro, Quinta Falcão e Romeiras.

PARTE III- PROGRAMAS E PROJETOS PROFISSIONAIS

O analfabeto do século XXI não será aquele que não consegue ler e escrever, mas aquele que não consegue aprender, desaprender, e reaprender.

Alvin Toffler

1. Câmara Municipal do Funchal – Divisão de Educação

Estagiária (Estágio Profissional)



Figura 5 Cartaz do projeto - Educar para a Cidadania

Iniciei o meu estágio profissional como Técnica Superior de Educação Social na Divisão de Educação da Câmara Municipal do Funchal a 14 de Novembro de 2005. Coincidiu com a entrada de uma nova equipa de vereação na Autarquia, sob a alçada da vereadora Dra. Rubina Leal, onde tive a oportunidade de colaborar na conceção e dinamização do projeto “Educar para a Cidadania” no Concelho do Funchal. No âmbito do projeto foram realizadas atividades de educação para os afetos, educação para a saúde – higiene oral e corporal, educação parental, educação multicultural e educação de adultos

Foi – me proposto trabalhar com crianças residentes no Bairro da Ribeira Grande, no período 2005-2006 ainda não havia um centro comunitário naquele bairro, a intervenção e as atividades realizadas com foram efetuadas na Carrinha de Educação Ambiental (Um autocarro que se transforma numa sala de aulas). Foi uma experiencia gratificante semanalmente ver a alegria das crianças quando chegávamos ao Bairro. Desenvolvemos nesse período atividades educativas de ocupação de tempos livres.

Foi efetuado um acompanhamento psicossocial de 25 crianças e jovens do Bairro Social da Ribeira Grande. Reforço pedagógico educativo em situações de absentismo/abandono escolar.

Ocupação de tempos livres através do encaminhamento, de oito jovens para a participação no Programa “Jovem em Formação”. Os jovens que participaram neste programa com idades compreendidas entre os 14 e os 17 anos residiam em bairros sociais onde a problemática da toxicodependência está presente. Neste sentido, a ocupação destes jovens durante as suas férias foi uma mais-valia para eles e concomitantemente para as suas famílias. No fim do programa cada jovem relatou a sua experiência, numa reunião que foi efetuada conjuntamente com os pais, e outros jovens, que revelaram interesse em frequentar no próximo ano, atividades deste cariz.

1.1 Educação Parental

Conceção de um Programa de Educação Parental em parceria com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco do Concelho do Funchal (CPCJF). Tendo sido o primeiro a ser desenvolvido pela Câmara do Funchal.

Projeto de Competências parentais Mãe Pai profissão para Toda a Vida.

Conceção de um Programa de Educação Parental em parceria com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco do Concelho do Funchal (CPCJF).

Lei n.º147/99 de 1 de Setembro Lei de proteção de crianças e jovens em perigo

Artigo 41º

“ *Educação parental 1* — Quando sejam aplicadas as medidas previstas nos artigos 39ª e 40º, os pais ou os familiares a quem a criança ou o jovem sejam entregues podem beneficiar de um programa de formação visando o melhor exercício das funções parentais. 2 — O conteúdo e a duração dos programas de educação parental são objeto de regulamento”.

Foi uma experiência gratificante onde envolvemos vários profissionais conseguimos verificar resultados muito positivos nas famílias que foram acompanhadas durante os 6 meses de projeto. Enquanto os pais tinham formação tínhamos um técnico que ficava com as crianças no decorrer das sessões.

As comissões de Proteção de Crianças e Jovens deveriam de implementar programas desta dimensão porque conseguimos verificar resultados muito positivos através destas abordagens multidisciplinares.

1.2 Atividades com população sénior e de Educação Ambiental

Conceção e desenvolvimento de atividades (pedagógicas, didáticas e lúdicas) no Centro Comunitário de São Gonçalo para crianças, jovens e idosos. Realização de visitas de estudo com idosos do concelho do Funchal no âmbito das atividades da Divisão de Ação Social da Câmara Municipal do Funchal (ao Centro da Ciência Viva do Porto Moniz, ao Engenho do Mel da Calheta, percurso pedestre no Paul do Mar).

Viagem a Tenerife durante uma semana com um grupo de 75 idosos do Concelho do Funchal, realização de visitas de estudo, atividades lúdico -pedagógicas ao longo da viagem.

Participação nas atividades da Bandeira Azul com a dinamização de jogos lúdico-pedagógicos sobre Energias Renováveis, ação de informação “Segurança nas Praias”, nos bairros sociais da Autarquia e Complexos Balneares do concelho do Funchal.

Participação no projeto *Coastwatch Europe* (vigilância do litoral) conjuntamente com os alunos e professores das escolas Secundárias do Concelho do Funchal.

1.3 Realização de Projetos para a dinamização da Ludoteca do Parque de Santa Catarina

A dinamização de atividades na Ludoteca de Santa Catarina foi uma aposta levada a cabo pela vereadora Dra. Rubina Leal e a nossa equipa da Divisão de Educação com a ocupação dos tempos livres dos filhos dos funcionários da Autarquia, neste sentido os funcionários dos vários departamentos com filhos não tinham obrigatoriedade de tirar férias nas interrupções letivas dos filhos. Neste sentido foram criados os ATLS Estrelinhas de Natal, Doces Amêndoas (Páscoa) e atividades de verão as tarefas que tive neste período foram a realização de atividades de ocupação de tempos livres, reforço pedagógico a crianças, atividades lúdico- pedagógicas, convívios intergeracionais, atividades com crianças, idosos e público em geral.

1.4 Formação de Adultos

Planificação e dinamização do curso de Formação “Comunicação – Relações Interpessoais”, que teve como formandas utentes do Atelier de Artes e Ofícios do Conjunto Habitacional da Quinta Josefina, num total de 15 senhoras na sua maioria desempregadas e beneficiárias do Rendimento Social de Inserção (RSI).

O estágio profissional terminou a 15 de Agosto de 2006.

1.5 Atividades Socioeducativas

Técnica Superior de Educação Social (Setembro a Dezembro de 2006)

Câmara Municipal do Funchal, Divisão de Educação

Dinamização do Projeto “Educar para a Cidadania” no Bairro Social da Ribeira Grande – Santo António e no Centro Comunitário de São Gonçalo.

Conceção e dinamização de um Curso de Educação Parental destinado a pais, familiares e jovens mães residentes no Bairro Social da Ribeira Grande

Planificação e dinamização de atividades lúdico – pedagógicas na Ludoteca de Santa Catarina: Segurança nas Praias, 35 h , Energias Renováveis”, 30h , “Reforço Pedagógico”, 480h “Dinâmicas de Grupo”, 6h “Educação Ambiental” – 120 h “A Fauna e a Flora Da Laurissilva”- 6h “Educação Parental”, 40h , A importância da água, 4 h, Comunicação – Relações Interpessoais, 9 h I Curso de Educação Parental – 18 h, Formadora nas áreas de Expressão Corporal e Plástica pela Junta de Freguesia da Sé.

Conceção e dinamização do II Curso de Educação Parental destinado a pais, familiares e jovens mães residentes no Bairro Social da Ribeira Grande
Conceção e dinamização do II Curso de Educação Parental destinado a pais, familiares e jovens mães residentes no Bairro Social da Ribeira Grande

Formadora na área da sexualidade, com a ação de informação “Educar para os Afetos”, que teve como formandos 90 alunos do 1º ciclo da Escola EB1/PE Caminho do Chão Santana

Formadora nas áreas de Educação Ambiental, Expressão Plástica, Expressão Dramática e Corporal através da Junta de Freguesia da Sé. Os destinatários das ações de formação são adultos e idosos do Concelho do Funchal.

2. Programa Escolhas 3ª geração

2.1 Projeto Alternativas

Durante o período 2007-2008 surgiu o projeto Alternativas candidatura feita e aprovada ao Programa Escolhas 3 geração, tendo sido nesse período o único projeto financiado pelo Programa na Região Autónoma da Madeira. Surgiu devido à necessidade de localmente se intervir junto da população juvenil, residente em contextos vulneráveis, nomeadamente nos Bairros Sociais dos subúrbios da cidade do Funchal, freguesias de Santa Maria Maior (Conjunto Habitacional do Canto do Muro) e de São Gonçalo (Conjunto Habitacional do Palheiro Ferreiro). Este projeto juntou sinergias com várias entidades locais que formaram um consórcio: CMF (Entidade Promotora), DTIM (Entidade Gestora), Juntas de Freguesia de Santa Maria Maior e de São Gonçalo, Direção Regional de Educação e Direção Regional de Juventude.

O projeto era direcionado a crianças e jovens com idades compreendidas entre os 11 e os 24 anos e pretendeu desenvolver nelas competências pessoais, sociais e profissionais, de modo a prevenir comportamentos de risco, estimular a resiliência, promover a coesão social e combater o fenómeno da infoexclusão.



Figura 6 - Sede do projeto Alternativas: Conjunto Habitacional do Palheiro Ferreiro

O Conjunto Habitacional do Palheiro Ferreiro, construído em 1998 ao abrigo do 1.º Acordo de Colaboração, situa-se na Rua Lombo Centeio, nas zonas altas da Freguesia de São Gonçalo. Possui 70 fogos (40 T2 e 30 T3), maioritariamente duplex, distribuídos por 7 blocos.

Neste empreendimento residem 72 agregados, oriundos de zonas fisicamente muito degradadas na Freguesia de São Gonçalo (Quartel do Palheiro Ferreiro, Vereda das Furnas, Furnas do Mano e do Sítio das Neves). Neste empreendimento houve a preocupação de não desenraizar as famílias, uma vez que foram realojadas próximo do seu local de origem.

A sua população é maioritariamente jovem, predominando as famílias nucleares. Grande parte dos residentes exerce atividade profissional, no entanto, muitos jovens não têm ocupação nem projetos de vida, existindo muitos casos de insucesso e consequente abandono escolar.

Este empreendimento encontra-se bastante isolado em termos de localização geográfica, tendo como única infraestrutura o Campo de Futebol do 1.º de Maio, e, como equipamentos sociais, o Centro Comunitário e um Campo Polidesportivo.

Acróstico do Projeto Alternativas elaborado pelo professor António Castro que serviu durante dois anos como forma de promover o projeto e consta ainda hoje no site da associação sócio cultural alternativas jovens:

ADQUIRIR NOVAS COMPETÊNCIAS

LÚDICAS E PEDAGÓGICAS

TRABALHANDO EM GRUPO

ENRIQUECENDO CONHECIMENTOS

REVIVENDO EXPERIÊNCIAS...

NÃO EXCLUIR:

ADICIONAR!

TRAÇAR NOVOS RUMOS

INCENTIVAR A PERTENÇA

VENCER DESAFIOS.

AUMENTAR A AUTOESTIMA

SER CIDADÃO CONSCIENTE!

O projeto assentava na conceção de oficinas de trabalho: teatro, música, dança, desporto (capoeira e esgrima), competências, expressão plástica, reforço pedagógico, educação ambiental, espaço net – cid@net como forma de combater a infoexclusão dos jovens.

Assumi a coordenação do Projeto e de uma equipa multidisciplinar algumas das tarefas desempenhadas:

Conceção e dinamização do I curso de Competências Parentais no âmbito do projeto Alternativas, financiado pelo Programa Escolhas de 9 de Maio a 8 de Agosto com a duração de 40 h.

Facilitadora do Curso de Literacia Financeira no âmbito do projeto “Contas à Vida” de Fevereiro a Maio de 2008, uma parceria entre Programa Escolhas e Barclays Funchal com a duração de 25 h.

Formação ministrada no âmbito do Projeto Alternativas integrado no Programa Escolhas

- Formadora de Competências Pessoais e Sociais no Curso: Relações Interpessoais – Dinâmicas de Grupo, na Escola 2 e 3 Ciclo dos Louros com a duração de 22 horas.- Ação Prevenir “A Afetividade” – 2h , “Técnicas de Procura de Emprego” – 50h , “Reforço Pedagógico”112h, Workshop “Prevenção da Violência entre Pares” – 4h, “Expressão Corporal e Dramática” – 20h, Workshop – “Estratégias de Intervenção com Crianças e Jovens dia 17 de Junho de 2008

2008 – Monitora do Programa Escolhas na atividade “Mar das Nações”, Acampamento que decorreu na Costa da Caparica, onde participaram 100 jovens provenientes dos 121 Projetos do Programa Escolhas

Durante estes dois anos de projeto no qual fui coordenadora, participei nas formações ministradas pelo Programa Escolhas no território nacional: aprendi imenso ao nível da coordenação, implementação de atividades, definição de objetivos, monitorização e avaliação de programas e projetos. O contato com outros coordenadores de outras zonas do país foi fundamental na partilha de experiências.

Envolvemos um total 370 crianças e jovens, 49 familiares e 24 outros perfazendo um total de 443 destinatários e tivemos etapas de adaptação e reformulação dos objetivos e estratégias previstas no sentido de uma maior adequabilidade aos destinatários das atividades. Aquando da sua conclusão, momento que coincide com fim do financiamento do PE em 2008, o projeto foi considerado uma Boa Prática em termos Nacional e Regional.

“Ao longo dos dois anos de execução do projeto verificou-se uma evolução significativa em toda a dinâmica do projeto, o que se traduz na execução do plano de atividades, no número de destinatários envolvidos, nos resultados alcançados e o empenhamento da equipa técnica e consórcio. Verificou-se a concretização do plano de atividades que tinha sido previsto em candidatura, em que muitas atividades apresentam uma execução superior ao que tinha sido definido, bem como a implementação de outras atividades inicialmente não previstas, mas que constituíram uma mais-valia para os destinatários do projeto. Saliente-se a criação de um grupo de animadores de rua, a assembleia municipal jovem, bem como a criação da Associação Sócio Cultural Alternativas Jovens (ASCAJ)” Avaliação Final Programa Escolhas a 4 de Março de 2009

Em Dezembro de 2008, terminou o financiamento do Projeto Alternativas, e fundamos conjuntamente com o consórcio e equipa do projeto alternativas a Associação Socio Cultural Alternativas Jovens. A equipa afeta a 100% ao projeto Alternativas, neste caso eu e o monitor cid@net fomos contratados para a Empresa Municipal Sociohabitafunchal E.M.

2.2 Associação Sócio - Cultural Alternativas Jovens - ASCAJ



Figura 7 Logotipo da ASCAJ

A Associação Sócio-Cultural Alternativas Jovens – ASCAJ, foi constituída em Janeiro de 2009, surgiu após a concretização do projeto Alternativas – Financiado pelo Programa Escolhas, visava contribuir para a inclusão social de crianças e jovens residentes em contextos vulneráveis nas freguesias de São Gonçalo e de Santa Maria Maior. A implementação do projeto foi assegurada por uma equipa multidisciplinar e por um Consórcio constituído pelas seguintes entidades: Câmara Municipal do Funchal, Direção Regional de Juventude e Desporto, Sociohabitafuncal, E.M., Junta de Freguesia de São Gonçalo, Direção Regional de Educação e a DTIM – Associação para o desenvolvimento das tecnologias de informação da Madeira.

Todo o consórcio empenhou-se na sustentabilidade do projeto a Sociohabitafuncal assegurou a equipa técnica e a sede do projeto ficou como Centro Comunitário do Palheiro Ferreiro.

Em 2008, com o apoio da Direção Regional de Juventude no sentido de garantirmos a sustentabilidade das atividades que eram financiadas anteriormente pelo programa escolhas, foi criada a Associação Sócio-Cultural Alternativas Jovens ASCAJ, tendo saído em publicação no JORAM a 12 de Janeiro de 2009.

Apresentávamos uma nova visão, intervenção local, regional, nacional e internacional onde deste 2009 concebemos projetos recorrendo a financiamentos locais, nacionais e internacionais em prol de uma intervenção comunitária conjuntamente com as crianças, jovens e adultos nas comunidades vulneráveis onde intervimos.

A ASCAJ tem como principais objetivos contribuir para a inclusão dos jovens, promover o empreendedorismo juvenil e ações de (in) formação aos jovens.

A educação e a formação são pilares fundamentais no desenvolvimento do ser Humano desde o momento que nasce até que morre!

Pretendemos que os jovens com quem a ASCAJ intervém sejam melhores cidadãos com acesso a oportunidades, informados e conscientizados para o papel que desempenham na sociedade

Potencializar o seu desenvolvimento, orientando-os e acompanhando-os a fazer ESCOLHAS saudáveis/viáveis e assertivas com vista à sua autonomização.

3. Sociohabitafunchal E.M

2009 até ao presente : Técnica Superior de Educação Social

Sociohabitafunchal – E.M – Empresa Municipal de Habitação Social da Câmara Municipal do Funchal

Gestão Social de três Bairros Sociais: Conjunto Habitacional de Santo Amaro IV, Conjunto Habitacional da Orquídea, Bairro da Ribeira Grande. Acompanhamento psicossocial de crianças jovens e famílias, gestão dos orçamentos familiares, acompanhamento de famílias no pagamento das rendas sociais, reuniões de moradores, gestão de conflitos e encaminhamento para formação e emprego.

Coordenadora de dois centros comunitários: Centro Comunitário do Palheiro Ferreiro e Centro Comunitário Musica@arte planificação de atividades e realização de projetos de intervenção comunitária para crianças e jovens e adultos, articulação com uma equipa multidisciplinar.

Formadora na área das Competências Pessoais, Sociais, Parentais e Profissionais de crianças, jovens e famílias.

Colaboração na elaboração da candidatura e membro da equipa do Projeto “Pomar Comunitário e Hortas Sociais de Educação Não Formal” à Fundação EDP solidaria 2014, categoria Hortas solidárias

Membro da equipa do Orçamento Participativo da Câmara Municipal do Funchal - 2014/2015

Orientadora de estágios curriculares dos cursos de Animação Sociocultural, Apoio Social.

Orientadora de estágios profissionais de Serviço Social e de Ensino Básico no período de 2013/2014

Conceção do projeto para a abertura do centro Musica@arte em 2011 no Bairro de Santo Amaro

Facilitadora no projeto Educar com @rte – formação direcionada a famílias multiproblemáticas e jovens desempregados Janeiro a Julho de 2009 em parceria com a Fundação Portuguesa a Comunidade Contra a Sida – Delegação Madeira

Trabalho em Rede com as Instituições locais: junta de Freguesias de Santo António, São Gonçalo Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM, DTIM

3.1 Conjunto Habitacional de Santo Amaro IV



Figura 8 Campanha de limpeza Conjunto Habitacional de Santo Amaro IV

O Conjunto Habitacional de Santo Amaro, construído ao abrigo do 2.º Acordo de Colaboração, em 2002, localiza-se na freguesia de Santo António.

Este empreendimento é constituído por 48 fogos de tipologia T3, onde residem 50 agregados familiares.

Estas famílias são provenientes das barracas da Vereda da Levada das Romeiras e do Bairro antigo da Quinta Falcão.

A população residente é maioritariamente jovem, existindo um elevado número de crianças. Destacam-se baixos níveis de instrução e de qualificação profissional.

Como principais características ao nível socio - económico podemos salientar que estas famílias se encontram maioritariamente no ativo, no entanto desempenham profissões com vínculos precários.

A Toxicodependência é dos problemas mais graves deste empreendimento e dos restantes de habitação social existentes na zona circundante, notando-se alguma insegurança relacionada com o consumo e tráfico de estupefacientes.

Este empreendimento encontra-se bem localizado em termos de infraestruturas, pois na área envolvente existem escolas, creches, comércio local e uma grande superfície comercial. Existe ainda um Centro Comunitário e um Polidesportivo que serve a população residente nos vários empreendimentos de habitação social da zona.

3.2 Centro Comunitário Musica@arte

Quando fiquei com a gestão social do Conjunto Habitacional de Santo Amaro IV em 2009, tinha muitos casos de famílias em situações de alienação no que concerne ao pagamento das rendas sociais, casos de fogos abandonados, situações de violência entre vizinhos e um grande número de crianças residentes nestes fogos na “rua”.

Tínhamos uma galeria no bairro que estava vandalizada e ocupada frequentemente por toxicodependentes, onde furtaram todo o cobre existente. Em reunião com os meus superiores na SHF, verifiquei que essa fração estava sob a tutela do tribunal, visto que a empresa que efetuou a obra do bairro tinha entrado em processo de insolvência.

Durante 2009/2010 fiz uma intervenção de proximidade com todas as famílias deste empreendimento. Criei o projeto “condomínio eficiente”, reuniões de moradores trimestrais, para organizar a dinâmica do Bairro em termos de limpeza, barulhos e pagamentos de rendas. Tive e tenho atualmente a colaboração neste projeto do Policiamento de Proximidade de Santo António (esta parceria funciona muito bem porque assim os moradores sabem o que é da competência da Técnica de Bairro (eu) e da Autarquia e o que é da competência da Polícia, o Administrador da SHF sempre que convoco reuniões de moradores esteve sempre presente e responde às questões dos moradores (para mim é importante a sua presença visto que em muitas áreas, obras, rescisões de contractos, trocas de fogos é o Administrador que decide), este projeto continua até aos dias de hoje!

Desenhei e implementei conjuntamente com a colega da Fundação Portuguesa a Comunidade Contra a Sida que está sediada neste bairro, um programa de competências pessoais, sociais, parentais direcionada a famílias beneficiárias do Rendimento Social de Inserção.

Realização de um trabalho em rede com as instituições locais das quais os utentes recebem apoios, com a colega da Segurança Social da equipa de RSI dos bairros que faço a gestão e com as colegas da IHM – Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM, esta entidade tem a responsabilidade de implementar a política do Governo Regional da Madeira no domínio do apoio à habitação das famílias mais carenciadas.

Após muita insistência da minha parte e com o apoio dos meus superiores, a autarquia adquire o espaço que estava penhorado pelo tribunal no Bairro, é desenhado um projeto de intervenção para a criação de um novo centro comunitário de inclusão pelas artes e treino de competências, pessoais, sociais, profissionais, promoção do sucesso escolar das crianças e acompanhamento de famílias.

Objetivo Geral: Contribuir para a inclusão social dos jovens e seus familiares residentes na zona Habitacional de Santo Amaro

População Alvo: Jovens e famílias residentes nos Conjuntos Habitacionais de Santo Amaro e do Pico dos Barcelos, propriedade da CMF e IHM (total de 492 fogos)

Problemáticas Identificadas

- Inexistência de infra – estruturas e projetos direcionados para a Juventude em Santo Amaro.

- Desocupação de jovens sem projetos de vida
- Absentismo e Abandono Escolar
- Baixo nível de escolaridade e formação profissional
- Desemprego
- Acentuado consumo e tráfico de substâncias Ilícitas
- Famílias disfuncionais, multiproblemáticas e multi – assistidas
- Grande deficit de Competências pessoais e sociais
- Ausência de Literacia Financeira
- Analfabetismo funcional

Finalidade da Criação do Centro

- Ocupação dos Tempos Livres (jovens e famílias)
- Promover a inclusão social, profissional, pessoal e parental

- Diminuição dos comportamentos de risco através da Expressão Musical
- Prevenir as dependências e os comportamentos de risco (toxicodependência e criminalidade)
- Fomentar a aquisição de Competências Parentais
- Facilitar os relacionamentos interpessoais entre moradores dos vários Conjuntos Habitacionais.

Eixos de intervenção:

- Cidadania
- Empregabilidade
- (in) Formação
- Prevenção dos Comportamentos de Risco
- Promoção dos Hábitos de Vida Saudáveis
- Acompanhamento Psico-social
- Formação em Competências Pessoais, Sociais e Parentais

Neste centro rentabilizamos uma sala que foi adaptada para um estudo de música, como tinha terminado o projeto Musicarte e tínhamos os instrumentos optou-se por ter neste centro um estúdio de música para os grupos já criados poderem ensaiar com alguma qualidade, centrar um espaço para os ensaios para as atuações.

Trata-se de um Centro Comunitário que tem um período de funcionamento das 9h às 20h de segunda a sexta e sábado das 10-13h. Foi inaugurado a 21 de Julho de 2011. Assumo a sua coordenação, tenho a meu cargo uma equipa multidisciplinar que tenho muito gosto em coordenar.

4. Coordenação de Projetos Financiados pelo Programa Juventude em Ação 2007/2013

Elaboração de várias candidaturas a solicitar o financiamento ao Programa Juventude em Ação 2007-2013, projetos que posteriormente coordenei. Iniciativas Jovens, Serviço Voluntário Europeu, Formações internacionais, Reformas Políticas, democracia participativa.

As entidades promotoras foram a Associação Socio- Cultural Alternativas Jovens e a Câmara Municipal do Funchal. Os projetos elaborados antes da criação da ASCAJ foram iniciativas jovens tendo sido promotora de 2 iniciativas designadamente o projeto AGIL e o projeto C@tivar.

Programa Juventude em Ação

Enquadramento legal

O Programa Juventude e Ação (PJA) 2007-2013 foi um programa comunitário da União Europeia para os jovens entre os 13 e os 30 anos, profissionais ativos no domínio da juventude e organizações de juventude. Este promovia a mobilidade dentro e fora das fronteiras europeias, a educação não formal, o diálogo intercultural e encoraja a inclusão de todos os jovens, independentemente da sua origem educacional, social ou cultural.

Os objetivos do programa procuram, incentivar os jovens a refletir sobre as temáticas europeias, incluindo a cidadania, e envolvê-los na discussão sobre a construção e o futuro da União Europeia; a solidariedade entre a população mais jovem; a compreensão mútua; a melhoria da qualidade dos sistemas de apoio às atividades dos jovens; e a cooperação nas políticas juvenis.

Estes objetivos do programa eram implementados nos projetos de acordo com as seguintes prioridades:

✓ **Prioridades Permanentes:**

- Cidadania europeia;
- Participação dos jovens;
- Diversidade cultural;
- Inclusão de jovens com menos oportunidades.

✓ **Prioridades Nacionais** que variam consoante o ano em vigor.

Cabe à Agência Nacional para a Gestão do PJA⁵, a gestão do programa que, guardando observância aos requisitos estabelecidos pelas instâncias comunitárias para as agências nacionais, deve potenciar sinergias e assegurar uma gestão integrada e eficaz, contribuindo, assim, para o bom funcionamento do programa em causa e de outras iniciativas e programas que se relacionem com a divulgação da construção da União Europeia e promovam a igualdade de oportunidades.

O PJA estava organizado em cinco ações, designadamente:

✓ **Ação 1 – Juventude para a Europa.** Englobava 3 sub-ações:

Intercâmbios – dão oportunidade para grupos de jovens de diferentes países se encontrarem, conhecerem outras culturas, intensificar a cooperação e o intercâmbio europeu em torno de temas de interesse mútuo.

Projetos realizados na Ação 1.1 do PJA – Intercâmbios de Jovens

✓ **Projeto One Photography One Thousand Views de 26 de Abril a 9 de Maio**

Intercâmbio de boas práticas na área da fotografia promovido pela ASCAJ no qual a CMF foi parceira. Participação nesta atividade de 22 jovens de nacionalidade portuguesa (entre os quais 5 madeirenses), francesa, alemã e polaca. Surge tendo em conta que o ano 2010, foi o Ano de Combate à Pobreza e à Exclusão Social, desta forma a CMF apostou em parcerias internacionais em termos de projetos de boas práticas, dando a oportunidade a técnicos e animadores que trabalham com jovens de participarem neste intercâmbio no sentido de serem agentes multiplicadores da aprendizagem que efetuaram na Polónia.

Este intercâmbio resultou numa exposição intitulada “Polarização” que esteve no restaurante Chega de Saudade durante o início do mês de Julho de 2010.

Durante as atividades de verão os participantes que aprenderam esta técnica de fotográfica implementaram-na com as crianças e jovens que frequentaram o Projeto Férias

⁵ Estrutura de Missão criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/ 2007, publicada no Diário da República, 1.ª Série, n.º 139, de 20 de Julho de 2007.

Grandes (projeto de ocupação de tempos livres para crianças e jovens durante as férias de verão promovido pela SHF).

- ✓ Projeto sobre Desemprego Jovem de 23 a 30 de Junho de 2011 em Ceuta



Figura 9 Intercâmbio a Ceuta – jovens de Ceuta, Roménia e da ilha da Madeira

Iniciativas jovens – apoiam projetos em que os jovens participam ativa e diretamente em atividades de sua própria conceção, em que são os principais intervenientes, de forma a desenvolver a sua iniciativa, empreendedorismo e criatividade.

Nesta sub-ação, foram desenvolvidos os seguintes projetos:

- ✓ Coordenadora do Projeto AGIL PT-1.2-90-2007-R5 2007 participaram 22 jovens
- ✓ Coordenadora do Projeto C@tivar PT-1.2-87-2008-R5 2008 participaram 20 jovens
- ✓ Tutora de jovens Projeto Musicarte PT-1.2-46-2009-R2 2009
- ✓ Representante legal, Voluntária Projeto Eu, Tu, Nós ...Juntos no Desporto sem Drogas PT-1.2-11-2011-R5 2011

Projetos realizados na ação 1.2 do PJA – Iniciativas Jovens

✓ Projeto AGIL



Figura 10 logotipo do projeto AGIL

Em 2008 fui Coordenadora do Projeto AGIL, Iniciativa Jovem 2008, sobre culinária europeia que permitiu ter uma cozinha num centro comunitário, elaboração do projeto e coordenação PT-1.2-90-2007-R5- financiada pelo programa juventude em ação.

O projeto AGIL surgiu da necessidade de localmente se intervir junto da população juvenil residente em contextos vulneráveis, nomeadamente nos Bairros Sociais do Concelho do Funchal, face ao número significativo de famílias disfuncionais com consequentes situações de risco, nomeadamente abandono e insucesso escolar e de comportamentos desviantes de crianças e jovens, situações estas patenteadas por parceiros locais designadamente Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Funchal (CPCJF) Centro de Segurança Social da Madeira (CSSM), Instituto de Reinserção Social (IRS).

O principal objetivo era formar jovens que contribuíssem para o desenvolvimento endógeno do seu Bairro e Comunidade, através de ações de sensibilização para a Participação Cívica e Comunitária promovendo o seu regresso a um Estabelecimento de Ensino ou inserção na Vida Ativa.

A principal atividade deste projeto consistiu em desenvolver nos jovens Competências Pessoais e Sociais, através da criação de grupos de trabalho onde os jovens tiveram primeiramente Workshops, depois trabalharam essas temáticas quatro vezes por semana e

posteriormente apresentaram o seu trabalho para a comunidade local. Criamos um livro de receitas Europeu e um Jogo da Roda dos Alimentos. Os jovens frequentaram vários workshops e conseguimos equipar uma cozinha num centro comunitário através deste financiamento, onde atualmente são servidas refeições para a comunidade desse bairro social.

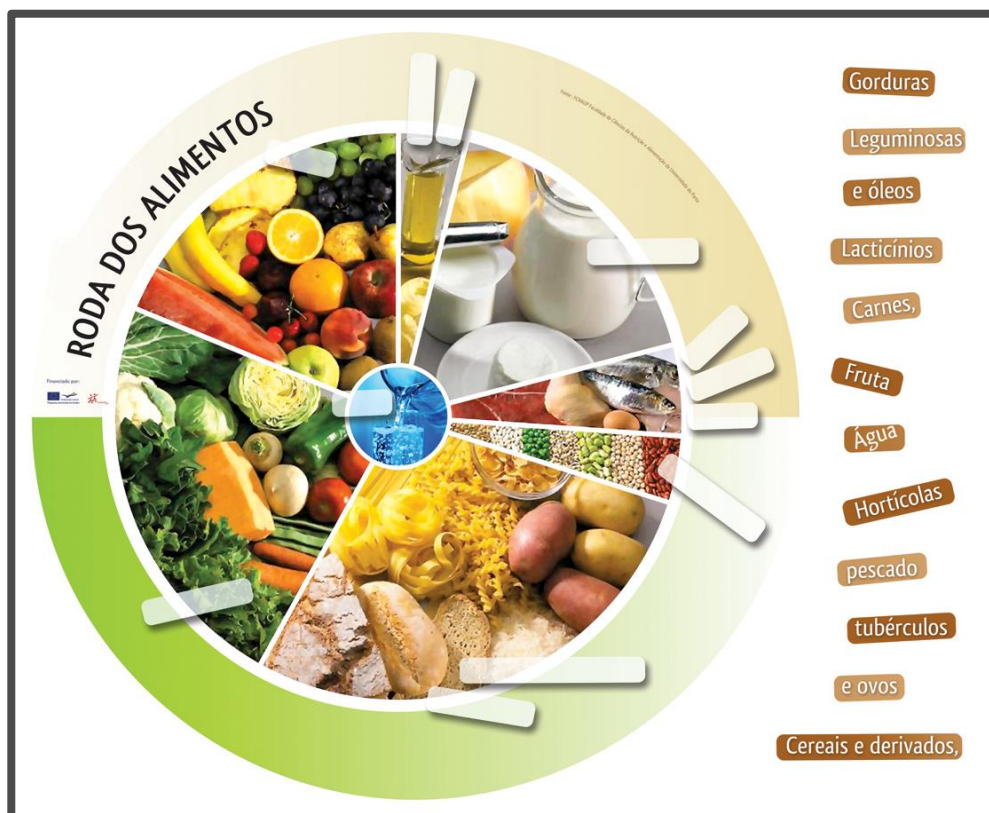


Figura 11 Jogo pedagógico criado através deste projeto “Roda dos Alimentos”

✓ **Projeto C@tivar**



Figura 12 Logotipo projeto C@tivar

2009/2010 – Coordenadora do Projeto C@tivar – Iniciativa jovem de inclusão social através do teatro e das artes circenses, elaboração da candidatura- PT-1.2- 2008-R5 financiado pelo Programa Juventude em Ação

Tratou-se de um projeto de Inclusão pela Arte, elaborado conjuntamente com jovens do bairro que tinham participado na Oficina de Teatro que tínhamos no Projeto Alternativas que estavam em situações de absentismo/abandono escolar.

O Projeto C@tivar assentou no *empowerment*/capacitação dos jovens e no papel ativo que os mesmos desempenham na Sociedade.

Foi projeto de Intervenção Comunitária de Inclusão pela Arte tendo numa primeira fase formado um grupo de Animadores de Rua – durante um período de 3 meses.

Os jovens tiveram formação na área das Competências Pessoais e Sociais e na Animação de Rua nas Artes Circenses com formadores/facilitadores com experiência nesse âmbito. Tivemos

A Formação teve a duração de 3 meses com início em Abril de 2009 e terminou no final de Maio com duração de 60 h. A formação em artes circenses prolongou-se durante as interrupções letivas dos jovens.

Foram contratados no âmbito do projeto alguns formadores, a Câmara Municipal do Funchal cedeu um técnico para dar apoio ao projeto no âmbito da Literacia Digital e PowerPoint. A Entidade que ficou responsável pela formação foi a Autarquia do Funchal que cedeu técnicos e infraestruturas para a formação dos jovens em literacia Digital e PowerPoint.

Após a formação, realizamos uma panóplia de animações recorrendo às artes circenses: nos pólos de leitura, centros comunitários, Ludoteca, Dia Mundial da Criança - festa da RTP - Madeira, hospital do Funchal, festa de Encerramento das atividades de verão dos Bairros Sociais, Feira Anual das Vontades, Encontro de Teatro, Festas de Natal.

Eixos de intervenção: Inclusão Social, Inclusão pela Arte, Participação Cívica e Comunitária

O ano de 2009 foi o Ano Europeu da Criatividade e Inovação, neste sentido juntamos sinergias desenvolvemos nesse ano varias atividades;

- Pólos de Leitura da Câmara do Funchal – Animação ao nível da Leitura e Escrita e dança

- Sketch humorísticos
- Recriação de Contos Infantis
- Lares de Idosos e de Crianças Institucionalizadas
- Bairros Sociais do Concelho do Funchal



Figura 13 Animações - Pólos de Leitura

É um projeto de continuidade compramos uma mascote e kits de pinturas faciais. Trata-se de um projeto que a ASCAJ desenvolve anualmente. Continuou mesmo depois de ter terminado o financiamento.



Figura 14 Animações de crianças e jovens

✓ **Projeto Musicarte**

2009 – Tutora de Jovens no Projeto Musicarte - música como forma de prevenção dos comportamentos de risco – candidatura submetida a financiamento pela Associação Sócio - cultural Alternativas Jovens (ASCAJ)



Figura 15 Logotipo do Projeto Musicarte

O projeto Musicarte tratou-se de uma iniciativa jovem que trabalhou as mais variadas competências através da música.

A principal ação do Projeto consistiu em desenvolver/ trabalhar através da música as competências pessoais e sociais dos jovens, promovendo a aquisição de conhecimentos/competências na área da Expressão Musical, possibilitando a atuação dos Jovens em Eventos.

Difundir/Incutir hábitos de vida saudáveis, através da ocupação de tempos livres de forma culturalmente enriquecedora.

Foram criados Grupos Musicais (Bandas de Música, Boysband's, Girl's band's, Grupos de breakdance, Hip Hop, grupos de percussão, formação em Cântico Coral). Os diferentes grupos tiveram Formação Musical 2 (duas) vezes por semana. Foi criado um também um Núcleo de Jovens Musicarte.

Estava previsto em candidatura 12 atuações, tendo-se realizado um total de 35. Para as mesmas terem acontecido foi necessário a realização de mais ensaios onde foram desenvolvidos/abordados determinados conceitos numa perspetiva de preparar/adequar as

atuações solicitadas aos eventos em questão. Este projeto foi coordenado pelo técnico que dava a oficina da música no projeto alternativas. Quando terminou o financiamento foi criado um estúdio de música no centro Musica@arte para dar continuidade a este projeto o material adquirido passou para este estúdio. Recebemos em 2013 apoio através do associativismo juvenil para bombos e tambores para a criação de um grupo de percussão.

Trata-se de um trabalho que acompanho através da coordenação que faço do Centro Musica@arte onde está localizado o estúdio. Este projeto é coordenado por um colega de trabalho.

✓ **Projeto Eu, Tu, Nós ... Juntos no Desporto sem Drogas**



Figura 16 Cartaz promocional do projeto Eu, Tu, Nós ... Juntos no Desporto sem Drogas

2012 – Projeto Eu, Tu, Nós ... Juntos no Desporto sem Drogas, tendo sido a representante legal da Associação Sócio -Cultural Alternativas Jovens e colaborado em seminários e atividades de promoção com jovens dos bairros sociais- PT-1.2-11-2011-R5.

Campanha de sensibilização social cujo objetivo principal consistiu em disseminar a mensagem de prevenção das toxicodependências, através da sua difusão nos diferentes meios de comunicação, sob a forma de spots televisivos e radiofónicos e outros materiais de divulgação em diversos locais públicos.

Nesta campanha, participaram 12 atletas da RAM, de destaque nas suas modalidades desportivas. São pessoas que alcançam sucesso naquilo que fazem, com esforço, mérito, comportamentos saudáveis, isentos de consumos de drogas. O envolvimento dos atletas voluntários pretendeu um efeito multiplicador nas várias modalidades desportivas, uma vez que envolveram as entidades desportivas que integram, bem como os adeptos e seguidores dos mesmos.

Esta campanha acompanhou as linhas orientadoras do Observatório Europeu das Drogas e Toxicodependência (OEDT), que servem de suporte à intervenção junto dos jovens, visto que trabalhou a mensagem através da modelagem, com a participação dos atletas, como modelos positivos, em substituição a intervenções que se centravam nos testemunhos de consumo.

Foi desenvolvida a componente desportiva aliada às temáticas da saúde, da prevenção das toxicodependências, das medidas contra a delinquência, das medidas contra o racismo, da inclusão das pessoas com deficiência, promoção dos desportos juvenis, da igualdade de oportunidades e do envelhecimento ativo.



Figura 17 Atividades realizadas no âmbito do projeto

Projetos de participação democrática – apoia a participação dos jovens na vida democrática da sua comunidade local, regional ou nacional e também a nível internacional.

Projetos realizados na ação 1.3 do PJA:

✓ Projeto Juventude Insular e Democracia

Iniciativa realizada pela primeira vez na RAM com a duração de 6 meses que reuniu jovens dos Açores, Madeira e Canárias permitindo o contacto direto entre jovens dirigentes Associativos e Responsáveis pelas Políticas de Juventude, a qual incidia sobre a temática das políticas juvenis nas regiões ultraperiféricas da UE.

2009 – Coordenadora do Projeto Juventude Insular e Democracia,

Políticas juvenis nas regiões ultraperiféricas da União Europeia projeto com três ilhas:

Madeira, Açores e Canárias PT-1.3-1-2009-R1 – Financiado Programa Juventude
em Ação, duração: 6 meses



Figura 18 Grupo de trabalho Juventud MAC en Acción" - Gran Canaria – Setembro 2010

Em Janeiro de 2011 Projeto Inovação e Empreendedorismo no Combate ao
Desemprego Jovem Projeto sobre Política Juvenil (Açores)



Figura 19 Grupo de trabalho, Açores, Povoação janeiro de 2011

Resultou da parceria entre quatro associações (duas de Portugal e duas de Espanha) com o principal propósito de promover o diálogo entre jovens e tomadores de decisões/peritos acerca de medidas sugeridas pelos jovens, em áreas como o empreendedorismo e a inovação, enquanto instrumentos de combate ao desemprego jovem. As associações envolvidas foram a Associação Cultural e Recreativa Juventude Interativa, na qualidade de promotora, a Associação Sociocultural Alternativas Jovens – ASCAJ, a *Asociación Juvenil Melillense de Estudiantes Universitarios*, a *Asociacion Cultural Arte Brasileira Ceuta*, na qualidade de parceiras. Com este projeto pretendíamos estimular os jovens que vivem em países com taxas mais elevadas de desemprego na Europa, a criar modelos de atuação mais inovadores, ao mesmo tempo que, se estabeleceu um diálogo mais estruturado com os especialistas e decisores políticos, com responsabilidade nestas áreas. Foram realizados grupos de trabalho, debates, reflexão crítica e elaboração de medidas a apresentar no seminário, aberto à comunidade e que, constituiu um momento de grande participação e interação entre os jovens e os decisores políticos.

Em Junho de 2011 Projeto sobre Política Juvenil em Melilla ida com 10 jovens em representação da Madeira conjuntamente com o Diretor Regional de Juventude.



Figura 20 Grupo de trabalho Parlamento Jovem (Melilla 2011)

De 26 de Setembro a 1 de Outubro de 2011

Participação no Projeto Inovação e Empreendedorismo no Combate ao Desemprego Jovem



Figura 21 Grupo de trabalho do Projeto Inovação e Empreendedorismo no Combate ao Desemprego Jovem

Ação 2 – Serviço Voluntário Europeu: apoia a participação dos jovens em várias formas de atividades voluntárias dentro ou fora da UE. Os jovens participam individualmente ou em grupo, em atividades sem fins lucrativos e não remuneradas.

Em 2010 foi efetuada a Acreditação da Câmara Municipal do Funchal em Serviço Voluntário Europeu 2010-PT-10 como forma de enviar, acolher e coordenar projetos ao abrigo do Serviço Voluntário Europeu. Esta ação permite a mobilidade de jovens com idades entre os 17 e os 30 anos de realizarem voluntariado dentro e fora da união europeia. Neste sentido e como tinha sido criada uma Divisão de Juventude na Autarquia do Funchal foi decidido conjuntamente com a Dra Rubina Leal, Vereadora a tutela desse Pelouro a acreditação da Autarquia até essa data no País a única Câmara Municipal que estava acreditada era a de Cascais.

A CMF a partir dessa data ficou acreditada como organização Coordenadora de Envio e de Acolhimento de Voluntários. Como entidade acreditada pode promover aprendizagens em contexto não formal através do contacto intercultural de jovens provenientes de vários países da U.E.

Para valorizar o potencial humano e privilegiar o contacto intercultural no Concelho do Funchal, permitindo o desenvolvimento endógeno local, a Câmara pretende receber e enviar voluntários através do Serviço Voluntário Europeu no sentido de uma melhoria qualitativa e quantitativa da sua intervenção em prol da Comunidade. Nesta ação, foram desenvolvidos os seguintes projetos:

Projetos de Acolhimento:

✓ Projeto Diversificar, Aprender e Conhecer



Figura 22 Cartaz do Projeto Diversificar, Aprender e Conhecer

2011/2012 – Coordenadora do Projeto “Diversificar, Aprender e Conhecer”, no âmbito do Serviço do Voluntariado Europeu, financiado pelo Programa Juventude em ação. Este projeto envolveu três Organizações Europeias, duas alemãs e uma Espanhola- PT-21-117-2010-R5, O projeto teve a duração de um ano, com início em 01/02/ 2011 e término em

1/03/2012, sendo que as voluntárias desenvolveram o seu serviço voluntário Europeu na Autarquia do Funchal.

Tratou-se de um projeto que acolheu 3 jovens, duas Alemães e uma Espanhola, fruto da junção de sinergias com mais 3 organizações, duas alemães (Via e V. Verein für internationalen und interkulturellen Austausch e Eurocircle Deutschland e. V.) e uma espanhola (Universidad de Zaragoza).

As voluntárias desenvolveram o seu serviço voluntário em dois Centros Comunitários onde tiveram oportunidade de conhecer a nossa realidade local em termos de intervenção social e de transmitirem uma dimensão Intercultural aos nossos utentes que frequentam os Centros Comunitários.

As voluntárias criaram as suas próprias atividades nomeadamente o Curso de Inglês, Malabarismo e de Teatro, promoveram nos nossos jovens a aprendizagem e o conhecimento de diferentes Culturas onde cada uma organizou o seu dia de Espanha e da Alemanha. Dinamizaram um workshop sobre o que é o Serviço Voluntário Europeu e as suas potencialidades.

Projetos com designação TR

Realizados no âmbito de uma parceria com uma universidade turca, que surgiu de uma formação que frequentei na Roménia onde conheci o coordenador das Relações Internacionais desta faculdade

2010/2014 - Coordenadora na Câmara Municipal do Funchal na receção de voluntários ao abrigo do serviço voluntário europeu da Universidade Turca Ataturk Universit. Ao abrigo desse protocolo colaborei e acompanhei 72 jovens por períodos mensais ao nível do serviço voluntário europeu desempenhei a função de coordenadora e mentora destes jovens. Tratou-se de uma aprendizagem multicultural a todos os níveis.

Quadro 6 – Voluntários Europeus - protocolo com Universidade Turca Ataturk Universit

Total Voluntários	
2011	12
2012	30
2013	22
2014	8
Total	72

Os jovens que realizem o Serviço Voluntário Europeu recebem o YOUTHPASS⁶ “passaporte jovem onde os jovens descriminavam no seu certificado as competências adquiridas ao longo do seu voluntariado.

As oito competências que são colocadas no Youthpass – Passe Jovem

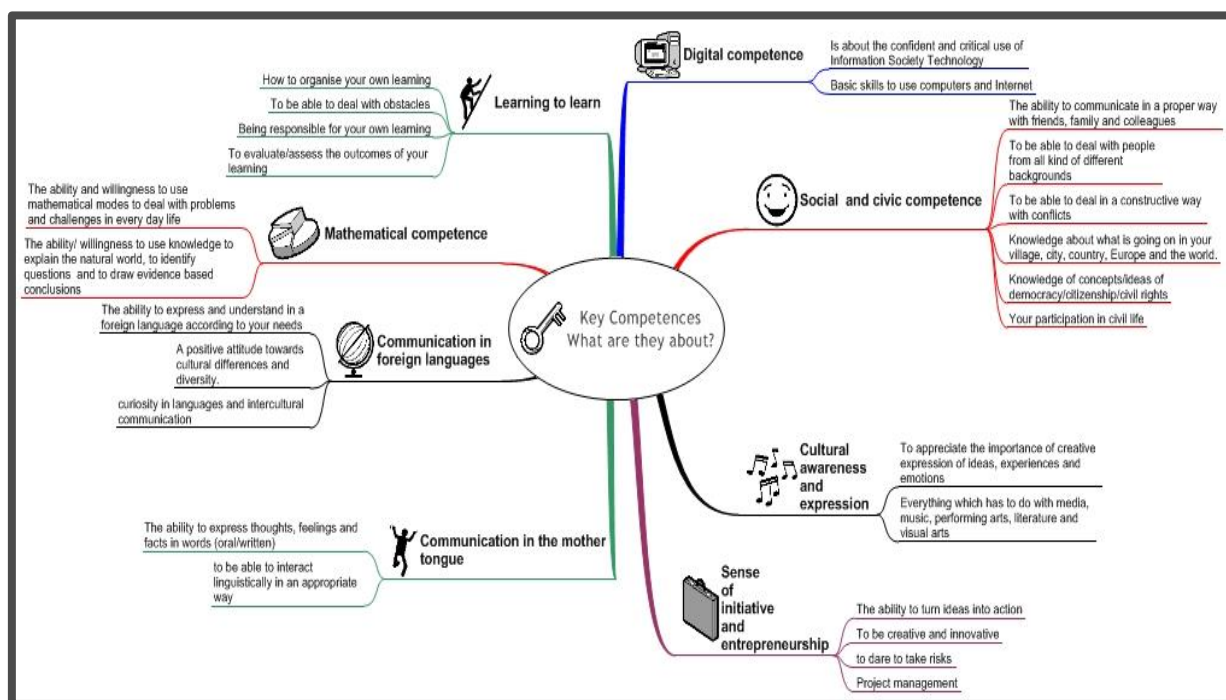


Figura 23 Competências Youthpass

⁶ <https://www.youthpass.eu/pt/youthpass/youthpass/> site onde emitimos os certificados que são atribuídos aos jovens verificado a 21 de setembro de 2016

Projetos realizados na ação 2 do PJA de envio de jovens madeirenses

Projeto de Envio:

✓ Projeto Opening Minds II – Integrating Hellersdorf

Envio de jovem para a Alemanha

2011 – Opening Minds II – Integrating Hellersdorf, coordenação do processo de envio de uma voluntária para a Alemanha, sendo a Roter Baun a Instituição de acolhimento - DE-21-76-2011-R1

✓ Projeto Touching the Future

✓ Envio de um jovem para um SVE de curta duração para a Turquia

✓ 2011 - Coordenadora do Projeto Touching The Future – tendo sob a sua responsabilidade todo o processo para o envio de um voluntário para a Turquia. Organização de acolhimento a Tepebasi Belediyesi Dis Iliskiler Mudurlugu e de Coordenação DeM/Experiental Training Center - TR-21-152-2011-R3

✓ Projeto Hand to Hand

2012 – Coordenadora do Projeto Hand to Hand com a preparação da candidatura de duas voluntárias, organização de acolhimento Charity Foundation for Public Health Angelus Moldova -PT- 21-22-2012-R1. Elaboração da Candidatura ao Financiamento do Programa Juventude em Ação, Duração: 01/05/2012 a 31/12/2012, sve das jovens de 05/07/2012 - 01/09/2012.

Tratou-se de um projeto onde duas jovens madeirenses tiveram a oportunidade de fazer parte de uma equipa multidisciplinar e desenvolver atividades com os utentes, nomeadamente com doentes em estado terminal e com as suas famílias dando suporte e apoio nas suas tarefas diárias no Charity Foundation for Public Health “Angelus Moldova”, uma organização não governamental sem fins lucrativos.



Figura 24 Cartaz com atividades de voluntariado na Moldávia

✓ **Projeto kidDie – Kids, Disability and Environmental Connected**

Tratou-se de um projeto realizado em parceria com a Greenpeace na Áustria, onde uma voluntária madeirense participou ativamente nas atividades desenvolvidas por esta organização.

2013 – Coordenação do 4º KidDiE – Kids, Disability and Environment Connected (Group EVS), tendo como função a coordenação do envio de uma voluntária, instituição de acolhimento Greenpeace e a organização coordenadora foi a Grenzenlos – interkultureller Austausch

✓ **Projeto Ibero-Inclusão**

2013/2015 – Coordenadora do Projeto Ibero – Inclusão, entidade coordenadora a Câmara Municipal do Funchal e Instituição de acolhimento a Asociación para la promoción

del empleo y la cohesión social CREATIVA, tendo feito o acompanhamento e processo de candidatura com as duas voluntárias e relatório final - PT-21-76-2013-R2 – 01/10/2013-20/02/2015.

Este projeto surgiu através da capacidade proativa de duas jovens madeirenses que em 2012 demonstraram vontade de realizar um Serviço Voluntário Europeu. Eram recém-licenciadas em serviço social e queriam ambas fazer um SVE na área da inclusão social. Procuram os nossos serviços e desde essa altura que acompanhamos as voluntárias em todo o processo, desde uma primeira informação sobre o SVE até aos contatos com o Parceiro. Tivemos sempre uma boa articulação com o parceiro que aceitou as duas jovens após duas entrevistas individuais via Skype, finda esta etapa foi feito com o parceiro e com as voluntárias a Candidatura do Projeto Ibero-Inclusão para o último round de 2012 tendo sido só aprovado pela Agência Nacional Portuguesa em 2013.

Durante este período as jovens realizaram programas de emprego e juvenis na Câmara Municipal do Funchal nomeadamente em centros comunitários e bairros sociais, neste sentido sempre houve um grande envolvimento neste projeto.

Sempre mantivemos a comunicação via Skype e email com os parceiros. A Autarquia tratou de toda a parte logística como também da preparação das voluntárias em várias sessões de informação sobre os direitos e deveres do voluntário e sobre o Youthpass

Mantivemos contacto com a organização de acolhimento e com as voluntárias via email e por telefone durante todo o período de voluntariado.



Figura 25 Cartaz com atividades de voluntariado em Tenerife

As jovens madeirenses tiveram um ano em Tenerife, na Asociación para la promoción del empleo y la cohesión social CREATIVA onde as suas tarefas na instituição foram atividades em escolas e em centros sociais com crianças, apoio à equipa, conversas de mesa com adultos, aulas de informática para desempregados e imigrantes, cursos para desempregados, reuniões de informação para futuros voluntários (promoção do SVE) e trabalho de escritório.

Uma das Jovens esteve comigo na elaboração da candidatura para obtermos financiamento, a Ema Mendonça e a Joana Quintal na realização do relatório final.

- ✓ Em 2013 antes de terminar o mandato eleitoral tive indicações para renovar a acreditação da Câmara Municipal do Funchal como entidade acreditada de envio, acolhimento e coordenação do Serviço voluntario Europeu PT-2013-23 valida até 19/04/2016, tínhamos projetos a decorrer a equipa que estava a autarquia ia sair

contudo estava a coordenar projetos que iam continuar mesmo apos o final do mandato nomeadamente o projeto Ibero-Inclusão.

- ✓ Em Setembro de 2013 tivemos eleições e apos reuniões ficou decido a continuidade do serviço voluntário europeu e manter o protocolo com a Universidade turca. Contudo processo tornou-se mais burocrático sendo que na anterior vereação a pasta do SVE estava diretamente ligado à vereadora com esta nova foi atribuída a uma nova divisão, onde o processo de agilização de verbas e de timing começou a ser complicado de gerir. Para solucionar esta questão em Dezembro de 2013 foi feita a Acreditação como entidade de Coordenação, Envio e Acolhimento da Associação Sócio – Cultural Alternativas Jovens ASCAJ código 2013-PT-55 Válida até 19/12/2016, desde essa data esta associação ficou com a gestão do SVE em parceria com a Autarquia do Funchal

- ✓ **Ação 3 – Juventude no Mundo.** É constituída por 2 sub-ações:

Intercâmbios de Jovens com Países Vizinhos – é uma ação que junta grupos de jovens de dois ou mais países, proporcionando-lhes a oportunidade de discutir e confrontar vários temas, enquanto trocam experiências sobre outros países e culturas.

Formação e Ligação em rede com Países Vizinhos Parceiros – tem como finalidade promover a cooperação entre os Países Programa e outros países do mundo, não vizinhos da União Europeia e que assinaram acordos com a Comunidade Europeia na área da juventude.

- ✓ **Ação 4 – Sistemas de apoio à juventude.** Tem a seguinte sub-ação:

Formação e Ligação em rede: apoia a formação e ligação em rede de profissionais ativos no domínio de juventude. Atividades possíveis: Job Shadowing (observação de atividades profissionais); visita de viabilidade; reunião de avaliação; visita de estudo; atividade de constituição de parcerias; cursos de formação; ligação em rede.

Nesta sub-ação, foram desenvolvidos os seguintes projetos, as funções que assumi nesta ação foram de coordenadora de participante (aprendente), parceria.

✓ **Projetos realizados na ação 4 do PJA:**

✓ **Projeto Training Course Universal Dialogue – Tools of Animation**

Em 2008/2009 – Coordenadora do Projeto Training Course Universal Dialogue – Tools of Animation, Associação Socio – Cultural o Dragoeiro. Foi a primeira formação Internacional decorreu na Madeira. Durante uma semana tivemos um grupo internacional reunido a trabalhar as mais variadas técnicas e ferramentas de animação no trabalho com grupos. Elaboração do projeto e coordenação PT-4.3-48-2008-R4 - financiado pelo Programa Juventude em Ação- Este projeto foi elaborado conjuntamente com um colega que conheci numa formação na Eslovénia.

✓ **Ação 5 – Apoio à cooperação europeia no domínio da juventude:** apoia as atividades de cooperação entre jovens, os profissionais ativos no domínio da juventude e os responsáveis pelas políticas de juventude.

✓ **Projeto Rumo à Cidadania Participativa**

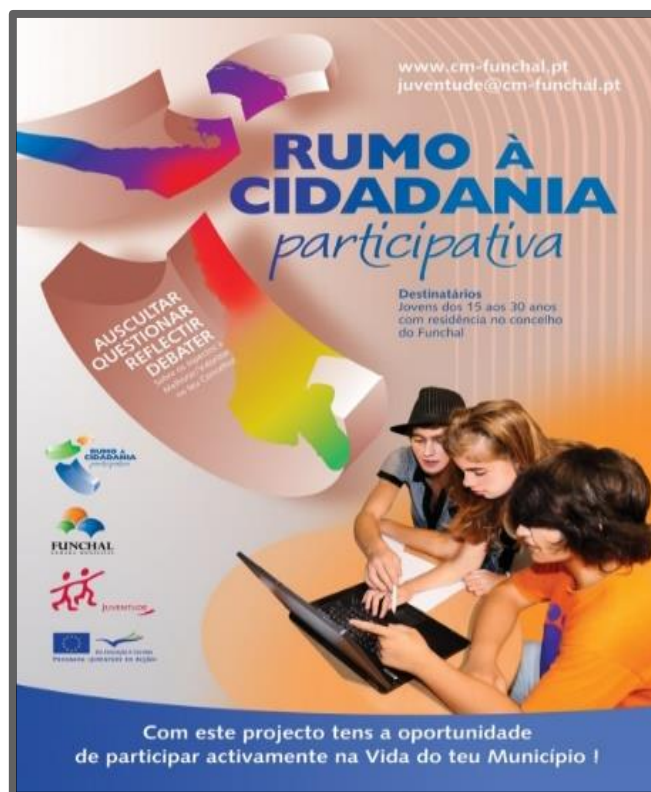


Figura 26 cartaz promocional do projeto Rumo à Cidadania

2010/2011 – Coordenadora e **facilitadora** do Projeto “Rumo à Cidadania” – projeto de política e auscultação Juvenil e teve o financiamento do Programa Juventude em ação - PT-5.1-5-2010-R3 -Câmara Municipal do Funchal - duração 1 ano 2010/2011. Tratou-se de um projeto que foi utilizado como ferramenta para conceber, desenvolver atividades, programas e projetos direcionados para a população juvenil do Funchal, ou mais concretamente para desenvolver políticas destinadas à população mais jovem do Concelho do Funchal. Envolvemos 200 jovens

Neste sentido, questionar, aferir, refletir e debater sobre as mais-valias consumadas e concomitantemente com o que gostariam de ver incitado no Concelho, tornou-se prioritário para a Autarquia, que através deste projeto auscultou os jovens, no sentido de uma melhoria contínua da intervenção do poder local ao nível das Políticas Juvenis. Pretendemos essencialmente Educar para a Cidadania através de um diálogo cooperativo entre Jovens e os responsáveis pelas Políticas Locais.

Os temas em debate com os jovens, dentro dos quais os jovens tinham que apresentar propostas para o Concelho foram: Mobilidade e Ultraperiferias, Participação Juvenil e Democracia, Educação Formal e Não Formal, Desenvolvimento Sustentável e a Inclusão Social.

No sentido de obtermos a participação de um maior número de jovens do Concelho do Funchal realizámos fóruns em cada Junta de Freguesia, num total de 10 freguesias. Fomos às Escolas Profissionais e Secundárias do Concelho, realizamos um fórum juvenil de apresentação e compilação de propostas. Foram criados grupos de trabalho que representaram a sua junta de freguesia e escola num Fórum Juvenil.

Compilamos todas as propostas, foram votados os líderes para cada tema tendo em consideração a participação, adesão e empenho ao longo dos meses de implementação do Projeto.

As propostas dos jovens foram depois apresentadas oficialmente numa Assembleia extraordinária realizada pela Autarquia: Assembleia Municipal Juvenil. Deste projeto resultou uma “Carta de Compromisso de Boas Práticas” realizado pelos jovens do Concelho do Funchal.

5. A 4ª Geração do Programa Escolhas (2010-2012) - Bairro Ribeira Grande



Figura 27 Bairro da Ribeira Grande

Fonte Sociohabitafunchal

2009 - Colaboração na elaboração da Candidatura ao financiamento do Programa Escolhas 4º Geração. Projeto C@pacitar + e4g

Em Setembro de 2009 surge um novo desafio, a elaboração de uma candidatura à 4ª Geração do PE. Colaborei na elaboração da candidatura ao Projeto C@pacitar para a freguesia mais populosa do concelho do Funchal, a freguesia de Santo António, em que juntamos novamente sinergias com um novo consórcio e em Novembro de 2009 a Autarquia teve aprovado o projeto c@pacitar que foi renovado em 2013 e continua até à presente data.

Decorrem nesta fase 134 novos projetos com vista a reforçar o apoio à mobilização das comunidades locais para a criação de projetos de inclusão social de crianças e jovens oriundos de contextos socioeconómicos mais vulneráveis.

O Bairro da Ribeira grande é um dos bairros mais antigos que a Câmara detém é constituído por três blocos de apartamentos mais conhecidos por blocos vermelhos e tem 30 fogos de habitação social sendo este um dos bairros que está à minha responsabilidade.

Fiquei com a gestão social deste empreendimento em 2010 quando o projeto c@pacitar 4ª geração começou. Tenho um grande carinho por este bairro porque quando comecei em estágio profissional da Câmara Municipal em 2005, este foi o primeiro bairro que trabalhei com crianças, jovens e famílias. Faço o atendimento às famílias uma vez por semana às quintas à tarde e implemento trimestralmente e sempre que necessário atividades inerentes ao projeto “Condomínio Eficiente”

Através das reuniões de moradores foi votado o que eles queriam para uma área que antes era um parque infantil e estava vandalizada e abandonada. Foi votado pelos moradores para que aquele espaço fosse um espaço lúdico para crianças. Assim e em articulação com a equipa do Projeto C@pacitar que gere o Centro desse bairro surgiu o “Caracol inteligente” Um trabalho feito por uma equipa multidisciplinar da SHF conjuntamente com os técnicos do c@pacitar – projeto escolhas que gere o centro.

2012- Colaboração na Elaboração da Candidatura ao financiamento do Programa Escolhas 5º Geração. Projeto C@pacitar + e5g para o Bairro da Ribeira Grande

6. A 5ª Geração do Programa Escolhas – Projetos Pontuais 2015- Projeto Mexe-te E5G



Figura 28 Logotipo do projeto Mexe-te E5G

Coordenação Projeto MEXE-TE E5G

Em Outubro de 2014 surge um novo desafio colaborar na elaboração uma candidatura ao programa escolhas projetos pontuais que promovam a empregabilidade jovem.

O projeto passou aos 30 finalistas e fui defender o projeto numa apresentação Pitch em Lisboa no Hotel Mundial em Dezembro de 2015, o projeto ficou em segundo lugar com uma avaliação de 17 valores tendo o primeiro lugar 17,1.

Em 2015 Coordenei o Projeto MEXE-TE E5G, executamos o projeto com uma equipa fantástica.

Descrição do Projeto

A Câmara Municipal do Funchal (Entidade Promotora) juntou sinergias entre o setor público e o privado. O Projeto Mexe-te E5G é financiado pelo Programa Escolhas 5ª geração - Projetos Pontuais 2015 e assenta na formação, para jovens, nas áreas de desenvolvimento das competências pessoais, sociais e de relação interpessoal, serviço de quartos, receção e atendimento ao público, iniciação ao inglês e apoio geral ao funcionamento de uma unidade hoteleira.

O Consórcio deste projeto era composto pelas 10 Juntas de Freguesia do Funchal, pela DTIM (entidade gestora do projeto Mexe-te E5G), quatro unidades hoteleiras: Grupo Pestana Hotel & Resorts, Enotel Hotels & Resorts, Belmond Reid's Palace, Four Views Hotels, ACIF e a Escola Básica do 2º e 3º Ciclos Dr. Eduardo Brazão de Castro.

Assim, tivemos 185 jovens inscritos no projeto, em contexto de formação em Hotelaria 110 jovens, 101 em contexto de estágio, distribuídos pelas unidades hoteleiras parceiras do projeto.

No âmbito do plano de formação do Mexe-te E5G, levada a cabo pela DTIM e as unidades hoteleiras os jovens a oportunidade de vivenciar, “in loco”, o funcionamento de cada departamento, contando com os ensinamentos e experiências dos responsáveis de cada secção.

Em suma: incluir, formar, acompanhar, capacitar e inserir em estágio potencializando ao máximo as competências dos jovens tem sido a os objetivos do Mexe-te.

Após a formação 38 jovens conseguiram colocação no mercado de trabalho regional.



A 22 Julho de 2016 este projeto foi considerado uma iniciativa de elevado Potencial de empreendedorismo social, chamados ES+. Tendo passado todas as fases de avaliação do IES através do primeiro Mapeamento de Empreendedorismo Social na Região Autónoma da Madeira (RAM), promovida pelo IES – Social Business School, com o Apoio da Secretaria Regional da Inclusão e Assuntos Sociais.

O Programa escolhas e a oportunidade de ter sido coordenadora de um Projeto Escolhas foi uma experiência cheia de desafios e muito importante na aquisição de muitas competências. Recomendo que todos os técnicos da área social passem ao longo do seu percurso profissional por um programa escolhas porque é um dos programas mais eficientes que temos no território português em termos de intervenção social, monitorização e capacitação de técnicos e destinatários alvo sua intervenção.

7. Projeto Pomar Comunitário e Hortas Sociais de Educação Não Formal Fundação EDP – Categoria Hortas Solidárias

2014/2015- Colaboração na elaboração da candidatura e membro da equipa do Projeto “Pomar Comunitário e Hortas Sociais de Educação Não Formal” à Fundação EDP solidária 2014, categoria Hortas solidarias – entidade promotora Sociohabitafunchal.EM.

Em 2014 surge o Projeto Pomar Comunitário e Hortas Sociais de Educação Não Formal.

Um Projeto único e muito especial feito com muito amor, carinho e paixão por uma equipa multidisciplinar da Sociohabitafunchal E.M. para obtermos financiamento através da Fundação EDP. O projeto foi aprovado só é possível através do Financiamento da Fundação EDP – Categoria Hortas Solidárias e por uma rede de parceiros locais e internacionais, como também através uma cooperação interdepartamental da Autarquia do Funchal.

A Requalificação de uma área verde que foi assolada pelos incêndios a 19 de julho de 2012 na freguesia de São Gonçalo.

Aquando a conceção do projeto fiz um estudo e através de trocas de ideias com colegas do Departamento dos Espaços Verdes da Autarquia do Funchal, ela apresentou-me este conceito o da Permacultura que na altura da conceção e implementação do projeto achei que assentava na perfeição com o que gostaríamos de fazer no Bairro do Palheiro Ferreiro.

O conceito da permacultura (agricultura ou cultura permanente) foi criado por David Holmgren e Bill Mollison, dois australianos, de que resultou o primeiro passo e, diga-se, a data da sua criação, a publicação do livro ‘Permacultura Um’, em 1978. Ou seja, há praticamente 38 anos este ecologista e escritor e o seu mentor de então, cientista e naturalista, criaram um “método holístico (que defende uma visão integral e um entendimento geral dos fenómenos) para planear, atualizar e manter sistemas de escala humana (jardins, vilas, aldeias e comunidades) ambientalmente sustentáveis, socialmente justos e financeiramente viáveis”.

A intervenção assenta nos três pilares da Permacultura

Cuidar da Terra: Provisão para que todos os sistemas de vida continuem e se multipliquem. Este é o primeiro princípio, porque sem uma terra saudável, os seres humanos não podem exercer suas qualidades.

Cuidar das Pessoas: Provisão para que as pessoas tenham acesso os recursos necessários para sua existência.

Repartir os excedentes: Ecossistemas saudáveis utilizam a saída de cada elemento para nutrir os outros. Nós, os seres humanos podemos fazer o mesmo, compartilhando os excedentes, inclusive os conhecimentos.

O sucesso deste projeto passa essencialmente pelos moradores deste Empreendimento Social do Palheiro Ferreiro! Um Bem Hajam!

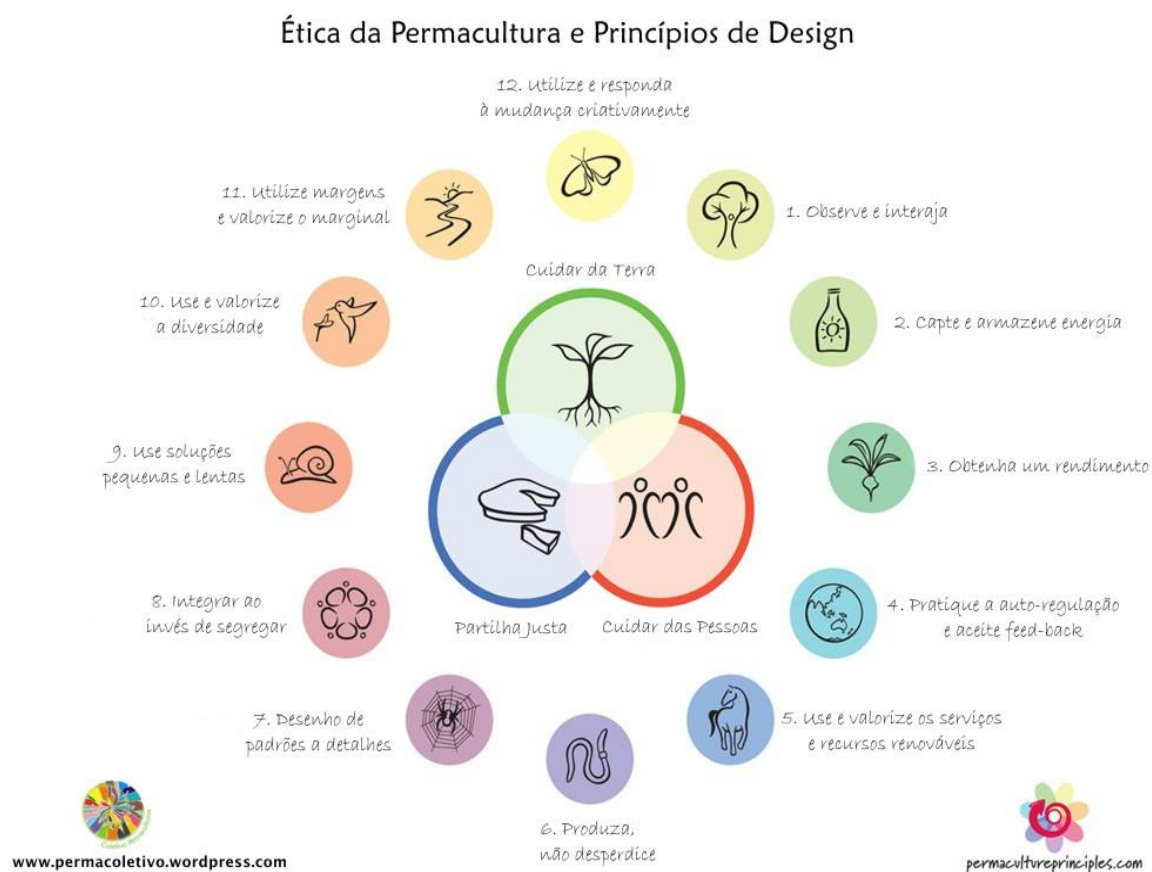


Figura 29- Ética da Permacultura e Princípios de Design, metodologia usada no projeto Pomar Comunitário e Hortas Sociais de Educação Não Formal

Enquadramento Geográfico:

A área de intervenção fica localizada nas zonas altas do Concelho do Funchal, este núcleo habitacional pertence à freguesia de São Gonçalo, encontra-se geograficamente isolado à cota 500 rodeado por uma extensa área verde maioritariamente infestante (acácias e eucaliptos).

A 19 de Julho de 2012 o bairro foi fustigado pelos incêndios que assolaram a ilha da Madeira. Gradualmente desde essa data iniciou-se o processo de reflorestação e reocupação dos solos, contudo tem sido um trabalho árduo visto que os moradores não têm acesso à água de rega o que dificulta a intervenção.

Neste empreendimento social não existem infraestruturas de apoio à comunidade local excepto um centro comunitário do Palheiro Ferreiro gerido pela Sociohabitafunchal. Residem neste empreendimento um total de 80 famílias, perfazendo cerca de 264 indivíduos.

Descrição Geral do Projeto:

A implementação deste projeto tem como objetivo primordial educar para a Cidadania através da Permacultura apostando na criação de 20 hortas sociais e de um Pomar Comunitário de Educação não Formal. Pretende-se que um bairro isolado seja Biodinâmico e criativo apostando na sua revitalização onde a sinergia entre a ação dos moradores e da natureza seja uma realidade, com a intenção de melhorar a qualidade de vida dos mesmos. Pretende-se elevar o Bairro Social mais isolado gerido pela Sociohabitafunchal a um destino de Educação não formal para escolas, turistas e outros grupos. Com este projeto pretende-se desmistificar o preconceito que existe atualmente em relação a este Bairro Social designadamente em termos de isolamento social e territorial, em prol de uma igualdade de oportunidades para todos os moradores. O projeto estrutura-se com uma componente Pedagógica e didática fortemente associada a um programa de formação que deverá ser transversal aos conceitos da Permacultura e uma componente física que deverá dar origem à construção do pomar comunitário e 20 hortas sociais de educação Não Formal.

Hortas Sociais – A criação destas estruturas deverá compreender uma área de aproximadamente 3000 m² e deverão ser implementadas nas vertentes Este e Oeste em

relação à estrutura edificada do núcleo habitacional. Estes elementos deverão satisfazer as necessidades básicas das famílias e proporcionar a estas um meio de subsistência.

Pomar Comunitário - Esta estrutura física deverá ter uma área de aproximadamente 1000 m² e deverá ser construída na vertente sul à estrutura edificada. A estratégia de intervenção para este espaço passa pela criação de um conjunto de percursos e guias de segurança, bem como a criação de algumas sebes que deverão delimitar o perímetro do pomar. Ainda neste espaço deveram ser construídas diversas estruturas, associadas à compostagem, à apicultura, uma pequena estufa “4,0x2,0m” e uma pequena casa de recreio “abrigo”, “2,5x2,5m”, onde deverá ser aplicado o conceito de coberturas verdes e deverá estar diretamente ligado à implementação de um pequeno reservatório de apoio à rega do Pomar. Este elemento por sua vez deverá estar associado a um mecanismo de rega gota-a-gota. Para a execução deste projeto, é importante, na criação do Pomar e Hortas Sociais de Educação não Formal, a construção de um reservatório para armazenamento e abastecimento de água com capacidade de cerca de 50m³ de modo a que a prática destas atividades se revele sustentável para os seus exploradores. Este empreendimento social é servido a montante por uma levada de rega – Levada dos Tornos- considerada a mais extensa da Ilha, a qual deverá ser a fonte de abastecimento desta unidade.



Figura 31 Antes do Financiamento da Fundação EDP

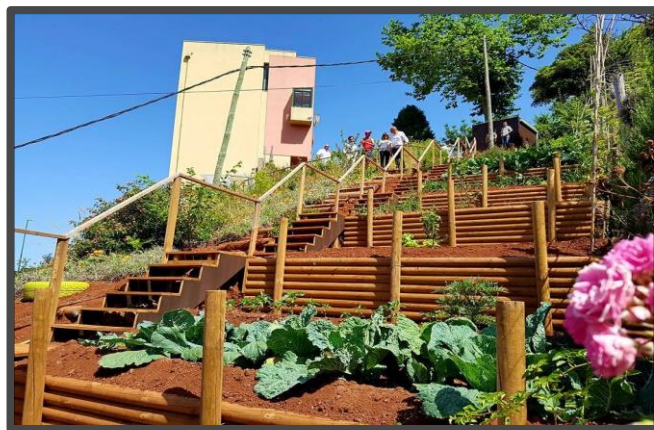


Figura 30 Após financiamento da Fundação EDP

8. Coordenação Projeto Financiado pela SIC Esperança - Projeto Espelho Meu! Educar para o Empreendedorismo Jovem!



Figura 32 Logotipo do Projeto Espelho Meu

2014/2015 – Coordenadora do Projeto Espelho Meu! – Educar para o empreendedorismo jovem, projeto vencedor da 4ª Edição do prémio SIC Esperança [Rock in Rio - Escola Solar 2013].

Esta candidatura apresentada pela Associação Sócio - cultural Alternativas Jovens (ASCAJ), foi selecionada entre 200 projetos submetidos a nível nacional.

Participação na elaboração do projeto e na sua coordenação.

A candidatura ao prémio SIC esperança foi feita pela Associação Sócio -Cultural Alternativas Jovens ASCAJ para a implementação do projeto foi criado um consórcio de parceiros constituído pelas seguintes Entidades:

- Direção Regional de Juventude e Desporto
- Câmara Municipal do Funchal
- Sociohabitafunchal, EM
- Clube de Emprego Sociohabitafunchal E.M
- Junta De Freguesia de Santo António
- Serviço de Consulta Psicológica da Universidade da Madeira

- DTIM - Associação Regional para o Desenvolvimento das Tecnologias de Informação na Madeira

- PSP - MIPP- Modelo Integrado de Policiamento Proximidade.

- Universidade da Madeira

- Departamento de Arte e Design

O projeto “Espelho Meu!” visava dotar famílias e jovens residentes no bairro de Santo Amaro localizado na freguesia Santo António, de ferramentas e noções teórico e práticas que lhes permitissem adquirir competências para a vida!

Trabalhar as competências do saber, as básicas e as transversais acionando as empreendedoras para potencializar a sua valorização (auto estima e auto conceito) e apoiar a sua inserção na vida ativa.

Dar orientação/formação que facilite a vida diária e rotinas dos jovens e famílias.

Aliar conceitos da Educação Formal, não formal e informal.

- ✓ **Em 2014** implementamos o projeto, conseguimos alcançar os objetivos estipulados. Participaram neste projeto um total 40 crianças, 90 jovens e 50 adultos e 100 famílias em situação de risco e vulnerabilidade social, a partir do processo de aprendizagem de um novo ofício, desenvolvimento pessoal e coletivo, noções de administração e economia, com ênfase na inclusão e empreendedorismo social.
- ✓ **Em 2015** tivemos cursos direcionados aos jovens, de costura, noções de cabeleireiro e estética.

Encaminhamos 32 jovens e adultos para as aulas de alfabetização para certificação do 4ºano e 24 para o curso EFA, B2 que está a decorrer no Centro Musica@arte que dá equivalência ao 6º ano.

Foi uma mais-valia para o Bairro de Santo Amaro porque permitiu trazer novas ferramentas de intervenção social ligada a áreas de interesse das jovens. Participaram neste projeto um total de 40 crianças, 90 jovens, 50 adultos e 100 famílias.

Com o apoio da Câmara Municipal do Funchal e da Sociohabitafunchal EM, conseguimos ficar com uma garagem abandonada no Bairro que foi requalificada para ser o Espaço Espelho MEU! Centro de Empreendedorismo Jovem.



Figura 33 Inauguração do Espaço Espelho Meu!

Foi inaugurado a 20 de junho 2016 o Espaço Espelho Meu! No Bairro de Santo Amaro uma garagem que foi reconvertida num espaço formativo para a comunidade.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal do Funchal Dr. Paulo Cafofo presidiu à inauguração juntamente com a vereadora Dr.^a Madalena Nunes e o vereador Dr. Miguel Gouveia.



Figura 35 Mentoras do Projeto



Figura 34 Sessão de penteados

A Câmara Municipal do Funchal e a Sociohabitafunchal estabelecerá parcerias com Escolas Profissionais para a realização de formação nas seguintes áreas:

- Curso de Apoio Administrativo - Noções de Cabeleireiro - Iniciação à Manicure e Pedicure - Maquilhagem - Protocolo e Etiqueta;

- Educar para a Saúde - Técnicas de Procura Ativa de Emprego - Curso de Costura

Atividades que foram efetuadas com o financiamento da SIC Esperança e que desde modo a Autarquia e a Sociohabitafunchal ficam com a tutela do espaço e o projeto tem continuidade sendo perfeitamente sustentável.

9. Projeto” Escola Vai ao Bairro”

Ano letivo 2014/2015 - Projeto a “A Escola Vai ao Bairro” que surgiu das necessidades de formação diagnosticadas nas jovens que frequentaram o projeto Espelho Meu! No Bairro de Santo Amaro. Neste sentido foi criada uma parceria entre a Sociohabitafunchal E.M e a Escola de 2º e 3º ciclo Dr. Eduardo Brazão de Castro para a realização de um Curso de Educação e Formação EFA com equivalência ao 6º ano no Centro Comunitário Musica@arte. Trata-se de uma experiência piloto de educação e formação de adultos, o corpo docente desloca-se ao bairro durante o ano lectivo. Tivemos 24 adultos a realizar o 6º ano sem terem que deslocar-se à escola sendo que essa deslocação tinha custos acrescidos com transporte. Foi uma experiência que teve sucesso no ano letivo 2014/2015. No ano letivo de 2015/2016 iniciamos um Curso de Educação e Formação B3 com equivalência ao 9º ano com os alunos que transitaram de ano e novos que se inscreveram nesse curso.

Tratou-se de uma boa iniciativa que teve adesão por parte da comunidade que no ano letivo 2015/2016 foi replicado no Bairro da Quinta Falcão com o Curso de Educação e Formação B2 com equivalência ao 6º ano.

Este processo de formação e de certificação dá equivalência ao 6º e 9º ano de escolaridade, durante todo o ano letivo.

Participam neste projeto no ano letivo 2015/2016 48 alunos com idades compreendidas entre os 19 e os 54 anos, todos em situação de desemprego.



Figura 36 Sessão de Abertura Curso EFA B3 2015/2016 para a realização do 9º ano

As disciplinas curriculares são: "Matemática para a Vida", "Linguagem e Comunicação", "Inglês", "Aprender com Autonomia", Cidadania e Empregabilidade", "Tecnologia de Informática e de Comunicação" que são lecionadas por 5 Professores dessa escola, e que se deslocam a estes espaços sociais.

10. Bolsa de Formadores da Agência Nacional para a Gestão do Programa Erasmus+ juventude em Ação.

Em 2010 a Agência Nacional Portuguesa para a Gestão do Programa Juventude em Ação criou Bolsa de Formadores onde abriu um concurso para as pessoas com experiência no programa juventude em ação pudessem ter a oportunidade de fazer parte de uma equipa multidisciplinar de formação e multiplicação do programa. Concorri e fui selecionada tendo sido a primeira formadora na Agência Nacional da Região Autónoma da Madeira – neste sentido desde essa data estive em articulação com a Direcção Regional de Juventude e Desporto (DRJD) na formação a dirigentes juvenis nos encontros. Formadora/Facilitadora

2010/2015 – Formadora/facilitadora da Bolsa de Formadores da Agência Nacional para a Gestão do Programa Erasmus+ Juventude em Ação

Articulação com a Direcção Regional de Juventude e Desporto (DRJD) na formação a dirigentes juvenis e a jovens nos encontros realizados anualmente e facilitadora sempre que solicitada para dinamizar sessões sobre o programa Juventude em Ação

Participação na semana Europeia de Juventude como Formadora Maio de 2015

Jornadas da Juventude 2015: Capacitar, Inovar e Diferenciar – dinamização do workshop: “Oportunidades na Europa: Rede Eurodesk, Eurodisseia e Serviço Voluntário Europeu a 30/10/2015 -1h45m

- Facilitação da ação de disseminação do Programa Erasmus +Juventude em Ação dia 25 de Setembro de 2015 na pousada de juventude a pedido da Direcção Regional de Juventude e Desporto – 8 h

Semana Europeia da Juventude SEJ 2015

– Facilitação da ação de disseminação do Programa Erasmus +Juventude em Ação dia 5 de Maio de 2015 na Biblioteca Municipal de Câmara de Lobos 8h

- Facilitação da ação de disseminação do Programa Erasmus +Juventude em Ação dia 7 de Maio de 2015 No Instituto Superior de Administração e Línguas ISAL 3h

- Facilitação da ação de disseminação do Programa Erasmus +Juventude em Ação dia 9 de Maio de 2015 na Pousada de Juventude no Funchal – 8h

Facilitação da ação de disseminação do Programa Erasmus +Juventude em Ação -24 de Novembro 2014 – Hotel Pestana Park, Funchal

PT-TCP-50-2013 – Roteiro CNE – 28 de Junho de 2014

PT-TCP-47-2013 – Roteiro “Juventude em Ação Madeira 2013” – Agosto a Dezembro de 2013 **Total 278 participantes**

PT-TCP-47-2013 – Roteiro “Juventude em Ação Madeira 2013, Nível II ” Seminário Residencial Final 30 de Novembro a 1 de Dezembro 2013 – 44 participantes 20 h Balanço final

PT-TCP-47-2013 – Roteiro “Juventude em Ação Madeira 2013” – 9 de Novembro de 2013 – Machico – 44 participantes 8h

PT-TCP-47-2013 – Roteiro “Juventude em Ação Madeira 2013” – 2 de Novembro de 2013 – Funchal – 45 participantes 8h

PT-TCP-47-2013 – Roteiro “Juventude em Ação Madeira 2013” 26 de Outubro – Santana -39 participantes 8h

PT- TCP-49-2013 - Roteiro “Faz a Escolha Certa!” fase 2 – dia 23 de Outubro de 2013 – Funchal –Santo António – Parceria Agencia Nacional Para a Gestão do Programa Juventude em Ação e Programa Escolhas 29 participantes

PT-TCP-47-2013 – Roteiro “Juventude em Ação Madeira 2013” 19 de Outubro – Porto Moniz -37 participantes 8h

PT-TCP-47-2013 – Roteiro “Juventude em Ação Madeira 2013”- 12 de Outubro – Calheta – 37 participantes 8h

PT-TCP-58-2013 – Roteiro Torrence Center – dia 27 de Setembro – Sala da Assembleia Municipal da Câmara Parceria ANGPJA e Torrence Center, 25 participantes

PT- TCP-49-2013 - Roteiro “Faz a Escolha Certa!” fase 1 – dia 24 de Setembro de 2013 – Funchal – Pousada da Juventude - Parceria Agencia Nacional Para a Gestão do Programa Juventude em Ação e Programa Escolhas

Formação de Formadores da Agência Nacional Para a Gestão do Programa Juventude em Ação 22 de Setembro de 2013 – Funchal Pousada da Juventude.

PT-TCP-47-2013 – Roteiro “Juventude em Ação Madeira 2013” – 21 de Setembro - Câmara de Lobos -35 participantes

PT-TCP-47-2013 – Roteiro “Juventude em Ação Madeira 2013” – 12 de Outubro – 35 Participantes – Calheta 8h

PT-TCP-47-2013 – Roteiro “Juventude em Ação Madeira 2013” – 10 de Agosto de 2013 – Funchal – 41 participantes

13/04/2013 – Formadora – Roteiro Alimenta o Futuro – Funchal – Entidade Agência Nacional para a Gestão do Programa Juventude em Ação – 8h

06/04/2013- Formadora – Roteiro Alimenta o Futuro – Açores- Entidade Agencia Nacional para a Gestão do programa Juventude em Ação - 8h



Figura 37 Lançamento do Roteiro Regional Juventude em Ação 2013



Figura 39 Roteiro Faz a Escolha Certa!



Figura 38 Membros da Bolsa de Formadores da Agencia Nacional para o Programa Erasmus + Juventude em ação Semana europeia de juventude 2015

PARTE IV – NOTAS CONCLUSIVAS: O PAPEL DO EDUCADOR SOCIAL

Tu és eternamente responsável por aquilo que cativas

Antoine de Saint-Exupéry

As rotas de inclusão Social emergem, os recursos governamentais são escassos e as intervenções de proximidade são a solução para atingir a coesão social e a igualdade de oportunidades. A capacitação das populações bem como a sua qualificação é a chave do sucesso. Através dos projetos desenvolvidos no período 2005-2015 foram criados/equipados centros comunitários em Bairros Sociais, desenvolvemos oficinas de trabalho, vários ateliers em prol da inclusão social e profissional dos seus participantes. Certificaram-se jovens, adultos e foram acompanhados crianças e jovens ao longo do seu percurso educativo.

Após 10 anos de intervenção, tendo como alicerce o conceito de inovação social, surge a necessidade de dar continuidade às ações desenvolvidas, reforçando a intervenção e a adequabilidade da intervenção.

A intervenção social, ou seja, em áreas sociais, abrange um vasto conjunto de realidades e de práticas. Na verdade a maioria das vezes utilizamos intervenção social para a maioria das ações de carácter social.

Trabalhamos com as crianças jovens e famílias em prol da aquisição e desenvolvimento de competências potencializando a Mudança Positiva.

Fomentamos o *Empowerment* no nosso público-alvo sendo que o mesmo “é um processo social e multidisciplinar que ajuda o indivíduo a ganhar o controlo sobre a sua própria vida. É um processo que exige escolhas, as quais devem assentar na informação e nos recursos disponíveis” (Jardim & Pereira, 2006, p. 31), como forma de promover a autonomização dos jovens, adultos e famílias.

Numa primeira fase de intervenção, durante o período 2005 a 2009, pretendemos Criar Alternativas de inclusão social para crianças, jovens e seus familiares. Durante o período 2005-2015 foram desenvolvidos projetos na Autarquia do Funchal e em parceria com esta Edilidade que visavam a inclusão social de crianças, jovens e suas famílias que concebemos e implementamos com uma equipa multidisciplinar com recurso a financiamentos regionais nacionais e europeus.

Criar Alternativas de Inclusão Social! Foi a proposição que levou à conceção de projetos no período de 2006-2009 dos quais destacamos: O primeiro ano de intervenção foi no âmbito da realização de um estágio profissional no período Novembro de 2005 e 2006 com a elaboração do Programa Educar para a Cidadania onde surge a coordenação do projeto de Competências parentais Mãe Pai ... profissão para Toda a Vida.

Durante o período 2007-2008 a coordenação do projeto Alternativas financiado pelo Programa Escolhas que foi desenvolvido nas Zonas Altas do Concelho do Funchal nomeadamente no Conjunto Habitacional do Palheiro Ferreiro – freguesia de São Gonçalo e no Conjunto Habitacional de Canto do Muro freguesia de Santa Maria Maior.

Envolvemos um total 370 crianças e jovens, 49 familiares e 24 outros perfazendo um total de 443 destinatários.

A equipa afeta ao projeto alternativas transitou para a Empresa Municipal Sociohabitafunchal E.E.M que deu continuidade ao projeto atualmente a sede do projeto alternativas é Centro Comunitário do Palheiro Ferreiro.

O projeto Ágil surgiu devido a falta de uma infraestrutura onde fosse possível realizar refeições.

Em 2009 sendo um novo período de intervenção surgiu a necessidade de implementarmos projetos de auscultação juvenil e de Capacitação de jovens, adultos e famílias.

Intervenção social pode, como ponto de partida, ser definida como uma “mudança social planificada”. Uma ação com um ponto de partida e de chegada identificados e um processo feito de “estratégias” e “táticas” para poder ir de um ao outro.

A Autarquia ao longo de 10 anos criou vários centros comunitários em Bairros Sociais onde implementamos projetos de acordo com as características da população local onde trabalhamos as relações de proximidade. Os projetos foram enquadrados no âmbito da Política Social levada a cabo pelo Município.

A Política Social abrange intervenções dos sectores, público, privado e de economia social, nesta aceção assume um subsistema da intervenção social. Traduz-se numa estratégia

de coesão social orientada para a defesa dos direitos humanos e para o desenvolvimento de políticas públicas de educação e formação, segurança social e familiar, saúde, habitação social, ambiente, cultura e desenvolvimento económico, (Carmo 2011, p. 42).

Tive a oportunidade de ver “Crescer” no âmbito da sua Política Social da Câmara Municipal do Funchal a junção de sinergias desta edilidade com outras entidades para implementar projetos de proximidade para a população do concelho sendo delimitada a intervenção em dois eixos: projetos para os seus Bairros Sociais feitos de acordo com os diagnósticos de necessidades locais e projetos para a população estudante, juvenil e sénior do Concelho, projetos elaborados para os Bairros Sociais e para a população juvenil do concelho que concebemos, coordenamos e implementamos com equipas multidisciplinares nos últimos dez anos.

Ao longo dos anos fomos reforçando a intervenção com os familiares das crianças e jovens dos projetos que por conseguinte participam regularmente e ativamente em várias atividades.

No período 2009-2012 os projetos desenvolvidos apostaram na auscultação juvenil, na capacitação dos públicos-alvo e voluntariado local e internacional, conceção e implementação do Projeto C@tivar no âmbito da animação de rua, Music@arte a formação musical a jovem com menos oportunidades, a conceção do projeto C@pacitar – financiado pelo Programa Escolhas para a freguesia com maior densidade populacional do Concelho - Santo António.

No Período 2009-2012 no percurso profissional surge um novo desafio o de técnica de bairro a gestão de 3 Bairros sociais e centro comunitário, o trabalho com famílias na gestão dos seus orçamentos, a co-responsabilização na manutenção dos fogos de habitação social e concomitantemente no pagamento das rendas sociais.

Aquando as eleições de 2009 a autarquia cria uma nova Divisão de Juventude onde surge a elaboração de uma Candidatura ao Programa Juventude em Ação 5.1 – Encontros de jovens e de responsáveis pelas políticas de juventude – com o projeto Rumo à Cidadania onde realizamos uma Auscultação juvenil feita aos jovens do Concelho através das Assembleias Municipais de Juventude, com a colaboração de todas as Juntas de Freguesia do Concelho e Escolas Secundárias.

No final de 2009 início de 2010 simultaneamente a outras funções surge a realização da acreditação da Autarquia como Entidade de Envio, acolhimento e Coordenação em Serviço Voluntário Europeu. Enviamos 5 jovens voluntários madeirenses para a Alemanha, Moldávia, Turquia e Áustria e acolhemos 71 estudantes turcos e duas Alemãs e uma Espanhola.

Com a gestão social de Bairro surge um projeto de criação de um centro comunitário num dos Bairros de intervenção (Conjunto Habitacional de Santo Amaro IV) em Julho de 2011 surge o Centro Musica@arte.

Período 2013-2015

Uma maior aposta em projetos que a autarquia e a Sociohabitafunchal E.M ficassem com a sua sustentabilidade nomeadamente Prémio SIC Esperança 2013 candidatura em consórcio com o projeto Espelho Meu! Educar para o empreendedorismo Jovem, em 2014 o projeto Pomar Comunitário e Hortas Sociais de Educação Não Formal financiado pela Fundação EDP. Categoria hortas solidárias que requalificou as áreas verdes deste Bairro Social mais isolado que a autarquia detém projeto de autossuficiência alimentar de educação para a cidadania assente nos pilares da permacultura

O projeto MEXE-TE E5G onde a Autarquia foi a entidade promotora um projeto concelhio dirigido a todos os jovens desempregados do Concelho do Funchal onde o fator chave de sucesso foi a “motivação dos jovens para a participação e a força de vontade para ter um emprego no ramo hoteleiro”

Considerando este processo de intervenção no período de 10 anos, as problemáticas identificadas e tendo sempre em mente a busca de soluções para problemas:

Todas as intervenções tiveram etapas de concretização desde a fundamentação, efetividade, eficiência, fiabilidade e sustentabilidade.

✓ **Fundamentação**

Entendendo a ocupação dos tempos livres como especto fundamental para o crescimento saudável das crianças e jovens, enquanto seres sociais, foram implementadas

atividades específicas algumas das quais destinadas também a familiares, nomeadamente os pais, dada a sua primordial importância na cidadania responsável das novas gerações.

✓ **Efetividade,**

A sua efetividade surge através das estratégias utilizadas ao longo da intervenção que assentam na concretização de atividades lúdico- pedagógicas que possibilitam o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais. Deste modo, se previnem comportamentos de risco e se proporciona a coesão social, estimulando a participação cívica e comunitária, apoiando também a inclusão digital, combatendo o fenómeno da infoexclusão.

✓ **Eficiência**

As actividades desenvolvidas nos projeto foram concebidas de acordo com as necessidades específicas dos nossos destinatários numa perspetiva de maior adaptabilidade às suas expectativas e motivações no sentido de promover a sua autonomia ao nível escolar, profissional, emocional capacitando a sua cidadania ativa.

A perspetiva de melhoria contínua esteve subjacente a todas as etapas desenvolvidas durante todos os Projetos na procura de uma intervenção eficiente para uma melhor qualidade de vida dos destinatários.

A operacionalidade de oficinas de trabalho e ateliers como forma de motivar a aprendizagem cooperativa das crianças e jovens promovendo o seu sucesso escolar colmatando situações de insucesso e abandono escolar.

A Inclusão pela Arte reforçando a intervenção ao nível das competências pessoais e sociais com os jovens nas Oficinas Teatro, Dança, Música e Expressão Plástica.

Reforço da intervenção e abrangência de destinatários:

- A ocupação dos tempos livres das crianças e jovens residentes nos bairros sociais durante as interrupções letivas que permitiu a transmissão de valores, regras no sentido de torná-los membros ativos de uma sociedade, facto verificado através da coresponsabilização nas tarefas levadas a cabo em vários programas: Voluntariado Juvenil, Animadores de Rua, Participação de destinatários na atividade Mar das Nações, Navio Escolhas organizadas pelo

Programa Escolhas, intercâmbios internacionais financiados pelo Programa Juventude em Ação com o País de Gales e Ceuta.

Auscultação juvenil feita aos jovens do Concelho através das Assembleias Municipais de Juventude, com a elaboração de uma Candidatura ao Programa Juventude em Ação 5.1 – encontros de jovens e de responsáveis pelas políticas de juventude – com o projeto Rumo à Cidadania.

Atividades mensais planificadas pelos jovens, apoio dos jovens às crianças na concretização de várias atividades levadas a cabo pelos projetos: workshops, pinturas, jogos, visitas de estudo, formação no espaço cid@net, peças de teatro, entre outras.

- Articulação com as Escolas das Freguesias permitiu um maior acompanhamento das crianças e jovens no sentido de prevenir situações de absentismo e abandono Escolar.

- Trabalho em rede e parceria na gestão de empreendimentos sociais (Bairros Sociais) apostando na coresponsabilização dos inquilinos/famílias no pagamento das rendas sociais através da junção de sinergias com as técnicas da segurança social responsáveis pela atribuição do rendimento social de inserção (RSI). Criação de cursos e de acompanhamentos individualizados de economia doméstica. Criação do Plano de literacia financeira que atualmente é implementado pela divisão de Educação da Autarquia.

✓ **Aceitabilidade**

Reconhecimento dos projetos como Boas Práticas ao nível de Intervenção Social pelas Instituições Locais da RAM e Órgãos da Comunicação Social.

A participação em Programas Televisivos, Programas de Rádio, Conferências Regionais e Nacionais. Apresentações na Turquia, Eslovénia, País de Gales, Roménia, Inglaterra - País de Gales, Itália – Veneza, Ceuta, Açores, Melilla, Guiana Francesa sobre o trabalho que é desenvolvido em prol da Inclusão Social pela e com a Autarquia do Funchal.

O sentimento de Pertença por parte dos destinatários aos espaços criados no âmbito dos projetos.

✓ **Sustentabilidade**

A criação de Parceria Públicas e Privadas através de Consórcios locais e Internacionais na realização de candidaturas a financiamento e a garantia da sustentabilidade de todos os projetos submetidos a financiamento.

A criação de uma Associação Juvenil – Associação Sócio Cultural Alternativas Jovens – ASCAJ – Criada em Janeiro de 2009 que complementa a intervenção do Município com projetos juvenis de mobilidade

O Combate ao abandono/absentismo escolar, a alienação parental, a delinquência juvenil, o desemprego jovem, desemprego de longa duração, consumos de substâncias ilícitas, foram problemáticas identificadas e trabalhadas nos projetos implementados.

O processo ao nível do desenho, execução, candidaturas a financiamentos, avaliação dos projetos e relatórios tal como a gestão de todas as alterações inerentes não foi fácil. Contudo foi uma aprendizagem constante e uma busca incansável em adaptar e a intervir em territórios vulneráveis de acordo com necessidades organizacionais (falta de financiamento) escolhendo estratégias motivadoras não perdendo o foco indo sempre ao encontro das necessidades apresentadas ou diagnosticadas pelos participantes.

✓ **Intervenção com as famílias**

O trabalho que é desenvolvido com os destinatários dos projetos deve ser efectuado envolvendo os seus familiares, porque a família é o primeiro elemento de socialização das crianças e jovens.

✓ **Trabalho com equipas multidisciplinares**

Quantificar o trabalho de uma equipa é deveras uma tarefa difícil pois o empenho e dedicação está patente em todos os membros que a constituem, a multidisciplinariedade de saberes é fundamental para o sucesso das intervenções sociais, tal fato conseguimos aferir nos projetos desenvolvidos.

Foi um processo profícuo uma aprendizagem constante uma luta de melhoria contínua de forma a encontrar um equilíbrio entre as próprias características enquanto Educadora

Social (Expetativas, princípios, ética profissional, capacidades e competências) com as características da instituição onde atuamos (política cultura institucional, prioridades e recursos) e com as características endógenas da comunidade onde intervimos (interesses, necessidades, problemas e potencialidades) num espaço de tempo limitado. Saber como ultrapassar estas dificuldades contornar obstáculos que surgem, improvisar recursos materiais, infraestruturas e equipamentos o recurso a fundos comunitários para ultrapassar dificuldades financeiras, investigar boas práticas constituiu um processo de aprendizagem crucial fundamental para quem trabalha no terreno.

Acredito que aproveitei todas as oportunidades que me foram dadas ao longo destes 10 anos, aprendi imenso, o recurso a financiamentos é fundamental para implementar as políticas sociais a nível local.

A aprendizagem que levo da minha experiência é que nada é impossível de concretizar desde que haja uma real necessidade por parte da comunidade e um “poder Local de proximidade algo que sem dúvida existe na Câmara Municipal do Funchal independente da Cor partidária que esteja no poder. Todavia, nunca devemos perder o mais importante da questão quando trabalhamos na área comunitária e de gestão de projetos que são “ as pessoas” quer sejam os destinatários dos projetos, tal como as equipas que trabalhamos, todos os elementos são importantes em prol do sucesso das iniciativas!

CONCLUSÃO

O valor das coisas não está no tempo que elas duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso, existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis

Fernando Pessoa

A intervenção socioeducativa praticada pelo educador social caracteriza-se, essencialmente, pelo modo que utiliza o potencial já existente nas situações de aprendizagem, independentemente do contexto a partir do qual elas se revestem de significado, dentro de uma equipa multiprofissional, privilegia a comunicação sociopedagógica como estratégia de intervenção.

O trabalho do educador é o de reconhecer que os recursos endógenos, mobilizados nas várias situações de aprendizagem, são a chave para transformar as dificuldades (necessidades sociais) em (potencialidades) educativas, organiza-las e geri-las numa forma de projeto (Molina, 2003; Ortega, 2003; Perez Serrano, 2003 citados em Canastra & Malheiro 2009).

O educador social é um agente de mudança social que utiliza estratégias de intervenção educativa. Age na inclusão social e nas inaptações sociais e no favorecimento de autonomias e do bem-estar social. Contribui para o desenvolvimento comunitário, para a construção de projetos de vida, envolve-se nas necessidades formativas da população em diversos contextos sociais e desenvolve a adaptação sócio-laboral. Atende também a grupos sociais com vivências de risco. Desempenha funções educativas, reeducativas, informativas, de orientação, de animação, de gestão, desenvolvimento local, desempenho de projetos, intervenção, mediação, entre outras.

Contribuir para a inclusão social de crianças, jovens e famílias residentes em contextos vulneráveis potencializando a aquisição de competências pessoais, sociais e profissionais foi

um dos grandes objetivos levados a cabo por projetos de inclusão social desenvolvidos no concelho do Funchal em prol da participação ativa dos destinatários.

Num mundo em mutação, onde coexistem o novo e o velho, assiste-se a um quase natural acolhimento dos avanços científicos, dos feitos tecnológicos, da evolução dos costumes, das diferenças de mentalidades, contudo quando surge uma proposta inovadora, por mais simples que seja, surge a hesitação e a desconfiança. (Ferreira 2007)

Os termos mudança e inovação utilizam-se, por vezes, de forma indiscriminada, todavia são conceitos e realidades diferentes, ainda que relacionados, para Ferreira (2007), a mudança é o conjunto de transformações profundas e tangíveis, nos mais diversos domínios, resultantes da passagem de um estado a outro estado. A inovação é consequência.

De acordo com a Associação Internacional de Educadores Sociais (AIEJ), por educador social entende-se a pessoa que, a partir de uma formação específica, favorece mediante técnicas e métodos pedagógicos, psicológicos e sociais o desenvolvimento pessoal, o amadurecimento social e a autonomia de pessoas jovens e adultas, incapacitadas ou inadaptadas ou em risco de vir a sê-lo. O educador partilha com essas pessoas situações de vida quotidiana, espontânea ou construídas, seja em serviços ou em instituições residenciais ou ambientes naturais da vida, através de uma ação continua e conjunta com a pessoa e com o ambiente. Roma (1985 citado em Baptista 2001, p56).

O processo de inovação social diz respeito ao desenvolvimento de “novas soluções para as necessidades sociais que são mais eficazes, eficientes e sustentáveis do que as respostas tradicionais, estabelecendo ligações entre os vários sectores da sociedade e envolvendo a participação ativa dos cidadãos” (Polido & Freitas, 2013)

A mudança implica necessariamente uma (re) construção multidimensional “para educar a sociedade do futuro, é preciso educar a sociedade atual, de forma a impulsionar a mudança positiva em relação às atitudes e, simultaneamente, desenhar novas perspetivas de intervenção social sendo que o futuro caminha pela construção de políticas sociais de baixo para cima e não de cima para baixo.

"O educador Social é o Profissional da educação social que deve traduzir em objetivos educativos a incumbência que a organização lhes confere, que os seus usuários podem ser

peessoas, grupos e instituições, que tem definido um marco de atuação, que pode estar integrado em equipas, que dispões de recursos institucionais públicos/privados e requer uma formação contínua para otimizar o seu desenvolvimento pessoal e melhorar no seu exercício da profissão." (cit Romans, Mercé; Petrus, Antoni; Trilla, Jaume, 2003).

Vocacionada para o outro, a atividade profissional do educador social exige ainda a par de uma solida preparação técnico – científica, espirito de entrega, envolvimento pessoal e capacidade de compromisso.

Educadores sociais como agentes de mudança, não lidam com problemas ou disfunções, mas com pessoas, acompanhando-as no seu processo de apropriação critica das suas historias de vida, convocando-as para o seu exercício pleno da sua cidadania e ajudando a despertar nelas o desejo de futuro, sem o qual não é possível ampliar o espaço dos possíveis.

Educadores sociais como técnicos da relação sendo que é a relação que sustenta toda a prática educativa. Porque é na relação, enquanto experiência de contato, de comunicação e de sensibilidade, que se joga o equilíbrio, sempre instável e precário, entre o desejo de influência e o respeito pela subjetividade do outro. Uma relação que nem sempre é dual.

Educadores sociais como mediadores sociais: na gestão e criação de uma multiplicidade de redes de apoio e de lugares de encontro, vitais para salvaguardar o equilíbrio entre o individual e o social.

Especialistas de mãos vazias como profissionais que partem para o terreno sem soluções miraculosas na manga mas que apoiados num saber profissional próprio, se comprometem, pessoalmente, na viabilização de projetos que tornam possível mudar os rostos da exclusão. Cf. Baptista (2001, p 58)

Criar alternativas de Inclusão Social visava criar soluções que promovessem a qualidade de vida e bem – estar, a prevenção do abandono/ absentismo escolar, a ocupação de tempos livres de forma saudável, o educar para a cidadania, a capacitação e a empregabilidade através da criação de respostas eficientes e sustentáveis através do desenho e implementação de projetos de inclusão social em contextos vulneráveis.

Como experiência profissional foi única e muito enriquecedora, agarrei todas as oportunidades que me foram surgindo e transformei “Sonhos” em realidades! Fazendo uma análise da minha entrada para estágio profissional a 14 de Novembro de 2005 até 31 de Dezembro de 2015 sinto que evolui como pessoa, como profissional e adquiri uma panóplia de conhecimentos e competências.

Agradeço ter a oportunidade de apresentar os projetos que tanto acarinhei deste a sua conceção, relatório final e disseminação de resultados.

Cada projeto, uma aprendizagem, uma vitória, um orgulho!

BIBLIOGRAFIA

Alarcão, Madalena (2000). *(des) Equilíbrios Familiares*. Coimbra: Quarteto Editora.

Alvino-Borba, Andreilcy; Mata-Lima, Herlander (2011) Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia Serv. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 106, p. 219-240, abr./jun.. Recuperado em 23 de março, 2016, de <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n106/n106a03.pdf>

Baptista, Luís. V (1999) *Cidade e Habitação Social: O Estado Novo e o Programa das Casas Económicas em Lisboa*, Oeiras, Celta Editora

Baptista, Isabel (2013) Educadores Sociais: uma identidade profissional em construção: *Praxis Educare, Revista da Associação dos Profissionais Técnicos Superiores de Educação Social n.1*, pp.9-10 recuperado em 13 de agosto de 2015 de

<http://www.aptses.pt/static/PE1.pdf>

Baptista, Isabel (2001) Educação Social: um espaço profissional com valor e com sentido in *Espaço (s) de Construção de identidade Profissional*, pp. 55-60, Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique/departamento de publicações

Barata, Óscar (2002) *Introdução às Ciências Sociais*, volume II, 6^a Edição, Lisboa, Bertrand Editora.

Boneti (2006) Exclusão e Inclusão Social: teoria e método, *Revista Contexto & Educação*, v. 21, n. 75, 187-206. Recuperado em 13 de julho, 2015, de <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/1117>

Campos, Bártolo (coordenador) (1990) *Psicologia do Desenvolvimento e Educação de Jovens*, Lisboa, Universidade Aberta

Capul, Maurice, Lemay Michel (2003) *Da Educação à Intervenção Social*, Porto, Porto Editora 2º volume Colecção Educação e Trabalho

Carapeto, Cristina (coordenador científico) (1998) *Educação Ambiental*, Lisboa, Universidade Aberta

Carmo, Hermano (2007) *Desenvolvimento Comunitário*, 2ª Edição, Lisboa, Universidade Aberta

Carmo, Hermano (2008) *Intervenção Social com Grupos*, 2º Edição, Lisboa, Universidade Aberta

Carmo, Hermano (2011) *Teoria da Política Social: um olhar da Ciência Política*, Lisboa, ISCSP.

Canastra, Fernando (2007) *O Perfil Formativo- Profissional do Educador social – um estudo a partir das narrativas experienciais de autoformação*. Tese de Doutoramento, Universidade Aberta . recuperado em 5 de Setembro de 2015 de

https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/768/5/Tese%20de%20doutoramento_Fernando%20Canastra.pdf

Carmo, Hermano, Ferreira, Manuela (2008) *Metodologia da Investigação: Guia para auto-aprendizagem*, 2ª Edição, Lisboa, Universidade Aberta

Carvalho, Adalberto Dias de, Baptista, Isabel, (2004), *Educação Social – Fundamentos e Estratégias*, Porto: Porto Editora

Carvalho, Carolina, Sousa, Florbela, Pintassilgo, Joaquim (Orgs) (2005) *A Educação para a Cidadania como dimensão transversal do currículo escolar*, Porto, Porto Editora & CIEFCUL

Chiavenato, Idalberto (2002), *Recursos Humanos*, 7ª edição, São Paulo: Editora Atlas S.A.

Clavel, Gilbert (2004). *A sociedade da exclusão. Compreendê-la para dela sair*. Porto: Porto Editora

Correia, Ana, Mesquita, Anabela (2014) *Mestrados & Doutoramentos: Estratégias para a elaboração de trabalhos científicos: o desafio da excelência*, 2ª edição, Porto, Vida Económica-Editorial, SA

Díaz, Andrés (2006) Uma aproximação à Pedagogia- Educação Social, *Revista Lusófona de Educação*, v.7, n. 7, pp.91-104. Recuperado em 12 de Agosto de 2015 de

<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/801>

Drucker, Peter, Paschek, Peter (org) (2007) *As virtudes Cardeais de Um Líder* – Editora Pergaminho, Lda.

Ferreira, António (1987) *Por uma Nova Política de Habitação*, Porto, Edições Afrontamento.

Ferreira, Manuela, Santos, Milice (2000) *Aprender a Ensinar, Ensinar a Aprender*, 3ª Edição, Porto, Edições Afrontamento.

Ferreira, Paulo (2007) *Guia Do Animador na Formação de Adultos*, 6ª Edição, Lisboa, Editorial Presença.

Freire, Paulo (1997) *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*, 5ª Edição São Paulo, Editora Paz e Terra S/A.

Gabinete de Informação Geográfica Câmara Municipal do Funchal (2013) *Retrato Estatístico do Funchal: Resultados dos Censos 2011*, Funchal, Gabinete de Informação Geográfica, Câmara Municipal do Funchal.

Gohn, M.G. (2006). Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Ensaio: avaliação das políticas públicas de educação, 14 (50), 27-38. Recuperado em 22 de março, 2016, de <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf>

Gohn, M.G. (2006). Educação não formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos, Investigar em Educação- II série, numero 1. Recuperado em 22 de março, 2016, de https://ec.europa.eu/epale/sites/epale/files/gohn_2014.pdf

Guerra, Isabel (2000), *Fundamentos e Processos para Uma Sociologia de Acção – O Planeamento em Ciências Sociais*, Cascais, principia

Hespanha, Pedro (2008) Políticas Sociais: Novas Abordagens, Novos Desafios *Revista de Ciências Sociais*. 39:1 pp. 5-15. Recuperado em 17 de janeiro de 2016 de

<http://hdl.handle.net/10316/10865>

Hobbs, Peter (2001) Gestão de Projecto *O Guia Essencial Para Trabalhar Melhor e Ser Bem Sucedido*, Editor: Livros & Livros

Idáñez, Aguilar (2001) *A Acção Social a Nível Municipal*, Coimbra, Ed. Fundação Bissaya- Barreto, Centro de Estudos e Formação.

Jacinto, Jardim, Anabela, Pereira (2006) *Competências Pessoais e Sociais – guia Prático para a Mudança Positiva*, Asa Editores

Marujo, Helena, Neto, Luís, Perloiro, Maria (2006) *Educar para o Optimismo*, 14ª Edição, Lisboa, Editorial Presença.

Miguel, António (2009) *Gestão Moderna de Projetos: Melhores Técnicas e Práticas*, 5ª Edição, Lisboa, FCA- Editora de Informática, Lda.

Paugam, Serge, (2003), *A Desqualificação Social: Ensaio sobre a Nova Pobreza*, Porto: Porto Editora

Pereirinha, José (2008) *Política Social: Fundamentos da Actuação das Políticas Públicas*, Lisboa, Universidade Aberta

Peters, Tom (2008) *Reinventar o Mundo!* Porto, Dorling Kindersley – Civilização, Editores, Lda.

Pinto, Luís (2005) *Sobre a Educação Não Formal*, *Cadernos d' Inducar* 1-7. Recuperado em 22 de março, 2016, de www.inducar.pt/webpage/contents/pt/cad/sobreEducacaoNF.pdf

Quivy, Raymond. Campenhoudt, Luc Van (2003) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 3ª Edição Lisboa, Coleções Trajectos.

Raynal, Serge (2000), *A Gestão por Projecto*, Lisboa: Instituto Piaget.

Ribeiro, Marlene (2006) Exclusão e Educação Social: Conceitos em superfície e fundo, *Soc., Campinas*, vol. 27, n. 94, pp. 155-178, jan./abr. Recuperado em 26/08/2015 de

<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a09v27n94.pdf>.

Rodrigues, Fernanda (coord.) (2003) *Acção Social na Área da Exclusão Social*, Lisboa, Universidade Aberta.

Rodrigues, Fernanda, Figueira, Maria (2003) Exclusão ou Exclusões: designação para velhos e novos problemas sociais. In *Acção Social na Área da Exclusão Social*, pp.30-52 Lisboa, Universidade Aberta.

Rodrigues, Eduardo Vítor (2010) - *O Estado e as Políticas Sociais em Portugal* Sociologia: *Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, Vol. XX, 2010, pág. 191-230. Recuperado em 23 de março, 2016, de <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8794.pdf>

Romans, Mercè, Petrus, Antoni, Trilla, Jaume (2003) *Profissão: Educador Social*, Porto Alegre, Artmed Editora S.A.

Ruivo, Fernando (2002) *Poder Local e Exclusão Social: Dois Estudos de Caso de Organização Local da Luta contra a Pobreza*, 2ª Edição, Coimbra, Quarteto Editora

Timóteo, Isabel (2013) A Evolução da Educação Social: Perspetivas e Desafios Contemporâneos: in *Praxis Educare, Revista da Associação dos Profissionais Técnicos Superiores de Educação Social* n.1, pp.13-17 recuperado em 13 de agosto de 2015 de

<http://www.aptse.pt/static/PE1.pdf>

Serrano, Gloria Pérez (2008). *Elaboração de Projetos Sociais, casos práticos*. Porto: Porto Editora.

Silva, A. (2004) – *Desenvolvimento de competências sociais nos adolescentes*, Lisboa: Climepsi Editores.

Silva, Luísa (2001) *Intervenção Psico-social*, Lisboa, Universidade Aberta.

Silva, Luísa (organizadora) (2001) *Acção Social na área da Família*, Lisboa, Universidade Aberta

Sousa, Liliana, Hespanha, Pedro, Rodrigues Sofia, Grilo, Patrícia (2007) *Famílias Pobres: Desafios à Intervenção Social*, Lisboa, Climepsi Editores

Vala, Jorge, Monteiro, Maria (2006) *Psicologia Social*, 7ª Edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Zenhas, A. (2005), *Como desenvolver Competências sociais (II)*, Porto: Porto Editora,

LEGISLAÇÃO

Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro lei 75/2013, de 12 de Setembro, estabelece o regime jurídico das autarquias locais (RJAL), aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico. Nos seus artigos 24º a 31º esta lei estabelece as competências e o funcionamento das Assembleias Municipais. Recuperado em 12 de julho, 2015, de <http://debaterlisboa.am-lisboa.pt/documentos/1386758490Q5jMA3wo0Yx58TZ2.pdf>

Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto. Aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e revoga as Leis n.º 53 -F/2006, de 29 de dezembro, e 55/2011, de 15 de novembro, Diário da República, 1.ª série — N.º 169 — 31 de agosto de 2012. Recuperado em 18 de julho, 2015, de <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2012/08/16900/0493304944.pdf>

Lei 147/99 de 1 de Setembro Lei de proteção de crianças e jovens em perigo. *Diário da República n.º 204/99 - I serie A*. Recuperado em 12 de julho, 2015, de <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1999/09/204A00/61156132.PDF>

Links de interesse:

<http://pt-europa.proalv.pt/>

<http://www.juventude.pt>

http://ec.europa.eu/contracts_grants/grants_en.htm

<http://we-mean-business.europa.eu/pt>

http://europa.eu/index_pt.htm

http://ec.europa.eu/index_en.htm

<http://www.portugal.gov.pt/pt.aspx>

<http://www.envelhecimentoativo.pt/>

<http://www.un.org/>

<http://www.ipdj.pt/>

<http://www.idrc.ca/EN/Resources/Publications/Pages/IDRCBookDetails.aspx?PublicationID=371>

<http://www.ihm.pt/index.php/ihm/missao-visao-e-valores>

ANEXOS

Anexo I - Cartaz - Associação Socio cultural Alternativas Jovens

Anexo II – Cartaz - Pomar Comunitário e Hortas Sociais de Educação não Formal - Palheiro
Ferreiro, São Gonçalo - Programa EDP Solidária 2014— Hortas Solidárias da Fundação EDP

ANEXO I

Cartaz - Associação sócio - cultural alternativas jovens



Associação Sócio-cultural Alternativas Jovens

A A.S.C.A.J. tem como principais objetivos contribuir para a inclusão social dos jovens, promover o empreendedorismo juvenil e ações de (in) formação aos jovens.

A educação e a formação são pilares fundamentais no desenvolvimento do ser Humano desde o momento que nasce até que morre!

Pretendemos que os jovens com quem a A.S.C.A.J. intervém sejam melhores cidadãos com acesso a oportunidades, informados e conscientizados para o papel que desempenham na sociedade.

Potencializar o seu desenvolvimento, orientando-os e acompanhando-os a fazer ESCOLHAS saudáveis/viáveis e assertivas com vista à sua autonomização.

A ASCAJ está acreditada desde 2013 como Entidade de Coordenação Envio e Acolhimento em Serviço Voluntário Europeu.



Projeto Espelho Meu! Educar para o Empreendedorismo Jovem.

Vencedor da 4ª edição do prémio Sic Esperança (Rock in Rio Escola Solar 2014)



Cursos de valorização pessoal, social e profissional:
Manicure, pedicure, cabeleireiro, maquilhagem, protocolo e etiqueta



Inclusão Social pelo Desporto
Equipa de Futebol de Rua Feminina e Escolinha de Futebol de Rua



Curso de apoio administrativo



Musica@arte - Inclusão social pela música



Projeto C@tivar - Animadores de rua

ANEXO II

Cartaz - Pomar Comunitário e Hortas Sociais de Educação não
Formal - Palheiro Ferreiro, São Gonçalo - Programa EDP Solidária 2014—
Hortas Solidárias da Fundação EDP



Pomar Comunitário e Hortas Sociais de Educação não Formal—Palheiro Ferreiro, São Gonçalo—

Programa EDP Solidária 2014— Hortas Solidárias da Fundação EDP

Enquadramento Geográfico:

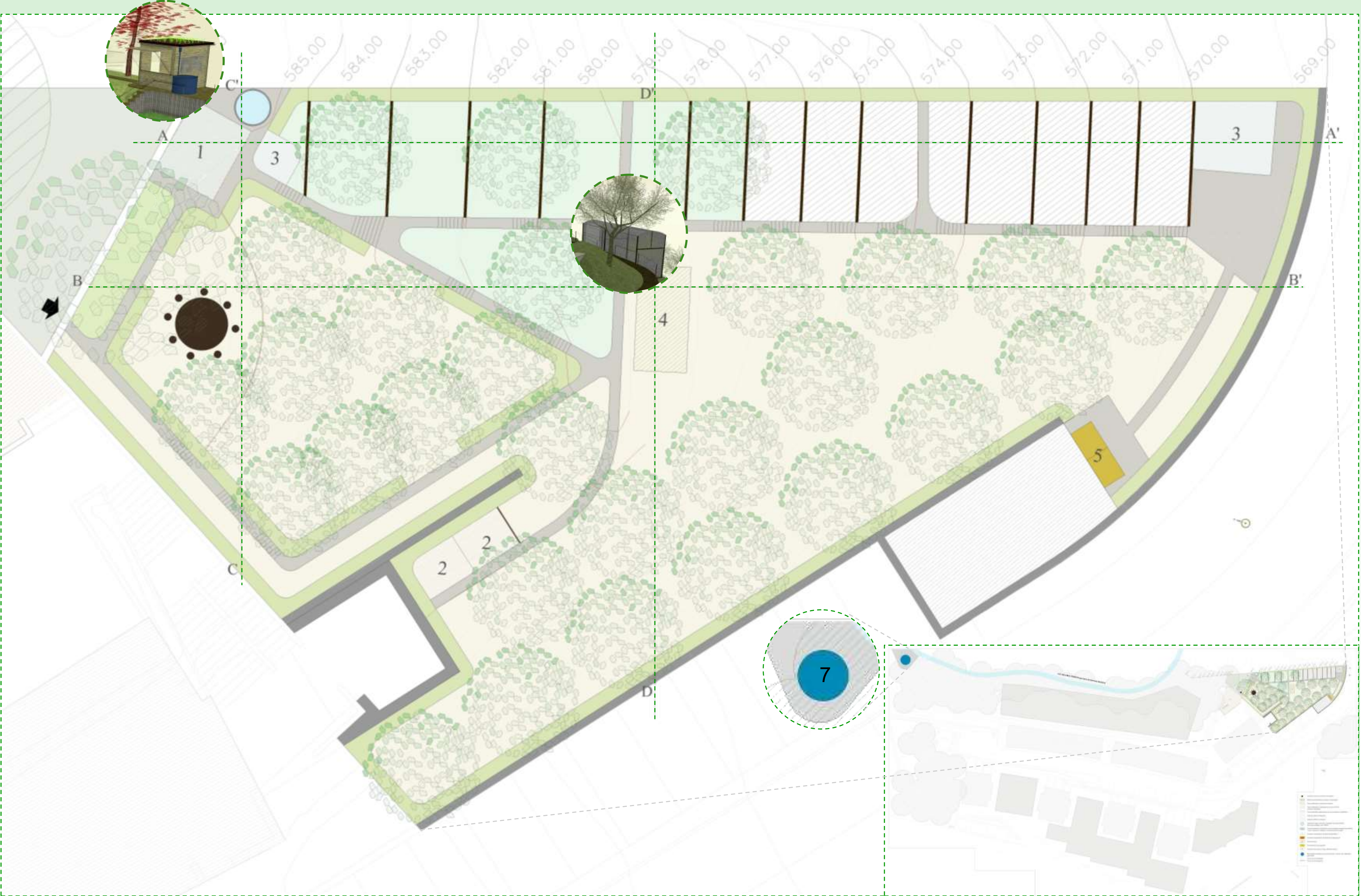
Zonas altas do Concelho do Funchal, este núcleo habitacional pertence à freguesia de São Gonçalo, encontra-se geograficamente isolado à cota 500 rodeado por uma extensa área verde, maioritariamente por infestantes (acácias e eucaliptos). A 19 de Julho de 2012 este bairro foi fustigado pelos incêndios que assolaram a ilha da Madeira. Gradualmente desde essa data procedeu-se a algumas atividades de reflorestação e reocupação dos solos, contudo tem sido um trabalho árduo visto que os moradores não têm acesso à água de rega o que dificulta a intervenção. Neste empreendimento social não existem infraestruturas de apoio à comunidade local exceto um centro comunitário do Palheiro Ferreiro gerido pela Sociohabitafunchal. Residem neste empreendimento um total de 80 famílias, perfazendo cerca de 264 indivíduos.

Descrição Geral:

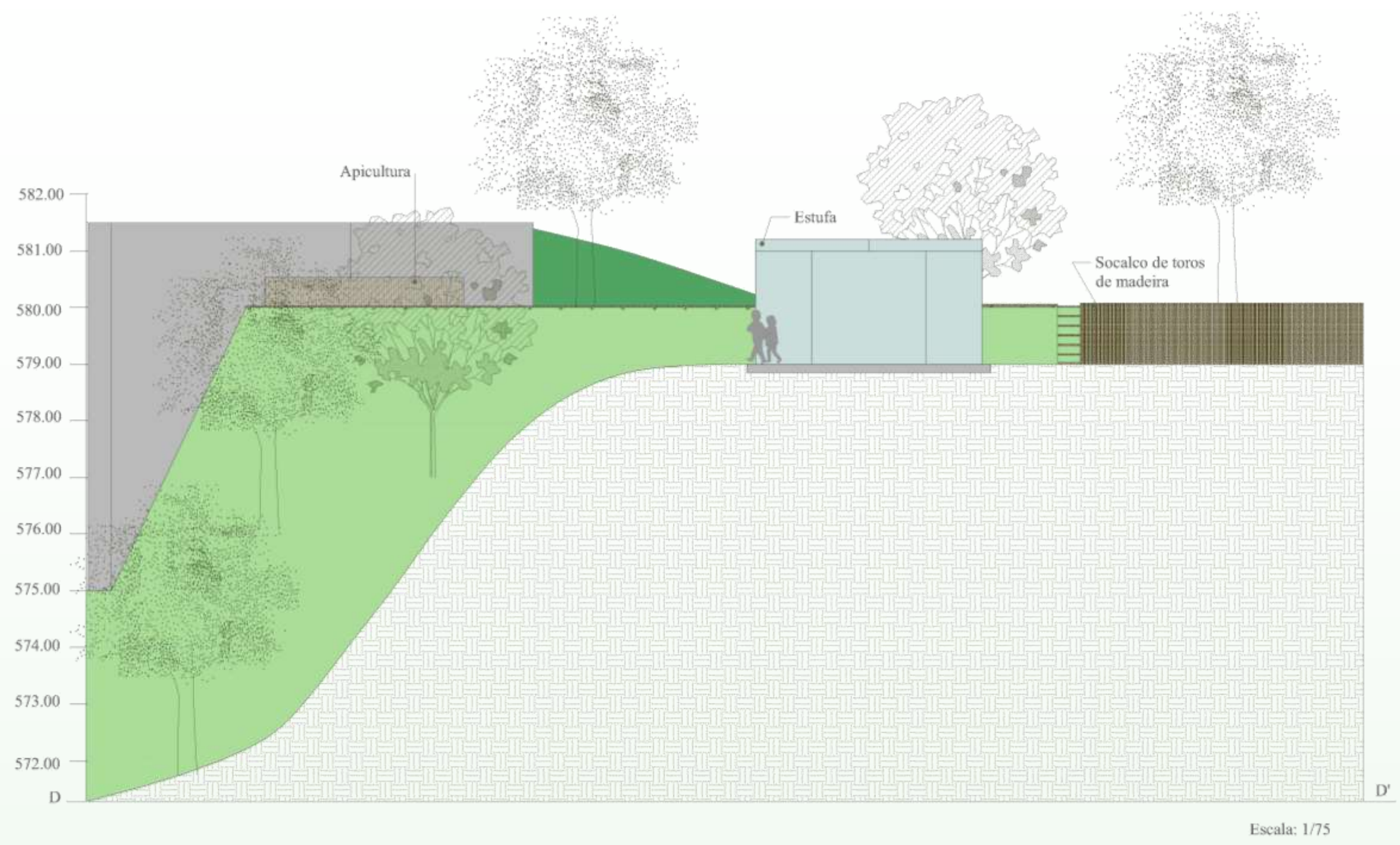
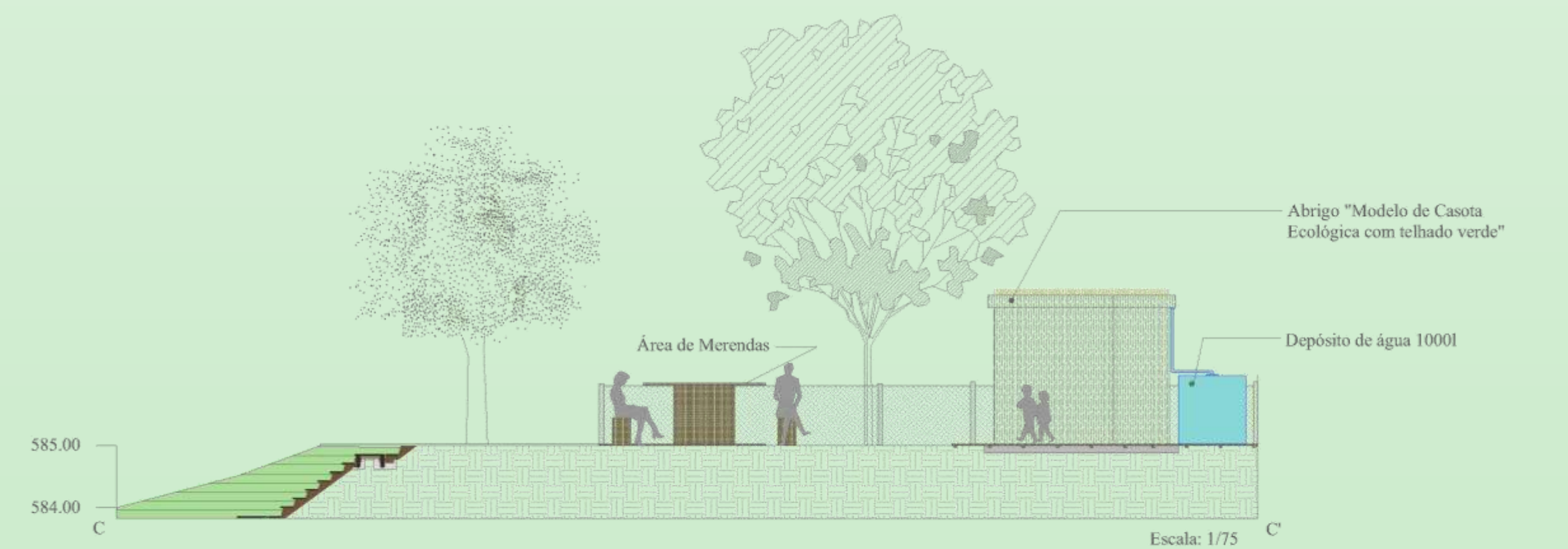
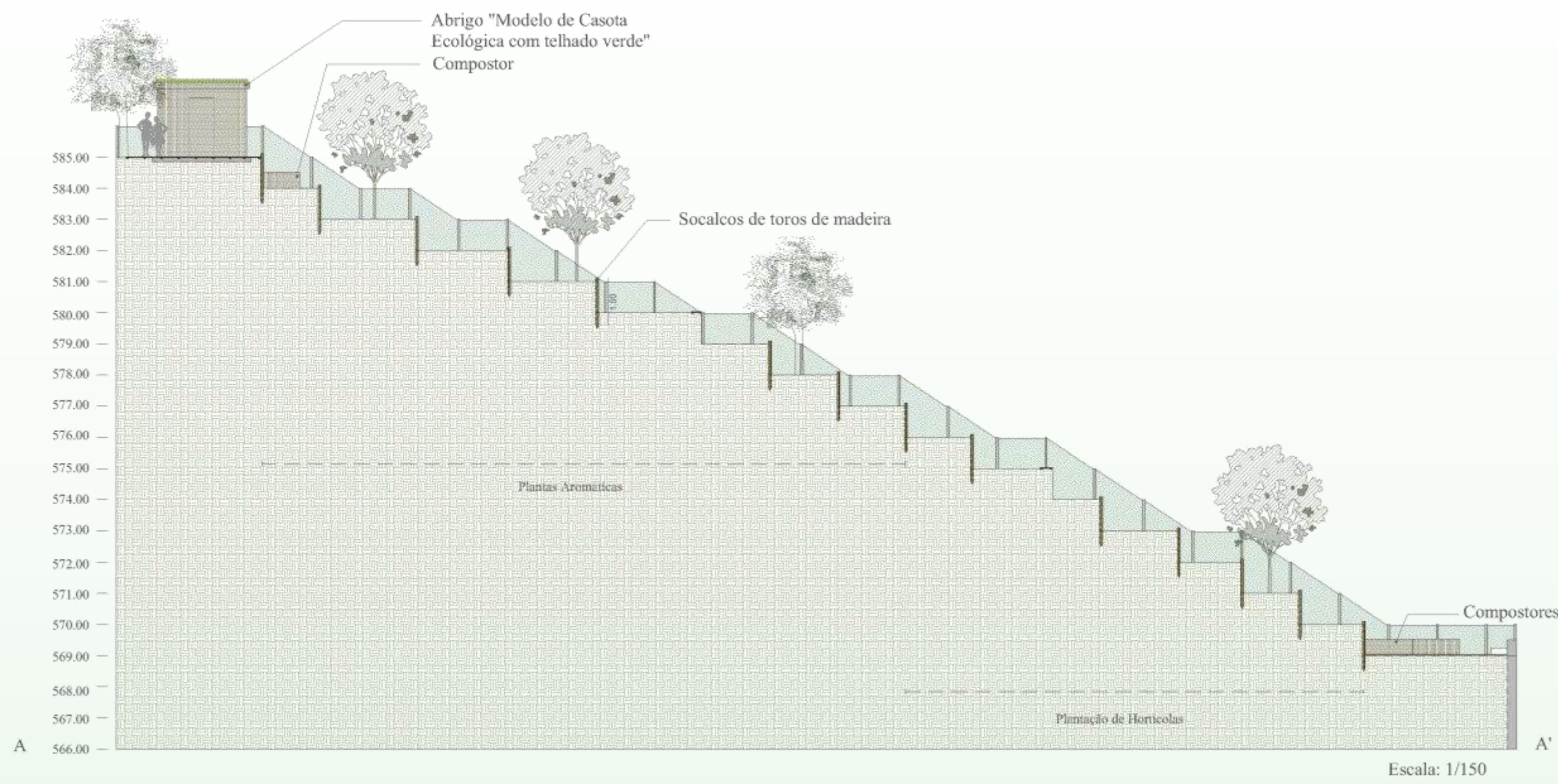
A consolidação deste projeto tem como objetivo primordial educar para a Cidadania através da Permacultura apostando na criação de 20 hortas sociais e de um Pomar Comunitário de Educação não Formal. Pretende-se que um bairro isolado seja Biodinâmico e criativo apostando na sua revitalização onde a sinergia entre a ação dos moradores e da natureza seja uma realidade, com a intenção de melhorar a qualidade de vida dos mesmos. Pretende-se elevar o Bairro Social mais isolado gerido pela Sociohabitafunchal a um destino de Educação não formal para escolas, turistas e outros grupos. Com este projeto pretende-se desmistificar o preconceito que existe atualmente em relação a este Bairro Social designadamente em termos de isolamento social e territorial, em prol de uma igualdade de oportunidades para todos os moradores. O projeto estrutura-se com uma componente Pedagógica e didática fortemente associada a um programa de formação que deverá ser transversal aos conceitos da Permacultura e uma componente física que deverá dar origem à construção do pomar comunitário e 20 hortas sociais de educação Não Formal:

Hortas Sociais – A criação destas estruturas deverá compreender uma área de aproximadamente 3000 m2 e deverão ser implementadas nas vertentes Este e Oeste em relação à estrutura edificada do núcleo habitacional. Estes elementos deverão satisfazer as necessidades básicas das famílias e proporcionar a estas um meio de subsistência.

Pomar Comunitário - Esta estrutura física deverá ter uma área de aproximadamente 1000 m2 e deverá ser construída na vertente sul à estrutura edificada. A estratégia de intervenção para este espaço passa pela criação de um conjunto de percursos e guias de segurança, bem como a criação de algumas sebes que deverão delimitar o perímetro do pomar. Ainda neste espaço deveram ser construídas diversas estruturas, associadas à compostagem, à apicultura, uma pequena estufa “4,0x2,0m” e uma pequena casa de recreio “abrigo”, “2,5x2,5m”, onde deverá ser aplicado o conceito de coberturas verdes e deverá estar diretamente ligado à implementação de um pequeno reservatório de apoio à rega do Pomar. Este elemento por sua vez deverá estar associado a um mecanismo de rega gota-a-gota. Para a execução deste projeto, é importante, na criação do Pomar e Hortas Sociais de Educação Não Formal, a construção de um reservatório para armazenamento e abastecimento de água com capacidade de cerca de 50m3 de modo a que a prática destas atividades se revele sustentável para os seus exploradores. Este empreendimento social é servido a montante por uma levada de rega – Levada dos Tornos- considerada a mais extensa da Ilha, a qual deverá ser a fonte de abastecimento desta unidade.



- Entrada Circuito do Pomar Comunitário
- Sebes caracterizadas por espécies ornamentais
- Áreas dedicadas à exploração hortícola
- Áreas dedicadas à exploração de árvores de fruto (Pomar de Regadio)
- Áreas dedicadas à plantação de ervas aromáticas e medicinais
- Espécies arbóreas Propostas
- Espécies arbóreas existentes
- Depósito de água associado à captação de águas pluviais da casota ecológica (cap. 1000l)
- Ponto Informativo (Modelo de casota ecológica composta por telhado verde e sistema de captação e armazenamento de água)
- Estruturas associadas à atividade de apicultura
- Estruturas associadas à atividade de compostagem
- Estufa (4x2m)
- Sementeiras (Cama quente)
- Estrutura associada a Parque Infantil existente
- Reservatório de Rega associado às Hortas e Pomar com capacidade para 50m3
- Curva de nível existente
- Curva de nível proposta



O projeto integra uma componente pedagógica e didática fortemente associada a um programa de formação que deverá estar interligado com os conceitos da Permacultura:

Objetivos:

- Educar para a Cidadania apostando na criação de 20 hortas sociais e de um Pomar Comunitário de Educação não Formal.
- Capacitar crianças, jovens e famílias que residem neste empreendimento através da criação de um Curso de Formação subdividido em vários módulos:

Competências Pessoais, Sociais:	Educar para a Saúde através da Alimentação Saudável:	Boas Práticas no cultivo da terra:
<ul style="list-style-type: none">- Empreendedorismo e Competências de Empregabilidade- Economia doméstica- Literacia Financeira- Curso de inclusão digital	<ul style="list-style-type: none">- Sessões de Culinária (Produtos da Horta)- Livro de Receitas (Produtos da Horta)- Plantas Medicinais	<ul style="list-style-type: none">- Fruticultura- Horticultura- Sistemas de Rega- Jardinagem- Herbário- Agricultura Biológica- Banco de Sementes

- Promoção e divulgação do primeiro centro de educação não formal localizado no Núcleo Habitacional do Palheiro Ferreiro: “Circuito do Pomar Comunitário e Hortas Sociais de Educação não Formal”

